

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO – PROMEP/UEG**

MESTRADO PROFISSIONAL

PAULO HENRIQUE PEREIRA FREITAS

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: PRESERVAÇÃO DE ACERVOS RAROS NA
FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (CIDADE DE GOIÁS-GO)**

GOIÁS-GO

2022

PAULO HENRIQUE PEREIRA FREITAS

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: PRESERVAÇÃO DE ACERVOS RAROS NA
FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (CIDADE DE GOIÁS-GO)**

Relatório técnico para apresentação à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio.

Orientador(a): Prof. Dra. Keley Cristina Carneiro.

**GOIÁS – GO
2022**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Paulo Henrique Pereira Freitas

Email: paulodifer@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Patrimônio e memória: preservação de acervos raros na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás – GO)

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP/UEG

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 24 de janeiro de 2024.

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

F866p	<p>Freitas, Paulo Henrique Pereira. Patrimônio e memória : preservação de acervos raros na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás-GO) [manuscrito] / Paulo Henrique Pereira Freitas. – Goiás, GO, 2022. 131 f. ; il.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.</p> <p>1. Patrimônio bibliográfico. 1.1. Lugar de memória. 1.2. Lei de Acesso à Informação. 1.3. Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930.25(817.3)</p>
-------	---

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

PAULO HENRIQUE PEREIRA FREITAS

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: PRESERVAÇÃO DE ACERVOS RAROS NA
FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (CIDADE DE GOIÁS-GO)**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 30 de dezembro de 2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr^a. Keley Cristina Carneiro (PROMEP/UEG)
Orientador

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)
Examinador (Membro interno)

Prof. Dr. Leandro Carvalho Damacena Neto (IFG)
Examinador (Membro externo)

Prof. Dra. Raquel Miranda Barbosa (PROMEP/UEG)
Suplente interno

Prof. Dra. Cleusa Maria da Silva (UEG/Pires do Rio)
Suplente externo

Goiás, 30 de dezembro de 2022.

Livros são os mais silenciosos e constantes amigos; os mais acessíveis e sábios conselheiros; e os mais pacientes professores.

(Charles Eliot)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, meu porto seguro, pela graça da vida e por me permitir concluir com saúde o tão almejado mestrado, principalmente por acontecer num momento tão desafiador para o nosso país.

À minha família, minha âncora de apoio em todos os momentos, principalmente os mais turbulentos: minha mãe, Fátima, meu pai, Lourival e meus irmãos Joice e Wisley.

Um agradecimento especial às minhas filhas Sophia e Ana Laura pelos momentos carinhosos e as fugas necessárias.

À minha companheira Kessia Cristina, por ouvir minhas lamentações, angústias e especialmente por entender minhas eventuais ausências enquanto pai e marido.

À minha vizinha Lara Tavares, por me direcionar na construção e na idealização do projeto de mestrado; seus apontamentos foram valiosos e essenciais.

A minha orientadora, Prof^a Dra. Keley Cristina Carneiro, pelos ensinamentos, pelo cuidado e principalmente pela forma afetuosa com que sempre me tratou.

Aos colegas de trabalho Wagner Falcão, Fernando Rodrigues, Samuel Hilário, Mara Guasco, Marco Antônio, Haroldo Campelo e Lorena Cristina por sua frequente contribuição durante todo o percurso.

Aos doutores que estiveram presentes em minha qualificação, cujas observações se fizeram pertinentes para o enriquecimento do trabalho, Prof^o Dr. Neemias Oliveira da Silva e Prof^o Dr. Leandro Carvalho Damacena Neto. A eles os meus agradecimentos.

Aos colegas do PROMEP, pelos aprendizados e trocas de experiências. Sucesso profissional é o que desejo a todos!

Agradeço aos doutores do PROMEP pelas contribuições, reflexões e trocas de conhecimentos em sala de aula. Vocês foram primordiais na construção e amadurecimento da pesquisa.

Ao técnico de laboratório da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Cora Coralina e Prof^o Me. Diego Mendonça, por ter aceitado um desafio gigante, com pouquíssimo prazo e sem hesitação.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à bibliotecária Maria de Fátima Silva Cançado pelo carinho, cordialidade, profissionalismo e principalmente pela paciência que me foi dispensada, sempre que precisei ao buscar documentos e informações acerca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. A você Fátima, meus valiosos e sinceros agradecimentos.

RESUMO

A Fundação Educacional da Cidade de Goiás - FECIGO, instituição vilaboense sem fins lucrativos. Popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ou simplesmente Arquivo Frei Simão, foi criada em 1970 pelo eclesiástico italiano-vilaboense Giuseppe Dorvi, e está localizada na antiga capital de Goiás, compondo o conjunto arquitetônico tombado pelo UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade em 2001. A entidade vilaboense tem reunido na mesma localidade um arquivo histórico, uma biblioteca e um anexo denominado Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás. Por meio de suas instalações, tem preservado, restaurado e disponibilizado para a pesquisa um diversificado acervo de livros, periódicos e documentos históricos vinculados à memória e à história goiana, concretizando-se assim como autêntico “lugar de memória” dentro da concepção apresentada por Nora (1993). Pela conservação, restauração, preservação e principalmente pela disponibilização de documentos ligados a diferentes órgãos das esferas governamentais locais, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, ao longo dos anos, tem propiciado a transparência e o acesso à informação, corroborando efetivamente para implementação da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação, no estado Goiano. Entre os diversos documentos preservados na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, são encontrados documentos, livros e manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX, heranças bibliográficas de uma importante manifestação do patrimônio cultural brasileiro: o patrimônio bibliográfico.

Palavras-chave: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi; Lugar de memória; LAI; Patrimônio bibliográfico.

ABSTRACT

The Foundation Educational of the City of Goiás - FECIGO, a local non-profit institution, popularly known as Foundation Cultural Frei Simão Dorvi or simply Frei Simão Archiv was created in 1970 by the Italian-Vilaboan ecclesiastic Giuseppe Dorvi. The foundation is located in the former capital of Goiás, composing the architectural complex listed by UNESCO as a World Heritage Site in 2001. The vilaboense entity has gathered in the same place a historical archive, a library and an annex called the Archive of Indigenous People and of Culture and Black Pride of Goiás. Through its facilities it has preserved, restored and made available for research, a diverse collection of books, periodicals and historical documents related to the memory and history of Goiás becoming an authentic "place of memory" according to the concept presented by Nora (1993). Through conservation, restoration, preservation, and mainly by making available documents linked to different organs of the local government, the Foundation Cultural Frei Simão Dorvi has provided over the years transparency and access to information, effectively corroborating for the implementation of Law No. 12.527 - Access to Information Law, in the state of Goiás. Among the various documents preserved in the Foundation Cultural Frei Simão Dorvi are documents, books and manuscripts from the 18th, 19th and 20th centuries, bibliographical heritage of an important manifestation of Brazilian cultural heritage: the bibliographical heritage.

Keywords: Foundation Cultural Frei Simão Dorvi; Place of memory; LAI; Bibliographic heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bens imóveis tombados na cidade de Goiás	21
Figura 2 - Foto aérea do Rio Vermelho, cidade de Goiás-GO	22
Figura 3 - Fachada frontal da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	24
Figura 4 - Espaços de pesquisa na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	25
Figura 5 - Mapa de localização da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	26
Figura 6 - Locais onde a Fundação foi alocada antes da sede definitiva	27
Figura 7 - Foto de Frei Simão Dorvi	27
Figura 8 - Anexo AR'QUICONGO	28
Figura 9 - Artefatos dos povos Quilombolas e Indígenas - AR'QUICONGO	29
Figura 10 - Organograma Institucional	31
Figura 11 - Espaço de atendimento para pesquisadores	34
Figura 12 – Cód. de Posturas do Município de Goiás: Lei nº 548, de 11/10/24	38
Figura 13 - Peça publicitária de divulgação da Lei de Acesso à Informação	42
Figura 14 - Campanha publicitária em prol da LAI – Lei de Acesso à Informação	43
Figura 15 - <i>Cyperus papyrus</i> , planta que deu origem ao papiro	48
Figura 16 - Termos encontrados no índice do PLANOR	58
Figura 17 - Obras raras inscritas no catálogo do PLANOR	59
Figura 18 - Parte 1 da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	61
Figura 19 - Parte 2 da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	62
Figura 20 - Partes da estrutura de um livro	66
Figura 21 - Levantamento de requisitos da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	104
Figura 22 - Estudos de requisitos da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	104
Figura 23 - Projeção da página principal do site	107
Figura 24 - Projeção do site clicando no hiperlink do AR'QUICONGO	108
Figura 25 - Logotipo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi	111
Figura 26 – Página principal do site	113
Figura 27 – Menu A FUNDAÇÃO	114
Figura 28 – Menu ACERVOS e FUNDOS	115
Figura 29 – Menu AR'QUICONGO	116
Figura 30 – Menu PESQUISA	117
Figura 31 – Menu EVENTOS	118
Figura 32 – Menu AMIGOS DA FUNDAÇÃO	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Obra nº 1	69
Quadro 2 - Obra nº 1-A	70
Quadro 3 - Obra nº 2	72
Quadro 4 - Obra nº 3	74
Quadro 5 - Obra nº 4	76
Quadro 6 - Obra nº 5	78
Quadro 7 - Obra nº 6	80
Quadro 8 - Obra nº 7	82
Quadro 9 - Obra nº 7 A	83
Quadro 10 - Obra nº 7 B	84
Quadro 11 - Obra nº 8	86
Quadro 12 - Obra nº 9	88
Quadro 13 - Obra nº 9 A	89
Quadro 14 - Obra nº 9 B	90
Quadro 15 - Obra nº 10	92
Quadro 16 - Obra nº 11	94
Quadro 17 - Obra nº 12	96
Quadro 18 - Obra nº 13	98
Quadro 19 - Obra nº 14	100
Quadro 20 – Tecnologias indicadas para implementação do site	105

LISTA DE ABREVIATURAS

CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CERN	Organização Europeia de Pesquisa Nuclear
CNART	Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades
CPBN	Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional
DIPS	Declaração de Interesse Público e Social
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
ENAR	Encontro Nacional de Obras Raras
FECIGO	Fundação Educacional da Cidade de Goiás
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
HTML	HyperText Markup Language
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LAI	Lei de Acesso à Informação
MinC	Ministério da Cultura
ONGs	Organizações não governamentais
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
TI	Tecnologia da informação
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A CIDADE DE GOIÁS E O SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI	21
1.1 Um “lugar de memória” e de valorização da cultura na Cidade de Goiás	35
1.2 A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como instrumento facilitador da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação registrada para o cidadão vilaboense	41
2. O LIVRO IMPRESSO E A FUNDAÇÃO ENQUANTO LUGAR DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	47
3. OBRAS RARAS PRESENTES NA FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: HERANÇAS PATRIMONIAIS.....	61
4. SITE FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL.....	102
4.1 Formato definido.....	103
4.2 Público alvo e impacto esperado.....	110
4.3 Manual de uso do produto	112
4.4 Proposta de aplicação do produto e devolutiva para a comunidade participante ...	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
6. REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo a valorização das ações de preservação de acervos bibliográficos raros e de documentos históricos enquanto patrimônio cultural em “lugares de memórias”, conforme a concepção apresentada por Nora (1993), isto é, “material, simbólico e funcional”. Apresenta-se a partir dessa percepção a Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO), popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, entidade sem fins lucrativos, local de preservação do patrimônio bibliográfico e da cultura goiana que, ao longo dos anos, além de proporcionar o conhecimento acerca de nossas raízes, tem contribuído com a valorização da pesquisa e para a inclusão social em Goiás.

A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, por meio de sua biblioteca e arquivo histórico, tem preservado duas importantes vertentes do patrimônio cultural nacional: o patrimônio bibliográfico e o documental, pois são encontrados na instituição livros, periódicos, manuscritos e documentos históricos diversos datados a partir do ano de 1723, vinculados a diversas estruturas da antiga capital do estado de Goiás, tais como a documentação referente à antiga Câmara Municipal de Vila Boa, documentos de fóruns cartoriais, do Hospital São Pedro de Alcântara (1828 até 1969), documentação religiosa variada, testamentos, inventários, periódicos antigos descontinuados, além de vasta bibliografia da história e da memória goiana.

A importância deste estudo é que ele não pretende apenas aproximar a comunidade das práticas de preservação de livros e documentos históricos que são disponibilizados na biblioteca/arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, mas também na possibilidade de fortalecer os laços do povo com os patrimônios culturais nos locais em que eles estão, conforme nos salienta Florêncio et. al. (2014, p. 21), “qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural”.

Este estudo busca fornecer como produto do relatório técnico um site institucional para a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Essa ferramenta tecnológica funcionará como um canal direto de comunicação da instituição para com seus usuários, além de possibilitar que a entidade atinja núcleos da sociedade com quais não mantém um vínculo direto, para que um dia possam vir a se interessar em conhecer os elementos históricos presentes nos documentos e nas obras raras preservadas na instituição. Busca-se, assim, a divulgação da fundação para além dos

morros da Serra Dourada¹ e também fortalecer os elos da sociedade goiana com suas referências culturais nos espaços em que eles estejam inseridos, de forma a possibilitar a percepção da existência e da valorização de outros patrimônios, além daqueles construídos e edificados em pedra e cal. Dentre eles, as obras raras e o patrimônio bibliográfico e documental presentes na fundação.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, compreende apresentar os motivos nos quais a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem se consolidado enquanto “lugar de memória” e de preservação frente aos esquecimentos em Goiás. Em seguida, identificar os pontos facilitadores e os que dificultam a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi de ser um polo facilitador da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação. Por fim, incentivar a partir da construção do site a utilização da biblioteca/arquivo da fundação como equipamento cultural e espaço não formal de educação.

As justificativas em torno da preservação do patrimônio cultural de um povo devem sempre levar em consideração a diversidade cultural dos diversos grupos sociais, de modo a se evitar equívocos e cumprir com o objetivo da preservação do patrimônio cultural de um país, conforme destaca o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2007): corroborar para o fortalecimento dos laços de pertencimento do cidadão perante uma sociedade ou lugar.

A instituição e marco legal da política de preservação em relação ao patrimônio histórico e artístico no Brasil concretizou-se, inicialmente, por intermédio do Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, que define o patrimônio histórico e artístico nacional como: “O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ampliou-se a concepção do termo patrimônio cultural e passou-se a reconhecer a grande diversidade cultural brasileira e a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, admitindo-se a atribuição de sentidos e valores, conforme descrito nos incisos do art. 216 da carta constitucional brasileira.

¹ A expressão é usual entre os vilaboenses (pessoas nascidas na cidade de Goiás), porque a cidade é cercada pelos morros da Serra Dourada e quando se diz para “além dos morros da Serra Dourada” estão se referindo para ultrapassar as fronteiras do município.

Até a implementação da carta constitucional brasileira de 1988, a alçada da preservação no Brasil em relação a bibliotecas e arquivos era centrada nas características relacionadas às suas edificações, e não ligada ao seu valor histórico e nos traços de memória de seus respectivos acervos. O que se tinha lá dentro ficava, por muitas vezes, alheio à tutela do órgão tombador. A partir desse panorama, é preciso frisar que o patrimônio cultural de um povo não se apresenta expresso apenas em edifícios de alvenaria e conjuntos urbanos tombados, construídos em “pedra e cal”, mas, conforme descrito no inciso IV do art. 216 da Constituição Federal, também em documentos e no patrimônio imaterial.

Apesar de descrita na Constituição Federal de 1988 por intermédio do seu art. 216, como um avanço significativo em relação à tutela do tombamento no país, ao reconhecer que os documentos podem ser considerados bens culturais referenciais desta nação, é preciso frisar que as vertentes do patrimônio bibliográfico e também do patrimônio documental/arquivístico no Brasil ainda estão aquém e muito distantes de conseguir os mesmos investimentos e reconhecimentos elencados sobre os bens culturais materiais ou aqueles construídos essencialmente de pedra e cal, expostos em espaços museológicos, fatores que têm dificultado a elaboração de prospectos relativos à restauração e ao enquadramento de memórias coletivas no território brasileiro.

Nos últimos dois anos (2020-2021), segundo dados fornecidos pelo escritório técnico do IPHAN da cidade de Goiás, foram investidos na área do patrimônio cultural no estado goiano R\$ 4.395.218,48 (quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos). Deste montante, foram investidos R\$ 4.348.608,48 (quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e oito reais e quarenta e oito centavos) em atividades ligadas exclusivamente ao patrimônio edificado, compreendendo ações emergenciais de conservação de arte rupestre de sítios arqueológicos em Serranópolis/GO, restaurações de bens edificados como o Theatro Sebastião Pompeu de Pina em Pirenópolis, a restauração do 6º BPM em Goiás/GO e também no recadastramento de sítios arqueológicos em todo o estado.

Em relação aos investimentos feitos no campo do patrimônio imaterial nesse mesmo período, o escritório técnico do IPHAN da Cidade de Goiás apresentou dados referentes apenas ao ano de 2021, no qual foi investido o valor total de R\$ 46.610,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e dez reais) em ações de salvaguarda para os bens registrados: roda de capoeira, ofício de mestre de capoeira e a romaria dos carros de bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO.

No que concerne ao patrimônio bibliográfico e documental, não são apresentados dados de nenhuma ação realizada nesse campo do patrimônio cultural nos últimos dois anos. Porém,

de acordo com o documento apresentado pelo escritório técnico em Goiás, o último investimento feito nessa área do patrimônio no território goiano foi efetuado em 2019, quando foi realizada a contratação para tratamento do acervo arquivístico e documental do escritório técnico de Pirenópolis, contemplando as etapas de limpeza/higienização, catalogação/classificação e acondicionamento de seu acervo no valor total de R\$ 25.504,22 (vinte e cinco mil, quinhentos e quatro reais e vinte e dois centavos). Acerca desse investimento, é preciso frisar que, além de ter ocorrido há quatro anos, ela representa apenas uma única ação e ocorreu dentro do próprio órgão de fiscalização, o que denota as poucas ações de salvaguarda relacionadas a esse campo do patrimônio cultural em Goiás.

Na conjuntura apresentada por Indolfo (2007, p. 29), os documentos “serviram e servem para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, bem como para o registro da memória”. A partir desse panorama, entende-se que a salvaguarda de obras raras e de documentos históricos, além de serem bases para pesquisas e fonte de fomento para o conhecimento, são também uma forma de manter viva a memória e o patrimônio cultural de um povo.

A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no presente, permeada por grupos vivos, passível à retórica da lembrança e do esquecimento, apresentando fragilidades e vulnerabilidades, num processo constante de evolução (NORA, 1993). A memória se manifesta sobre duas vertentes: individual e coletiva. Enquanto a memória coletiva se dá a partir dos acontecimentos vividos pelo grupo que a une, a outra se manifesta por fatores vividos individualmente (POLLAK, 1992). Neste contexto, a memória se associa à identidade dos sujeitos, porque se dá a partir das suas relações cotidianas. Entretanto, cada coletivo de sujeitos elabora sua identidade. Nessa conjuntura, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e seus documentos históricos transformam-se em referencial de identidade para os moradores locais, visto que seus documentos se relacionam às raízes desses cidadãos.

Ressalta-se que parte desses bens culturais sofre com o abandono e o desleixo por parte do poder público e da iniciativa privada, ficando por muitas vezes suscetíveis ao esquecimento, à destruição e aos danos lesivos do tempo. Sem iniciativas dos órgãos de tombamento do Estado em prol de sua prevenção ou de iniciativas que sensibilizem e empoderem a própria comunidade para que ela seja agente de sua própria cultura, parte dessas heranças culturais tende a desaparecer.

Destaca-se, nesse contexto, o importante papel desempenhado pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi na conservação de acervos raros, que durante décadas tem possibilitado à população da antiga capital do Estado de Goiás, além da ressignificação dos bens culturais

expostos, consolidar-se como um “lugar de memória”, de valorização e de preservação do patrimônio bibliográfico, arquivístico/documental e cultural em Goiás.

A instituição goiana é uma das organizações participantes do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), programa criado em 1983, pela Fundação Biblioteca Nacional (BN), cujo o objetivo é identificar e recuperar obras raras existentes em acervos bibliográficos do país, não só na Biblioteca Nacional, como também em outras instituições culturais, públicas ou privadas, orientando a organização, bem como, a divulgação do acervo.

A preservação de acervos de obras raras e antigos por instituições públicas e privadas é de fundamental importância para a formação do patrimônio bibliográfico nacional, tendo em vista que é preciso reconhecer que o livro tende a ser classificado como documento, e nesse sentido, pode ser considerado característico de memória de seu povo e desta maneira, ser suscetível para tutela como bem cultural patrimonial.

Neste contexto, a preservação de acervos históricos de bibliotecas, arquivos e museus é primordial para a o enquadramento da memória e para o fortalecimento dos elos de identidade de uma nação, pois essas são entidades que propiciam o acesso a pesquisa, conforme salienta Pollak (1989, p.8-9), que “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc”.

Nessa conjectura, ao possibilitar o acesso a memória e ao preservar diversas tipologias documentais (principalmente livros, periódicos antigos e documentos históricos) relacionados a diferentes facetas do governo municipal, estadual e da sociedade goiana, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem propiciado suprir uma significativa lacuna existente nas instâncias institucionais brasileiras, a transparência e o acesso à informação, corroborando assim, efetivamente para implementação da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 que regula entre outros, o acesso à informação na União, estados, Distrito Federal e nos municípios.

Diante do exposto e percebendo a importância da temática, coloca-se o problema da pesquisa: Qual a importância da conservação de um acervo bibliográfico para a preservação da memória e do patrimônio cultural? Elenca-se para a análise do problema proposto as seguintes questões: por que é preciso preservar um documento no formato livro? Existem obras raras (livros, revistas, dicionários e enciclopédias) no acervo da Fundação Frei Simão que podem ser considerados patrimônio bibliográfico goiano ou nacional?

A hipótese que se levanta é que o registro do progresso histórico-social da humanidade e conseqüentemente de nossa memória se concretiza através de documentos. Sem ações que

prezem pela sua salvaguarda e conservação, esses registros tendem a desaparecer. A partir desse enredo, presume-se que no rico e vasto acervo disponibilizado pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, dentre os quais documentos históricos (jornais, enciclopédias, várias bibliografias da história goiana, além de vários fundos arquivísticos nas varas de família, criminal e civil e etc.), muitos podem ser considerados de caráter raro, pois datam a partir de 1723.

A temática da pesquisa aqui trabalhada encontra argumentos na notoriedade em relação à memória e ao patrimônio cultural vilaboense. É tratada na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, não só nos aspectos relacionados ao seu prédio físico, já que a sua sede é também um bem tombado, componente do conjunto urbano arquitetônico acautelado pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, mas também pela magnitude e a diversidade de conteúdo do patrimônio bibliográfico que seu acervo de obras raras e documental pode vir a oferecer.

A base referencial da pesquisa pautará os estudos envolvendo o Patrimônio Bibliográfico, o acervo de obras raras da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, a cidade de Goiás e a preservação da memória e do patrimônio histórico a partir dos trabalhos de autores como Agier (2010), Britto (2014), Chuva (2011), Caldas (2018), Gauz (2015), Indolfo (2007), Soares (2009) e, também, nas considerações de Michell Pollak (1989) e (1992) com suas opiniões sobre o enquadramento da memória, Pierre Nora (1993) sobre a problemática dos lugares, Ana Pinheiro (1990) e os conceitos sobre livros raros no Brasil e Renata Santos (2018) e suas avaliações acerca do Patrimônio Bibliográfico no Brasil. Todos eles contribuíram significativamente aos estudos desta pesquisa.

No que se refere ao corpus documental, utilizam-se 14 obras² publicadas no Brasil no período compreendido entre 1801 até 1900. Para a escolha e seleção dessas 14 obras foi estabelecido como parâmetro o critério de raridade implantado pela Fundação Biblioteca Nacional, através do PLANOR, no qual considera como livros passíveis de raridade as obras publicadas no Brasil durante o séc. XIX. O percurso metodológico do estudo foi desenvolvido na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi no município de Goiás e está embasada em três etapas. A primeira se refere à análise bibliográfica; a segunda realiza-se por meio da seleção e da análise dos documentos de modo a obter dados reais sobre o tema a ser analisado. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002). Foram analisados livros, anuários e almanaques de forma a apresentar os resultados alcançados ao longo da pesquisa e, por fim, realizou-se o desenvolvimento de um produto, que se constitui na criação do site

² As 14 obras aqui especificadas e suas respectivas análises encontram-se dispostas entre as páginas 69 até a 101.

institucional da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, apresentando a história e a memória da instituição.

A página institucional na Web apresentará através de seus menus a história da fundação, disponibilizará fotos e vídeos, a biografia de Frei Simão, o estatuto e seu conselho curador, a descrição dos acervos e fundos disponíveis para a pesquisa, um espaço para a divulgação dos trabalhos oriundos do acervo da fundação, um menu para a divulgação dos eventos que por ventura ali aconteçam e outro dedicado às entidades parceiras e aos amigos da instituição. Por fim, um último menu será dedicado a apresentar a localização e os dados de contato entre os usuários e a fundação.

Quanto à sua estrutura, este relatório técnico se divide em quatro tópicos. O primeiro tópico é intitulado “A cidade de Goiás e o surgimento da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi”. Apresenta uma breve exposição da cidade de Goiás, antiga capital goiana e os contextos do surgimento no município da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, relacionando também os fatores que a consolidam enquanto “lugar de memória” e de valorização do patrimônio Cultural em Goiás. Finalizando, serão destacados os aspectos que a distanciam e os motivos que a reafirmam enquanto polo facilitador da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à informação.

O segundo tópico “O livro impresso e a Fundação enquanto lugar de preservação do patrimônio bibliográfico”, apresenta um contexto histórico do surgimento do livro, percorrendo os primórdios dos primeiros suportes de escrita, bem como as relações entre o autor, o livro e o leitor, e por fim, discorre um panorama acerca do patrimônio bibliográfico no Brasil e a fundação goiana enquanto lugar de preservação desse patrimônio brasileiro.

O terceiro tópico “Obras raras presentes na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como heranças patrimoniais” detalha a metodologia utilizada na coleta dos dados e apresenta análises detalhadas das obras bibliográficas levantadas no acervo da fundação que se qualifiquem enquanto obras raras e conseqüentemente patrimônio bibliográfico à luz dos critérios implementados pela Biblioteca Nacional através do PLANOR.

O quarto e último tópico “Website da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental” é dedicado a apresentação do produto e seu formato, o público alvo pretendido, o manual de utilização do website, que demonstra o passo a passo de como utilizar a ferramenta de forma a potencializar a facilidade de seu uso pelos interessados. O tópico também exhibe a proposta de devolutiva para a comunidade.

1. A CIDADE DE GOIÁS E O SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI

O presente capítulo faz uma breve apresentação da cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, e os contextos de surgimento da Fundação Educacional da Cidade de Goiás, popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, enquanto “lugar de memória”, a partir da concepção defendida por Nora (1993). Também serão explicitados os elementos que a consolidam e os que afastam enquanto polo facilitador da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

Figura 1: Bens imóveis tombados na cidade de Goiás: A primeira imagem é o Museu das Bandeiras; A segunda imagem, inferior à esquerda, é a Igreja da Boa Morte; A terceira imagem, inferior à direita, é o Chafariz de Cauda.



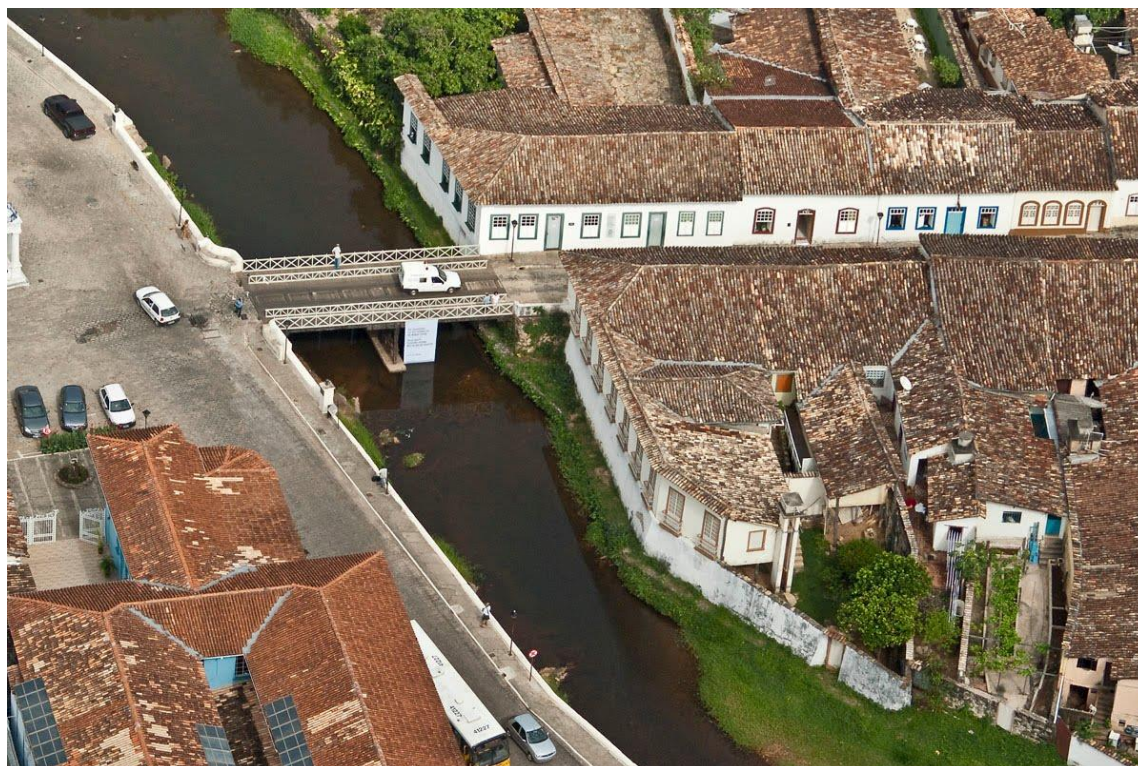
Fonte: Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

Em seus quase 300 anos de história, a cidade de Goiás, antiga capital goiana, proporciona por meio de seu conjunto urbano do século XVIII tombado como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em 2001 (ver figura 1), fortalecer os laços de afeto, manter viva a história e a memória da antiga capital, além de contribuir para o fortalecimento da identidade do povo goiano. Conforme retrata Carneiro (2005, p. 26), o município de Goiás e seus moradores, após perderem o título de capital, apegam-se ao “seu passado colonial, na

valorização de seus monumentos, nas tradições, na ritualização do poder. Goiás deixa de ser capital, mas passa a ser o repositório das tradições”.

A cidade de Goiás, que teve como principal catalisador em seu processo de formação a exploração do minério do ouro no leito de seu principal manancial, o rio Vermelho³, está localizada a noroeste do território goiano, distante 142,6 km da nova capital Goiânia, compondo a microrregião do Rio Vermelho. A cidade possui um território de aproximadamente 3.108,108 km², com uma população estimada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021) em 22.122 (vinte e dois mil e cento e vinte e dois) habitantes. Seu território é composto por área urbana e rural. Destaca-se no município o elevado número de assentamentos oriundos da reforma agrária, 24 no total, segundo informações do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁴.

Figura 2: Foto aérea do Rio Vermelho, cidade de Goiás-GO.



Fonte: Fotografia de Vicente Sampaio⁵, 2009.

Além do título de Patrimônio Mundial, a cidade de Goiás é berço da preservação do patrimônio cultural goiano. Além dos bens culturais construídos em “pedra e cal” e tutelados

³ Para conhecer sobre ler: PALACIN, Luiz; MORAES, Maria A. de S. **História de Goiás: (1722-1972)**, 1994.

⁴ Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/#noroeste>

⁵ Disponível em: lencoisesequedonosoriovermelho.blogspot.com/2009/11/fotos-aereas-do-rio-vermelho-cidade-de.html. Acesso em: 29 nov. 2022.

pela UNESCO, abriga outras referências culturais do patrimônio imaterial, como a capoeira e as celebrações da Semana Santa e do Fogaréu. Além desses, a cidade de Goiás abriga outro patrimônio, referência da memória coletiva da cidade, o emblemático Rio Vermelho (ver figura 2). Um rio dentro do “patrimônio, que carrega histórias, mitos e memórias, um manancial de águas ora cristalinas ora barrentas devido a sua coloração em épocas de chuva, um rio fronteira que divide a cidade em duas “metades”, conforme ressalta Tedesco (2009, p.4):

Assim, se do lado ‘de cá do rio’ ou ‘lado da Matriz’ predominam objetos que traduzem o modo de vida de pessoas mais abastadas, preocupadas com as normas e regras de etiqueta ligadas a Corte e com condições de adquirirem objetos em louça importada, do lado ‘de lá do rio’ ou do lado ‘da Igreja do Rosário’, predominam os objetos feitos em cerâmica com fortes elementos africanos em sua decoração (TEDESCO, 2009, p. 4).

Conforme direciona Britto (2014, p. 977), “as políticas culturais não deveriam promover apenas os objetos ‘autênticos’ de uma sociedade, mas os culturalmente representativos”, de forma a ampliar os horizontes de abrangência das políticas patrimoniais previstas na constituição brasileira de 1988, reduzindo a problemática apresentada por Florêncio et. al. (2015, p.23), “que no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é chamado de patrimônio cultural nacional”, instigando possibilidades para diminuir o sentimento de indiferença empregue por grande parte da população brasileira em relação às heranças culturais eleitas como patrimônios culturais.

É nesse sentido, de que é preciso se atentar aos bens culturais alheios ao cunho do tombamento, mas que também se apresentem referências acerca da memória coletiva da cidade e que propiciam a elevação da cultura local, na qual se destaca o surgimento em 1970 da Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO), popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ou Arquivo Frei Simão (ver figura 3), uma instituição sem fins lucrativos, criada pelo italiano-vilaboense Giuseppe Dorvi, comumente conhecido entre os populares por Frei Simão Dorvi.

A criação da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, juntamente com sua biblioteca/arquivo na antiga capital goiana, surge da necessidade e do anseio dos jovens estudantes da cidade de complementarem seus estudos e terminar suas formações, conforme salienta Salles (1974, “não paginado”): “a cidade precisava de um centro educacional em nível de ensino universitário a fim de que sua mocidade pudesse ali especializar seus conhecimentos adquiridos no ensino médio”.

Tornou-se realidade a Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO, inicialmente cunhada pelo seu idealizador com o intuito principal de transformar a cidade de

Goiás em polo universitário. A entidade tem se transformado ao longo desses mais de cinquenta anos de funcionamento enquanto “lugar de memória”, de promoção da educação e cultura e principalmente de lugar de preservação do patrimônio cultural.

Figura 3: Fachada Frontal da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.



Fonte: Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

A fundação, por meio de seu arquivo e biblioteca, mantém e preserva sob sua guarda uma diversa gama de documentos e acervos históricos que datam a partir do ano de 1723. Ainda é incerta a quantidade de materiais armazenados, pois existem muitas caixas de documentos que sequer foram tratadas e analisadas. A entidade tem possibilitado por meio dos seus espaços (ver figura 4) a pesquisa e a preservação de documentos relacionados à antiga Câmara Municipal de Vila Boa, fóruns cartoriais (civil, crime e família), documentos vinculados ao poder municipal local, Hospital São Pedro de Alcântara (1828 até 1969), mercado municipal, documentos religiosos, registros de irmandades, certidões de casamento, nascimentos e óbitos, batizados, testamentos, inventários, periódicos antigos variados, além de livros ímpares da história e da memória do estado de Goiás.

Figura 4: Espaços de pesquisa na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

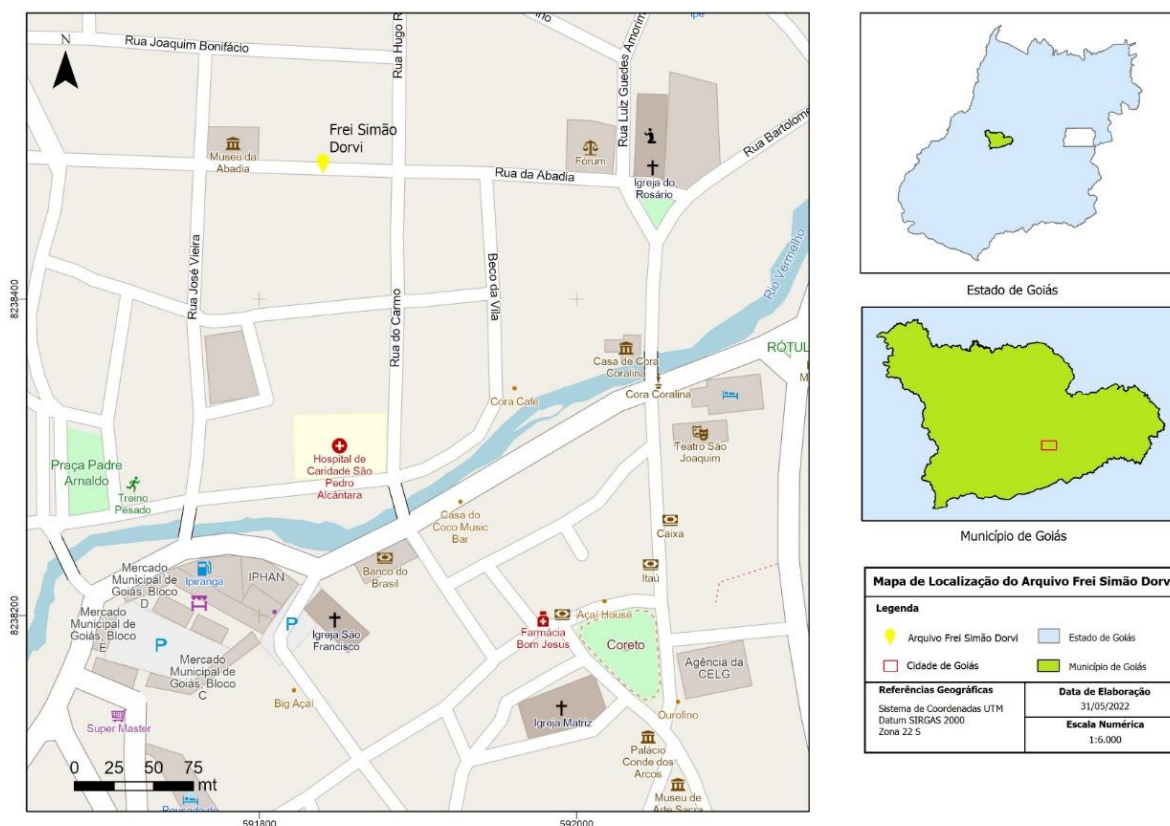


Fonte: Fotografias de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

A instituição tem desenvolvido suas atividades de fomento à cultura e da preservação da memória e do patrimônio cultural goiano em sua sede atual desde o final da década de 1990. O edifício conta atualmente com 11 cômodos internos, com paredes construídas de pau a pique

na maioria dos cômodos (exceto banheiros e a nova ala). Está localizado na rua da Abadia, nº 11, CEP: 76600-000, no centro histórico da cidade de Goiás (ver figura 5), fazendo parte do conjunto urbano arquitetônico tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO, como Patrimônio Cultural Mundial em dezembro de 2001.

Figura 5: Mapa de localização da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi na cidade de Goiás



Fonte: Daniel dos Santos Correa (2022). Adaptações de Paulo H. P. Freitas, 2022.

O prédio atual da entidade foi adquirido com recursos advindos da própria pensão de Frei Simão Dorvi, e nesses mais de cinquenta anos de funcionamento, segundo Emos (2016), o arquivo precisou passar por diversos locais antes de ser instalado em sua sede definitiva na rua da Abadia, como, por exemplo, em espaços cedidos no Palácio Conde dos Arcos, no Lar São José e no Convento da Igreja da N. Sra. do Rosário (ver figura 6) e também pela Faculdade de Direito⁶.

⁶ Não foram inseridas fotos deste local, pois a pesquisa não conseguiu confirmar se o prédio se trata da unidade onde atualmente funciona a Universidade Federal de Goiás no município.

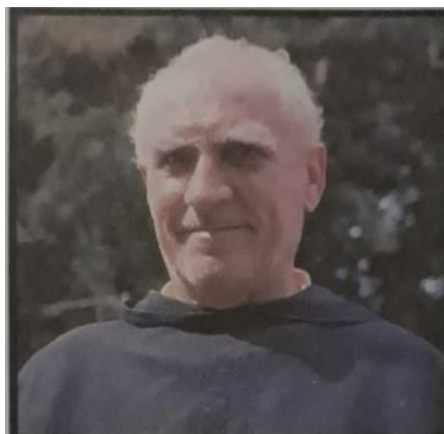
Figura 6: Locais onde a Fundação foi alocada antes da sede definitiva: A primeira imagem é o Palácio Conde dos Arcos; A segunda imagem, inferior à esquerda, é o Lar São José; A terceira imagem, inferior à direita, é o Convento da Igreja do N. Sra. Do Rosário.



Fonte: Fotografias de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

O religioso Giuseppe Dorvi, conhecido popularmente na cidade de Goiás como Frei Simão Dorvi (ver figura 7), teve papel crucial na guarda e na preservação de grande parte do acervo da instituição. O eclesiástico, nascido em 1907, é natural da cidade de Vernasca na Itália. Segundo Emos (2016) veio para o Brasil em 1936, instalando-se inicialmente no estado de São Paulo, em Santa Rita do Rio Pardo. Mudou-se para Goiás em 1938, durante a celebração das festividades da Semana Santa, dedicando-se inicialmente ao ensino da catequese.

Figura 7: Foto de Frei Simão Dorvi.

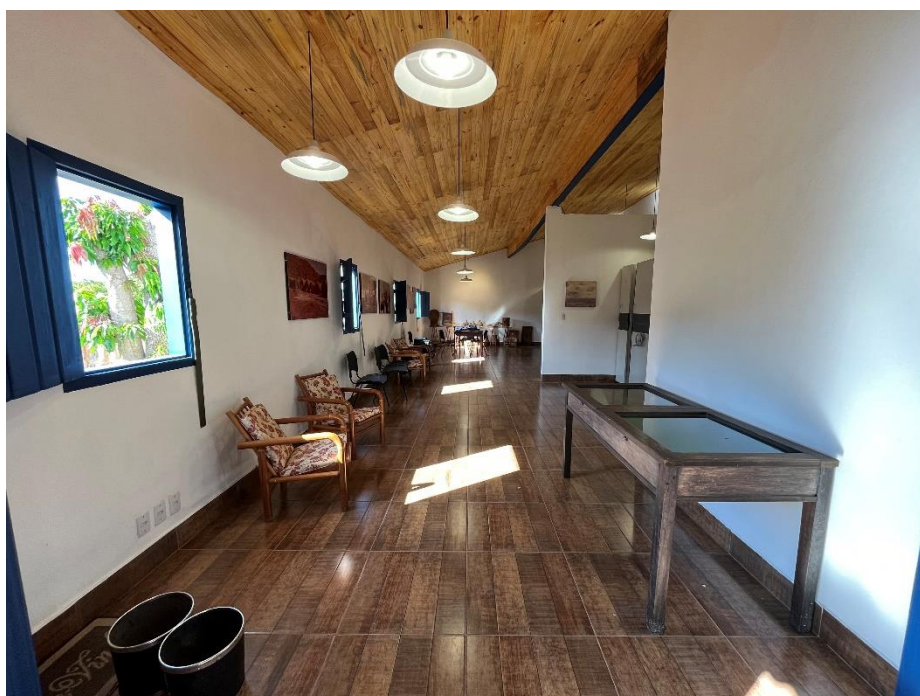


Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, s/d.

Após a morte do bispo Dom Cândido Bento Maria Penso, em 1959, o eclesiástico Frei Simão Dorvi inicia os trabalhos de organização do arquivo diocesano Emos (2016), cuidando dos registros de nascimento, casamentos e óbitos de toda a Diocese de Goiás, atual Arquivo Diocesano Dom Tomás Balduino. É também nessa época que Frei Simão começa a reunir, recuperar e encadernar manuscritos, livros e documentos diversos da história de Goiás, que posteriormente possibilitariam a criação, em 1970, da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. Em 1979, devido a um evento religioso, o eclesiástico precisaria retornar a seu país natal, a Itália, e por contratempos não mais retornou à Cidade de Goiás, vindo a falecer em 1996, deixando um grande legado para preservação da história e da cultura em Goiás.

Funcionando em um espaço “híbrido”, por mesclar no mesmo ambiente um arquivo histórico, uma biblioteca e um anexo com o Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof^ª. Dra. Mari de Nasaré Baiocchi - AR’QUICONGO, a instituição busca manter viva a história e a memória da antiga capital, além de incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o patrimônio histórico, cultural e artístico local.

Figura 8: Anexo AR’QUICONGO.



Fonte: Fotografia de Samuel Hilário Rodrigues, 2022

O Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof^ª. Dra. Mari de Nasaré Baiocchi - AR’QUICONGO, foi inaugurado em maio de 2022 e reúne um vasto acervo de livros, documentos, manuscritos e artefatos de afro-brasileiros quilombolas e de povos indígenas originários do Centro-Oeste brasileiro (ver figura 8 e 9). A nova ala foi pensada para possibilitar que as associações representativas dos povos afro-brasileiros que ao longo dos anos

têm lutado contra as mazelas do racismo e também pelo reconhecimento do direito dos povos das comunidades quilombolas tenham um ambiente em que possam desenvolver suas atividades culturais e sociopolíticas.

Figura 9: Exposição de artefatos dos povos Quilombolas e Indígenas - AR'QUICONGO.



Fonte: Fotografia de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

O anexo do AR'QUICONGO, instalado na fundação, se faz relevante porque durante o ciclo da exploração aurífera e conseqüentemente durante o processo de formação do município de Goiás, se fizeram presentes e constantes os embates identitários entre os diversos grupos étnicos (negros, brancos e indígenas) que residiam em Goiás. Ao propiciar o acesso e a pesquisa desses documentos, a fundação se coloca como mecanismo de poder e combate frente aos esquecimentos identitários presentes em Goiás, oportunizando aos afro-brasileiros que atualmente residem na cidade uma nova realidade, muito diferente da realidade que outrora seus antepassados viveram, pois, lamentavelmente, conforme retrata Tedesco (2009, p.1), a “população negra escrava e/ou forra sequer puderam registrar seu próprio passado”.

Em a centralidade da cultura, Hall (1997) apresenta o papel central da cultura na vida social humana Segundo o autor, o que se classifica de “nossas identidades” são, na verdade, frutos da junção “especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e

peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente” (HALL, 1997, p. 26).

É preciso frisar que tanto a identidade quanto a memória se fazem presentes em lugares compostos “como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo” (CANDAU, 2018, p. 156), por serem locais que possibilitam a preservação da história vivida em um determinado período de tempo. De acordo com Bosi (1994, p. 55), “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens as ideias de hoje, as experiências do passado”. São essenciais na sociedade atual espaços que facultem à população o exercício da lembrança.

Posto isso, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, além de propiciar o fortalecimento dos laços identitários e a inclusão social através da junção de seu arquivo, biblioteca e o espaço destinado aos indígenas e ao orgulho negro, tem oportunizado à população local não só rememorar lembranças, mas também um lugar propício ao desenvolvimento de novas pesquisas e uma formação mais crítica e cidadã.

Um dos carros-chefes da instituição é o arquivo histórico. Acerca desses espaços, Lopez (2002) salienta que são essenciais na sua composição a utilização de ferramentas adequadas para sua descrição, as quais denomina de “instrumentos de pesquisa”. O autor salienta que esses instrumentos são fundamentais dentro do arquivo, de modo a evitar que o espaço se transforme em uma incógnita para quem deseja utilizá-lo. O papel principal dessas ferramentas de descrição é “orientar a consulta e determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos” (LOPEZ, 2002, p. 13).

Segundo Lopez (2002), essas ferramentas devem ser utilizadas em conjunto com as referências classificatórias do acervo, de modo a evitar o esvaziamento dos significados dos documentos no momento de sua descrição. Acerca desse quesito, a fundação tem utilizado como principal instrumento de pesquisa para o seu acervo a ferramenta do inventário que, de acordo com Lopez (2002, p. 32), são instrumentos que “buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções”.

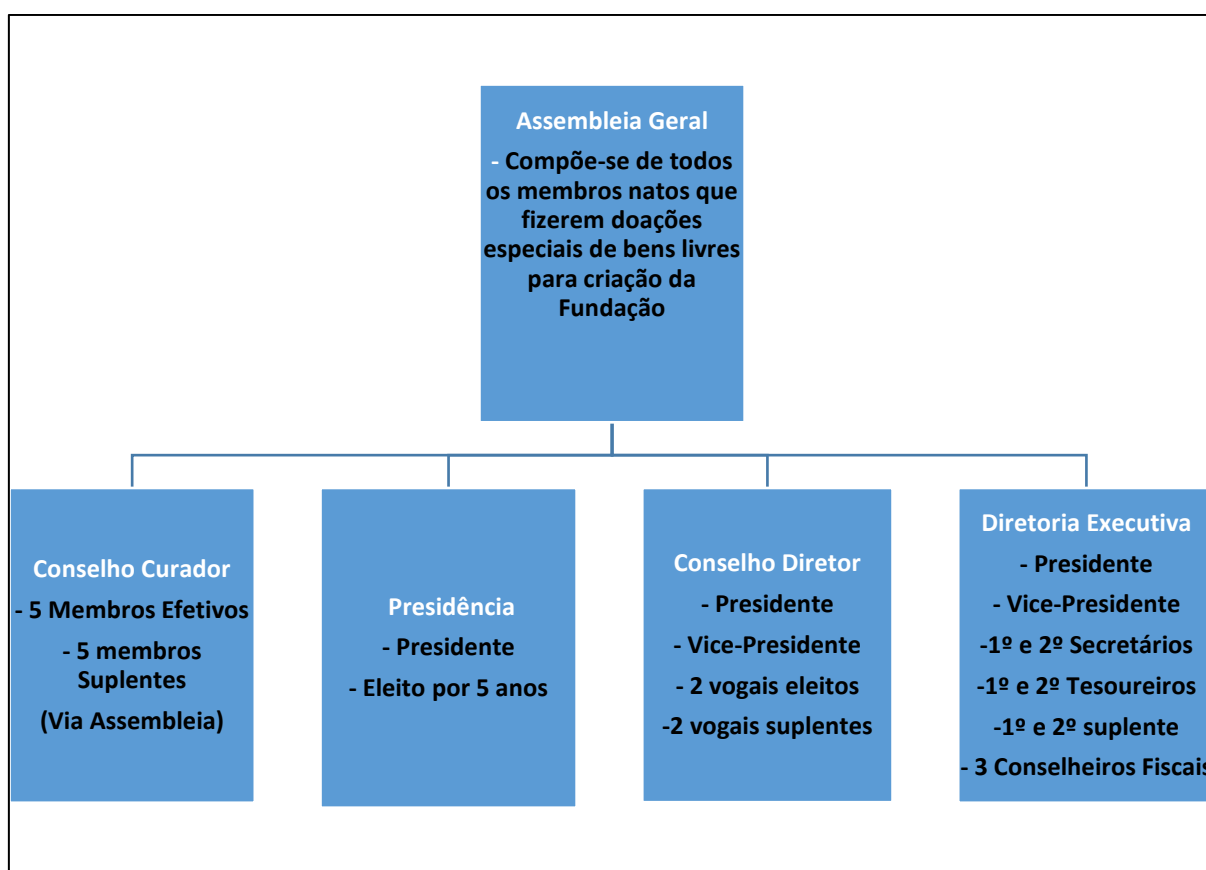
Esse instrumento tem a função principal de “descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação” (2002, p. 32). Por descreverem conjuntos documentais, os inventários possuem uma vida útil mais longa que outros instrumentos de pesquisa utilizados na descrição desses espaços.

Acerca desse aspecto, desde 1998 a composição do espaço da Fundação em relação à organização, à preservação, à restauração e à conservação do vasto acervo da entidade está sob a responsabilidade da bibliotecária e especialista em arquivos Maria de Fátima Silva Cançado. Além da função de coordenadora, a bibliotecária é atualmente a única servidora a prestar

atendimento ao público dentro da organização, o que denota uma certa limitação em relação ao atendimento de seus usuários.

A instituição está sob a presidência do graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Elder Camargo de Passos para um mandato de cinco anos, com possibilidade de reeleição. Conforme destaca o estatuto de fundação da entidade (ver figura 10), a eleição dos membros componentes do Conselho Curador e suplentes, da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Diretor da fundação, deve ocorrer no intervalo de três em três anos de forma secreta, no qual cada membro presente ou legalmente representado terá direito a apenas um voto durante o pleito.

Figura 10: Organograma Institucional



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no estatuto da fundação, 2022.

Compõem o corpo administrativo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi (ver figura 10) de acordo com seu art. 9º: a Assembleia Geral, o Conselho Curador, a Presidência, o Conselho Diretor e uma Diretoria Executiva. Conforme descrito no estatuto de criação, a assembleia geral é o órgão soberano de deliberação da fundação, sendo presidida pelo

Presidente da instituição. De acordo com o documento, a maioria dos membros, exceto a diretoria executiva, não fará jus a nenhum tipo de vencimento pelo desempenho de suas respectivas funções, que se considera *múnus público*⁷.

É preciso uma problematização acerca da composição funcional da instituição, tendo em vista que, na prática, o que se verifica é que a maioria das decisões relacionadas à fundação estão centradas na pessoa do presidente Elder Camargo e da bibliotecária/especialista em arquivos e única funcionária da instituição, Maria de Fátima Silva Cançado. Outro ponto importante é que, apesar de participar de todas as decisões acerca do andamento e do futuro da instituição, atualmente, a bibliotecária Fátima Cançado não exerce nenhuma função no quadro hierárquico da fundação, apenas é responsável pelo atendimento ao público.

Acerca dessas colocações faz-se a seguinte indagação: não seria interessante a instituição rever seu quadro hierárquico? Acredita-se que sim, que esse é o caminho mais viável para a resolução do hiato entre o quadro hierárquico institucional e a resolução dos problemas do dia a dia da instituição.

Idealizada pelo seu criador Frei Simão Dorvi para fins educacionais e culturais, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem como objetivos principais estabelecidos de acordo com o que está referendado no Art. 2º de seu estatuto de criação as seguintes finalidades:

- a) Criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino, sem finalidade lucrativa, de forma a elevar o nível cultural e educacional da região em que a instituição esteja sediada;
- b) Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os adolescentes da localidade e do país;
- c) Tomar providências no sentido de tornar o ensino mais ajustado aos interesses e possibilidades dos estudantes, bem como às reais condições e “necessidades do meio, inclusive esclarecendo a opinião pública quanto às vantagens asseguradas pela educação;
- d) Criar e manter um instituto de pesquisas históricas;
- e) Incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o patrimônio histórico e artístico da cidade de Goiás em estreita colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- f) Criar e manter uma oficina de higienização, restauração e encadernação de papéis, documentos, livros, etc;
- g) Apoiar, criar, agenciar, fortalecer e organizar cursos técnicos, de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado na área de patrimônio histórico e restauração em

⁷ O termo *múnus* surgiu no latim e tem o significado de dever, obrigação, etc. O *múnus público* é uma obrigação imposta por lei, em atendimento ao poder público, que beneficia a coletividade e não pode ser recusado, exceto nos casos previstos em lei.

parceria com faculdades, institutos, universidades públicas e privadas nacionais e internacionais;

h) Receber todo e qualquer doação financeira e material de pessoas físicas e dos governos federal, distrital, estadual e municipal, bem como de todos(as) os(as) ministérios, secretarias, autarquias, fundações, estatais, sociedades de economia mista, consulados, embaixadas e demais entidades públicas e privadas de qualquer unidade da República Federativa do Brasil, inclusive outras entidades do exterior.

Observa-se acima que uma das finalidades da instituição, referendada no art. 2º do seu estatuto de criação é “incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o Patrimônio Histórico e Artístico da cidade de Goiás, em estreita colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais”. Nessa conjuntura, ao longo dos anos, a fundação, através de seu arquivo, tem possibilitado o acesso e a pesquisa a diversos documentos históricos, contribuindo para o fortalecimento não só da história como também da memória e da identidade vilaboense.

Porém, apesar de trabalhar para preservar um bem comum referente à memória, à história, à cultura e à identidade goiana e vilaboense, uma das problemáticas enfrentadas pela administração da fundação é que atualmente a instituição tem sofrido com a falta de parcerias e de recursos, tanto humanos quanto financeiros. Destaca-se a esse respeito que umas das poucas parceiras longevas que a instituição tem mantido nos últimos anos é junto à Universidade Estadual de Goiás (UEG), através do curso de História do Câmpus Cora Coralina e principalmente pelo Centro de Memória da instituição.

O Centro de Memória da Universidade Estadual de Goiás foi criado em 2016 sob a coordenação geral da Profª Dra. Keley Cristina Carneiro, com o intuito principal voltado à preservação de acervos documentais arquivísticos, bem como favorecer a acessibilidade e a democratização do conhecimento ligados aos documentos locais. O programa desenvolvido junto a Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da universidade prevê, entre outras atividades, ações ligadas a higienização, catalogação, ordenamento e digitalização de documentos históricos ligados a arquivos.

Desde 2017 tem sido desenvolvido nas dependências da fundação, pelos bolsistas e voluntários do projeto, diversas atividades do programa, como a higienização, a organização e a digitalização do acervo documental da unidade. Além dos bolsistas e voluntários do programa ligado ao Centro de Memória, a instituição tem ofertado nas suas dependências um espaço adequado para a execução dos estágios curriculares dos acadêmicos do curso de História, do Câmpus Cora Coralina da cidade de Goiás. Essas ações representam uma importante aproximação entre a fundação e umas das comunidades acadêmicas da região, que tem na

fundação uma importante fonte de pesquisa para seus estudantes, principalmente por propiciar espaço e profissionais capacitados (ver figura 11).

Figura 11: Espaço de atendimento para pesquisadores.



Fonte: Fotografia de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

Apesar da parceria entre a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e a Universidade Estadual de Goiás por meio do Centro de Memória e do Curso de História do Câmpus Cora Coralina, são quase inexistentes os investimentos financeiros advindos de outros entes das esferas do poder público brasileiro. Nos últimos anos a Fundação Cultural Frei Simão tem se mantido principalmente pelas doações financeiras de ONGs internacionais e nacionais, da cobrança das taxas de pesquisa, da venda das publicações doadas pelos pesquisadores e também do aluguel das vagas de garagens para veículos existentes no terreno da instituição.

Além dos contratemplos em relação à falta de fomento e de recursos humanos, a fundação tem problemas em relação à comunicação com o público externo, visto que, atualmente, as únicas maneiras efetivas de conhecer ou comunicar-se com a instituição é se deslocando diretamente ao endereço do seu prédio físico, um bem tombado, localizado no centro histórico da cidade de Goiás ou ligando diretamente no telefone pessoal da bibliotecária Maria de Fátima Silva Cançado para agendar uma visita.

Apesar dessas narrativas, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, em sua concepção de equipamento cultural e espaço não formal de educação, além das atividades ligadas à preservação documental, também tem favorecido ao longo dos anos um lugar propício ao desenvolvimento das atividades ligadas à educação patrimonial, visto que, além da apreensão e da disseminação do conhecimento, o espaço oportuniza compreender que “o que um dia foi presente” e “hoje constitui passado”, é também uma possibilidade de manutenção da memória e do patrimônio cultural de um povo, instigando, assim, a criticidade e o fortalecimento dos laços de identidade e cidadania locais.

1.1 Um “lugar de memória” e de valorização da cultura na Cidade de Goiás

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea em que se vive tem sido a preservação de seus legados coletivos ou o que se denomina patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Impactados essencialmente, pelas rápidas transformações nas áreas sociais, tecnológicas, econômicas e culturais advindas principalmente pelas implicações de um mundo cada vez mais moderno, globalizado e conectado, conforme salienta Agier (2001, p.17), “em um mundo inteiramente globalizado, no qual as identidades tendem a perder suas referências locais, deve-se perguntar a respeito do lugar onde toma forma a criatividade cultural”.

De acordo com Nora (1993, p.15), “o que nós chamamos de memória é, na verdade, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que é impossível lembrar”, ela “é a vida, sempre carregada por grupos vivos” e nesse contexto, a memória estaria em permanente transformação. Segundo o autor, a memória manifesta-se através de “um grupo”, e assim, seria “por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.

É preciso frisar nesse contexto, que a memória de um povo não se faz presente apenas em monumentos edificadas e construídos em pedra e cal, se manifesta também nas tradições e nos costumes dos povos e por esse motivo também devem ser preservados, de forma a propiciar a construção e o fortalecimento dos laços de identidade.

Segundo Nora (1993, p. 15), “a ‘memória de papel’ da qual falava Leibniz, tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação e bancos de dados”. Na formação e desenvolvimento de seus respectivos acervos, tanto as bibliotecas quanto os arquivos, sejam eles instituições de caráter público ou privado, devem privilegiar espaços de afirmação da identidade e da coletividade local, afim de enriquecer as memórias e

as riquezas culturais locais de seu povo (língua, crenças, comportamentos, valores, costumes, religião, folclore, dança, culinária, arte, etc.).

Em seus estudos acerca das concepções da memória e identidade, Joel Candau (2011), apresenta o conceito de memória distinguindo-a a partir de três níveis de manifestações: a “memória de baixo nível ou protomemória, a memória propriamente dita ou de alto nível e a metamemória”. A protomemória ou memória de baixo nível é aquela no qual se enquadram as experiências e os saberes mais fortes vividos individualmente, aquela repetitiva, é a memória social incorporada, presente na linguagem verbal e nos gestos, é “uma memória “imperceptível”, que ocorre sem a tomada de consciência” (CANDAU, 2011, p. 23).

O segundo tipo é a “memória propriamente dita ou de alto nível”, é a memória de recordação, de evocação instituída, com recordações que o autor salienta de autobiográficas, que se expressa conforme indica Candau (2011, p. 23), através de conhecimentos “enciclopédicos (saberes, crenças, sensações, sentimentos e etc.)”.

Por fim, a terceira manifestação do conceito, de acordo com Candau (2011, p. 23) é aquela denominada por ele como “metamemória”, que é a memória “reivindicada e ostensiva”, que perpassa a formação identitária de cada ser. Ela representa as recordações que cada indivíduo elabora de suas respectivas lembranças e a compreensão que se possui dela.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), nos seus estudos e concepções acerca da distinção entre a memória coletiva e história, destaca os seguintes aspectos sobre essas duas vertentes:

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (HALBWACHS, 1990, p. 80).

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sobre dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece seu passado; há, na verdade, dois grupos que se sucedem (HALBWACHS, 1990, p. 81-82).

Acerca das concepções apresentadas por Halbwachs (1990), enquanto a memória coletiva emerge surgindo naturalmente da mente humana de maneira continuada, instintiva e primitiva, abarcando as memórias individuais sem, entretanto, se confundir com elas, a história, pelo caminho contrário, seria consequência do processo de estudo e de reflexão ao qual é

submetida, em que os acontecimentos são esquematizados e construídos de forma linear e didáticos ou seja, uma emerge quando a outra deixa de existir.

Já na concepção de Pollak (1992, p. 4), a memória nacional, aquela organizada, representa um objeto de batalhas importantes, e são corriqueiras as disputas para determinar quem será esquecido ou quem será lembrado. Para o autor, a memória se constituiria enquanto um elemento seletivo, um fenômeno construído e componente formador do sentimento de identidade, tanto no aspecto individual quanto no coletivo, pois os elementos que a constituem, segundo Pollak (1992, p. 201) “em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente” ou, em segundo lugar, podem ser os que ele denomina “vividos por tabela, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, aqueles nos quais nem sempre são vividos pela pessoa diretamente.

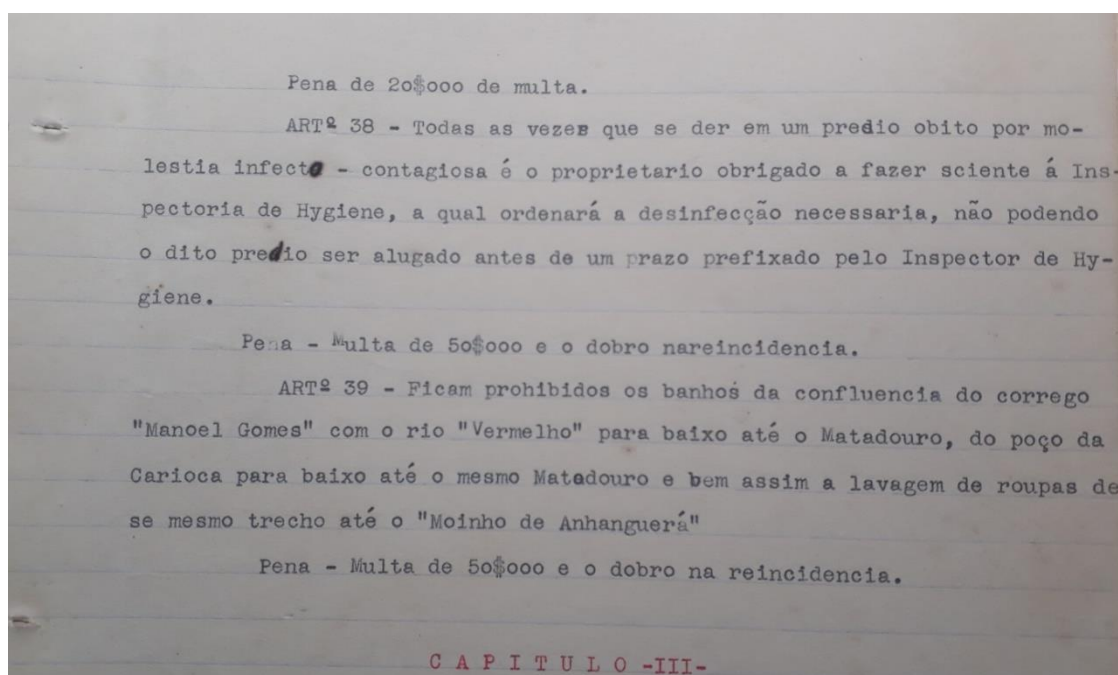
De acordo com Pollak (1989, p. 8) “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta de material fornecido pela história”. As bibliotecas, arquivos e museus têm a função primordial de guarda e solidificação da memória, pois os discursos ao serem construídos dependem de coerência, credibilidade e de referências.

Aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória: os arquivos da mesma forma que as Três cores, as bibliotecas, os dicionários e os museus com o mesmo atributo que as comemorações, as festas, o Panthéon ou Arco do triunfo; o dicionário Larousse e o muro dos Federados (NORA, 1993, p. 12).

Em relação aos equipamentos culturais, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, por meio de seu arquivo e biblioteca, tem preservado documentos referentes a inúmeras esferas da sociedade vilaboense (ver figura 12), que permearam os contextos históricos da vida cotidiana de diferentes grupos, raças e classes sociais, favorecendo assim o acesso à história, à memória, à cultura e às tradições desses povos, inclusive os excluídos, esquecidos ou negligenciados do cenário cultural do município de Goiás, consolidando-se, assim, como um “lugar de memória”, conforme a conjectura apresentada por Nora (1993, p. 21), isto é “material, simbólico e funcional”. Os três, sentidos simultaneamente.

Acerca dos lugares de memória, o autor argumenta que estes “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Figura 12: Cód. de Posturas do Município de Goiás: Lei nº 548, de 11 de out. de 1924.



Fonte: Acervo Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2021.

Em sua constituição, os “lugares de memória” têm a incumbência de “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial” (NORA, 1993, p. 22). É importante frisar que os lugares de memória remetem simultaneamente a duas facetas do patrimônio: a tangibilidade e a intangibilidade. A faceta da tangibilidade se refere ao meio físico e a materialidade presente no lugar. Já a faceta da intangibilidade se refere ao simbólico, pois este só é um lugar de memória se o sentimento e o ritual se fizerem presentes.

A memória, então, é o processo social através do qual um grupo ou comunidade reconstrói suas ações no andamento, que leva em conta as identidades e as alteridades dentro de um sistema de representações e subjacente aos registros existentes nesses locais topográficos, funcional ou simbólico, também chamados de veículos ou artefatos de memória, como bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, edifícios, entre outros, que por sua vez podem ser considerados patrimônio material e intangível (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 427).

Em resumo: uma edificação como o prédio de um arquivo ou de uma biblioteca também pode ser considerado um lugar de memória. Para isso, é imprescindível que o sentimento se faça presente, que haja vínculo do lugar com a comunidade ou com sua história, conforme destaca o órgão responsável pelas ações de preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial no país – o IPHAN (2016, p. 31), quando afirma que “o importante é que eles representem uma referência para as pessoas”.

As edificações podem ser de diferentes épocas e estilos e podem servir para diferentes finalidades [...] Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, de suas crenças, de atividades de trabalho. Esses lugares são essenciais para o inventário e podem significar novas descobertas, novos bens de nosso patrimônio que merecem ser cuidados. (IPHAN, 2016, p.32)

A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, ao possibilitar aos habitantes da antiga capital e também do estado de Goiás um ambiente em que podem ser encontrados documentos relativos às suas raízes e de seus antepassados, se apresenta num espaço de grande simbolismo e de relevância especial para esta comunidade, pois sua relevância se concretiza a partir da sua representação como referência para as pessoas e, nessa conjuntura, tem se consolidado ano após ano como um autêntico “lugar de memória”, de grande simbolismo e de relevância especial para a comunidade vilaboense e também goiana.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22).

Nas reflexões acerca das concepções em torno das narrativas dos espaços de memória, Prado (2014, p. 176) relata que “observamos não só o lugar de memória, mas a *ausência* deste lugar de memória, encarado como signo da ação do campo de poder e controle presentes em Goiás e capazes de manipular datas, acontecimentos, lembranças e a própria história”. A partir da constatação apresentada por Prado (2014), percebem-se duas narrativas opostas na concepção desses “lugares de memória”. A primeira narrativa se configuraria enquanto instituição de poder e de combate frente às ausências referenciais de povos minoritários ou em esquecimento e a segunda narrativa presente nesses espaços se configuraria em instituições que corroborassem para com esses preconceitos e esquecimentos.

À luz da primeira narrativa, visualiza-se na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi na inexistência desses “espaços de memória”. Ao propiciar o acesso a documentos e objetos relacionados a diversos grupos em apagamento, como os povos indígenas e os Kalungas, se consolida enquanto espaço de resistência e de enfrentamento, no qual as vozes dissonantes de povos “esquecidos ou tendenciosamente negligenciados” se fazem presentes, inclusive os grupos étnicos ligados principalmente às matrizes afrodescendentes que, ao longo do tempo, sofreram com severos preconceitos de cor, raça e religião.

A partir dessa configuração, não se privilegia apenas a preservação da documentação relacionada aos grupos vinculados às esferas de poder, propiciando que grupos em esquecimento encontrem voz e vez, pois, durante décadas, o panorama acerca das políticas de preservação no território brasileiro em torno de uma identidade única, segundo apresenta

Oliveira (2019, p. 3), “foi consolidada oficialmente sob a ausência das referências culturais dos povos indígenas e africanos escravizados, formadores da sociedade brasileira”.

A segunda narrativa presente na configuração desses espaços seria no sentido de a instituição corroborar para que prevaleçam os esquecimentos e os silenciamentos. Nessa conjuntura, se faz imprescindível por parte dos atores que administram tais espaços que sejam desenvolvidas pesquisas e ações efetivas de afirmação, com atividades apropriadas de salvaguarda da memória desses povos pelos profissionais que ali trabalham ou ali desenvolvem seus projetos. É preciso evitar que esse “lugar de memória” possa vir a tomar o caminho contrário e ao invés de se afirmar enquanto local de fala e de resistência, se transforme em mais um espaço de silenciamento, segregação e de repressão contra os povos esquecidos e minoritários.

Tratando-se de discussões acerca da problemática patrimonial, principalmente quando nos deparamos com silêncios, apagamentos e ausências de lugares de memórias, as imagens encaradas como registros do passado transformaram-se em monumentos capazes de promover o exercício de reivindicação da memória e identidade negra na região (PRADO, 2014, p. 179).

Uma das alternativas de modo a se evitar o prevalecimento da argumentação apresentada acima seria a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi privilegiar nas suas dependências a execução de atividades ligadas à educação patrimonial que oportunizassem a busca por outras alternativas dentro de seu próprio espaço, o que possibilitaria, além da atividade de preservação documental e a conservação de documentos históricos, também o despertar de elos de pertencimento e de identidade com a comunidade local.

Apesar das problemáticas enfrentadas e da política de comunicação deficitária, fatores que impedem a plena difusão da cultura e, por conseguinte, desses bens culturais para a população local, o trabalho de preservação documental e de fomento à cultura, desenvolvido pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, continua a ganhar notoriedade, pois tem recebido ao longo dos últimos anos um crescente reconhecimento por parte de pesquisadores de várias partes do Brasil, que têm buscado compreender a história e as memórias coletivas locais a partir de documentos da instituição. Frisa-se também que ONGs nacionais e internacionais têm investido cada vez mais na manutenção do espaço, o que denota a seriedade e a magnitude do trabalho desenvolvido pela entidade.

1.2 A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como instrumento facilitador da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação registrada para o cidadão vilaboense

A preservação do patrimônio cultural está prevista materialmente na carta constitucional; portanto, encontra-se assegurada como direito fundamental de todo cidadão no Brasil. A proteção dessas heranças culturais pelo estado brasileiro é de competência legislativa concorrente das três esferas do poder e caracteriza-se por possibilitar que diversos órgãos legisladores de municípios, estados e união possuam jurisdição para legislar sobre esse mesmo assunto, conforme prevê o art. 24 da constituição federal de 1988:

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Vide Lei nº 13.874, de 2019) II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

Como ressaltado anteriormente, as heranças culturais de nossa nação não se consolidam apenas em edifícios de alvenaria e conjuntos urbanos tombados, mas conforme expresso no inciso IV, do art. 216 da Constituição Federal, também em documentos. Ao considerar o livro como documento e sendo possível caracterizá-lo com um bem cultural de valor patrimonial, faz-se necessária a conservação e a preservação de acervos de obras raras de bibliotecas e arquivos, afim de favorecer o pleno funcionamento de políticas públicas de estado que presem pela sua disponibilização a todos os cidadãos.

A preservação do acervo bibliográfico e documental disponibilizado na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, além de contribuir para o cumprimento da constituição federal de salvaguardar uma das vertentes do patrimônio cultural e fortalecer os aspectos relacionados à identidade e à proteção da memória da população vilaboense, possibilita o aumento do acesso à informação registrada disponível, contribuindo para assegurar o direito fundamental de acesso à informação e promover uma importante política de inclusão social brasileira, a Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação (LAI), que visa, entre outros objetivos, a ampliação e efetivação do direito ao acesso à informação pela sociedade brasileira, conforme se pode observar na peça publicitária abaixo, promovida pela Controladoria Geral da União – CGU.

Figura 13: Peça publicitária de divulgação da Lei de Acesso à Informação.



Fonte: Controladoria-Geral da União⁸, 2021.

Assegurar o direito fundamental de acesso à informação como prevê a LAI é de suma importância em diversos aspectos da vida humana, seja na vida social, acadêmica, pessoal ou na profissional, pois sem o seu devido acesso, não se pode tomar decisões com absoluta segurança. Compreende-se que o acesso à informação é um requisito fundamental para a efetivação plena dos direitos coletivos e individuais, para a inclusão social e para a consolidação da democracia nacional

Nessa conjuntura, a implantação da Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), sancionada em 18 novembro de 2011 e entrando em vigor em 16 de maio de 2012, durante o primeiro mandato da então presidenta da república Dilma Vana Rousseff, tem representado um avanço histórico e significativo para o povo brasileiro, favorecendo o fortalecimento dos laços de cidadania nacionais, além de ser uma forma relevante e singular de consolidar o Estado democrático de direito no qual se vive, pois garante a todo e qualquer

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2015/05/redes-sociais-da-cgu-fazem-campanha-de-estimulo-a-regulamentacao-da-lei-de-acesso>. Acesso em: 22 mar. 2022.

cidadão brasileiro o acesso à informação. De acordo com a normativa da Lei nº 12.527, estão subordinados ao regime desta lei os seguintes órgãos e instituições:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres (BRASIL, 2011).

A norma regula os procedimentos de acesso à informação dentro do estado brasileiro como forma de assegurar o cumprimento ao que está descrito no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216, todos da Constituição Federal, por meio de normativas a serem asseguradas pelos órgãos e entidades públicas das diversas esferas governamentais vinculadas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios (ver figura 14). Para tal, torna-se obrigatória a disponibilização das informações de interesse da sociedade em sites e canais oficiais desses órgãos na internet.

Figura 14: Campanha publicitária em prol da LAI – Lei de Acesso à Informação.



Fonte: Transparência Brasil⁹, 2022.

⁹ Disponível em: <https://blog.transparencia.org.br/no-dia-internacional-do-acesso-a-informacao-organizacoes-promovem-campanha-pela-regulamentacao-da-lai-em-municipios/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

O primeiro dispositivo da carta constitucional da república federativa brasileira a ser atendido pela implementação da Lei nº 12.527/2011 é o que regulamenta o artigo 5º, inciso XXXIII do texto constitucional nacional, que regula, entre outros aspectos, o direito à informação oriunda dos órgãos governamentais:

XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

O segundo dispositivo previsto na constituição brasileira e também atendido através da efetivação da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, é o que regulamenta o inciso II do § 3º do art. 37 da carta constitucional, que trata dos preceitos a serem seguidos pelos entes ligados à federação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII (BRASIL, 1988).

O último dispositivo da constituição brasileira a ser atendido pela implementação da referida lei é o que regulamenta o § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que versa sobre a gestão da documentação governamental, em que se afirma: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988).

Torna-se importante dizer que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi não está vinculada a nenhuma das esferas de poder municipal, estadual ou federal e, apesar de se enquadrar na normativa da Lei nº 12.527/2011 como uma instituição sem fins lucrativos, conforme descrito no art. 2º da referida lei, a instituição não recebe recursos direta ou indiretamente de nenhum desses setores governamentais, fator que não a enquadra diretamente enquanto instituição participante da referida lei.

Ressalta-se, porém, que o motivo que a consolida diretamente enquanto polo facilitador da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação é o fato da instituição disponibilizar a toda sociedade goiana, através de seu arquivo e biblioteca, o acesso a uma vasta gama documental referente à Prefeitura Municipal de Goiás, da antiga Câmara Municipal de Vila Boa e do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, todas estas instituições vinculadas a algum tipo

de poder da esfera governamental. Ou então, se alguma não é vinculada, as citadas entidades já receberam ou recebem recursos de algumas dessas esferas, como no caso do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara.

Conforme salienta Carli (2017, p.56), “a LAI representa um importante passo para a democracia brasileira. A LAI poderá fazer uma grande diferença e contribuir para o avanço mais rápido no desenvolvimento de novas pesquisas devido ao acesso a informações proporcionado por ela”. Mesmo não se enquadrando claramente nos critérios descritos no caput e nos demais artigos previstos na Lei nº 12.527/2011, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, através da preservação e da disponibilização de documentos vinculados aos órgãos governamentais relacionados à história, à memória e aos contextos da vida social municipal, tem contribuído efetivamente, desde 1970, para a preservação do patrimônio cultural local, para fomentar a apreensão e a produção do conhecimento, além de possibilitar que seja cumprido o direito constitucional de todo cidadão vilaboense de ter acesso à informação pública.

Após a entrada em vigência da Lei federal n. 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, o povo brasileiro passou a contar com um importante instrumento facilitador da atuação do cidadão na esfera governamental, pois ela determina que o acesso às informações estatais seja a regra, e o sigilo, a exceção (NASCIMENTO, 2016, p. 2).

Um dos elementos que comprometem a total implementação pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi desse importante artifício de inclusão e de acessibilidade é o fato de a instituição ainda não ter acesso ao seu acervo de documentos históricos e livros raros através de equipamentos e softwares de tecnologia da informação, como prevê a redação da lei nº 12.527/2011, que prenuncia esse acesso como fundamental e deva ser implementado e disponibilizado a toda população através de sites, canais ou plataformas oficiais desses órgãos na internet.

Outro elemento relevante a ser considerado para a não implementação total da lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à informação pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi é o fato da instituição, por não receber nenhum tipo de fomento financeiro, seja da esfera pública ou privada, ainda precisar efetuar a cobrança da taxa de pesquisa para quem se interessar pelo extenso e rico material disponibilizado pela instituição.

Como frisado, a fundação é uma instituição sem fins lucrativos, e nos últimos anos tem se mantido principalmente com recursos oriundos de ONGs. Para ultrapassar os empecilhos elencados e caminhar para a implementação total da referida lei de forma a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, seriam necessários investimentos de qualquer das esferas do poder público, não somente de aportes financeiros, mas também em recursos humanos, haja

vista que atualmente somente uma bibliotecária/arquivista da unidade tem prestado atendimento ao público.

Em relação a esses investimentos, faz-se imprescindível primeiramente a implantação de uma política de divulgação do acervo, seja ele bibliográfico ou documental, a adoção de mecanismos tecnológicos via internet que favoreçam o acesso as diferentes tipologias documentais disponibilizados na instituição, tais como um sistema de gerenciamento de acervo e o site institucional, de modo a se evitar a problemática de que apenas os pesquisadores dessas mais diferentes áreas do conhecimento sejam os únicos a usufruir de tão singular acervo, referente a diversos contextos vilaboenses e aos laços identitários goianos, finalmente favorecendo de forma plena essa importante ferramenta de inclusão social.

Como se viu, existem muitos obstáculos a ser superados, porém a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem trabalhado por muitas décadas no intuito de consolidar a preservação do patrimônio cultural local, voltada ao interesse do bem coletivo de toda a sociedade vilaboense, de modo a favorecer a perenidade dos laços de cidadania, a preservação da história e das memórias coletivas locais, incluindo os grupos minoritários, esquecidos ou negligenciados e dessa maneira, tem contribuído diretamente para a preservação do patrimônio bibliográfico e documental local, além de propiciar a implementação dessa importante política pública brasileira instituída pela Lei nº 12.527/2011, que assegura em todo território brasileiro o direito fundamental de acesso à informação.

2. O LIVRO IMPRESSO E A FUNDAÇÃO ENQUANTO LUGAR DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

Nos últimos tempos, apesar das incertezas acerca do futuro do livro impresso causados principalmente pela sua crescente disponibilização em formato digital através da internet e as consequentes mudanças nos processos de escrita, editoração, comercialização e leitura desses documentos, o que se tem observado é que a soma desses novos recursos tecnológicos tem possibilitado a multiplicação e a diversificação das formas de ler, impulsionando a publicação de livros por todo o globo terrestre.

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra no interior de sua encadernação ou de sua capa o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a “revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler” (CHARTIER, 1998, p.13).

Com o implemento da rede mundial de computadores e desses novos recursos de tecnologia, os livros que antes podiam ser lidos apenas fisicamente, agora também podem ser visualizados por meio de smartphones, computadores e tablets. Apesar dessas mudanças na confecção e publicação, de acordo com Belo (2008, p. 6), a obra que o leitor aprecia nos tempos atuais é bem parecida com a que era produzida antigamente, durante o século XVII, quando se considerava o livro como um “conjunto de cadernos de papel ligados entre si, protegidos por uma capa, contendo um texto impresso a tinta e com um princípio e um fim bem marcados por uma página inicial e uma página final”.

Segundo o dicionário Aurélio (1998, p. 315), o objeto livro consiste em “reunião de folhas ou cadernos, soltos ou cosidos, ou por qualquer outra forma presos por um dos lados, e enfeixados ou montados por capa”. Na conceituação de Chartier (1998, p. 8), “manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que devem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis”.

As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a "ordem do discurso" pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito) (CHARTIER, 1998, p. 8).

Ao longo de sua história, o homem utilizou de variados suportes materiais para o registro de sua escrita, como pedras, placas de argila, tiras de folhas de palmeira, cascas de árvores e

tabuletas de madeira, matérias primas pesadas ou consideradas de complicado manuseio, armazenamento e obtenção.

A história do livro se remete ao Egito antigo, há pelo menos três mil anos antes de Cristo, quando se utilizava a folha obtida a partir do papiro¹⁰ (ver figura 15) como suporte para o registro da escrita. Segundo Mesquita (2008, p. 1), a folha era obtida a partir da utilização da “parte interna, branca e esponjosa do caule do papiro. Ele era cortado em finas tiras posteriormente molhadas, sobrepostas, cruzadas e prensadas. A folha obtida era martelada, alisada e colada ao lado de outras folhas para formar uma longa fita que era depois enrolada”.

Figura 15: *Cyperus papyrus*, planta que deu origem ao papiro



Fonte: Flag Staff Fotos¹¹, s/d.

Apesar do trabalhoso processo de fabricação, esse suporte de escrita foi utilizado por bastante tempo, até a implementação do pergaminho, obtido a partir do couro de animais. Posteriormente, esse suporte foi substituído pelo papel, obtido com maior facilidade e mais economia. Todavia, como a produção dos livros era feita manuscrita, era necessário bastante tempo para que ficasse pronto, o que também o tornava relativamente caro.

Somente por volta de 1448 o livro começa a ganhar a aparência que se conhece hoje, quando Johann Gutemberg cria os tipos móveis de metal, maquinário chamado de prensa de

¹⁰ Planta nativa da África tropical, da família das ciperáceas, cujas hastes são formadas de folhas sobrepostas, que os egípcios, depois de separar umas das outras, justapondo-as e colando-as em seguida, usavam para escrever.

¹¹ Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/historia-sobre-papel/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

tipos móveis. A impressora de Gutemberg utilizava letras de chumbo, que eram montadas uma a uma, permitindo a formação de palavras, linhas e páginas, possibilitando também a correção de erros e o reuso dos instrumentos quantas vezes fosse necessário. Através desse novo processo, a confecção e a elaboração de livros foi barateada, ficando acessível a um número maior de leitores.

A impressão, como a conhecemos, não foi possível até um obscuro ourives de Mainz, na Alemanha, um Johann Gutenberg, conceber um meio original de fazer tipos. Após muita experimentação, desenvolveu a idéia [sic] de fazer um molde de aço para cada letra, laboriosamente entalhado numa determinada forma. Então, ele poderia perfurar a imagem em um pequeno quadrado de metal mais mole, como o bronze. Fez um pequeno molde de barro em torno do caractere, de modo que o chumbo quente pudesse ser despejado dentro para fazer um molde de letra. Esse molde poderia ser utilizado repetidamente, para moldar quantas letras individuais o impressor quisesse. Uma vez isso feito, as letras poderiam ser alinhadas em uma bandeja para formar palavras e frases. Bem firmes, poderiam ser molhadas com tinta, e um pedaço de pergaminho ou papel podia ser comprimido sobre elas. Daí resultaria uma imagem bem nítida. O chumbo mostrou-se mole demais, mas Gutenberg acabou descobrindo um meio de misturar chumbo com outros metais numa espécie de liga que funcionou muito bem mesmo (DEFLEUR, 1993, p. 38).

Em “A aventura do livro: do leitor ao navegador”, Chartier (1998) aborda a função de leitor frente às mudanças do livro impresso para o livro eletrônico, salientando que as novas tecnologias têm propiciado, além da democratização do conhecimento e a difusão de novos hábitos de leitura, uma maior liberdade na leitura e na manipulação do texto.

Segundo Chartier (1998, p. 8), “as obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro”. A partir deste trecho, percebe-se parte do projeto intelectual do autor, quando aborda a relação entre as práticas de escrita (texto), os objetos que lhe servem como suportes da escrita e leitura em seus estudos acerca da história do livro.

Na concepção levantada por Chartier (1998), o autor apenas produz um texto, e este só passa a ter algum tipo de significado quando ocorre a leitura pelo leitor. A partir disso, o texto é interpretado por aquele que o lê.

De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção - uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. De outro lado, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular (CHARTIER, 1998, p. 19).

Historicamente, até chegar ao estágio como se conhece hoje, o livro passou por diversas transformações, sempre moldado a partir das experiências e necessidades que o homem adquiria acerca das melhorias dos suportes de escrita. Conforme salienta Chartier (1998, p. 77), “do rolo

antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler”.

Na sua análise acerca da compreensão dos estudos dos lugares dos papéis dos escritos nas civilizações europeias presente no texto “Escutar os mortos com os olhos”, Chartier (2010, p. 8) defende que as “mutações de nosso presente transformam, ao mesmo tempo, os suportes da escrita, a técnica de sua reprodução e disseminação, assim como os modos de ler”. Nesse pressuposto, o autor afirma que, ao longo da história, não somente os suportes físicos dos livros se modificariam, mas também as práticas de escrita, as formas de leitura e a interpretação dos discursos, impulsionadas principalmente pela era da revolução digital e as novas formas do escrito.

Em “A ordem dos livros”, Chartier (1998), elucida os horizontes de estudo em torno da história dos livros, abordando as nuances da tríade que envolve a produção da escrita (autor), o livro e o leitor. Nesse documento o autor ressalta que no cerne dessa tríade misturam-se as interações, às vezes destoantes, que envolvem de um lado a intenção do autor, que deseja intimamente que o leitor compreenda o significado de sua obra de acordo com o sentido que ele mesmo projetou, e do outro lado a figura do editor e dos impressores, que, segundo o autor, organizam e produzem o livro, facultando ao leitor fazer a leitura do texto da forma como melhor entender.

Sobre as formas do escrito ou o processo de autoria, Cândido (2006, p. 83) salienta que em determinadas circunstâncias da sociedade o escritor “é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores”. O processo de autoria dependeria da interação/tensão entre o desejo do autor e a conformidade e a conceituação social que determinados grupos farão sobre ele.

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição para o autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público, não haveria ponto de referência para o autor, cujo [pág. 85] esforço se perderia caso não lhe correspondesse uma resposta, que é definição dele próprio. Quando se diz que escrever é imprescindível ao verdadeiro escritor, quer isto dizer que ele é psiquicamente organizado de tal modo que a reação do outro, necessária para a autoconsciência, é por ele motivada através da criação. Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos (CÂNDIDO, 2006, p. 85-86).

Atualmente, no ritmo frenético no qual acontecem as transformações econômicas, tecnológicas, culturais e sociais às quais o artefato histórico livro também está sujeito, é ponto

essencial que a população identifique, conheça e valorize as diversas manifestações de seu patrimônio, que participe efetivamente do diálogo e da construção das políticas de preservação em torno de suas referências culturais e conseqüentemente da escolha dos bens culturais das quais querem ser lembradas pelas gerações do futuro.

Que a população tenha direito de uma opção consciente entre o que realmente tem a perder e a ganhar. Se as perdas são realmente necessárias, então que se tornem explícitas, e não camufladas por uma capa de progresso. É inegável que linhas de transmissão, estradas, gasodutos, geram progresso. Mas também é inegável que tais avanços são obtidos à custa da perda de significativos bens culturais (SOARES, 2009, p. 71).

Neste contexto de identificação de seus bens culturais, é de fundamental importância que a sociedade reconheça as heranças culturais de natureza bibliográfica enquanto patrimônio bibliográfico, pois o reconhecimento de documentos (livros, jornais, entre outros) e dessa modalidade enquanto categoria do patrimônio só se concretizou efetivamente após a promulgação da carta constitucional de 1988.

Como afirmado anteriormente, até se materializar na constituinte de 1988, a maioria das ações de salvaguarda relacionados aos equipamentos culturais, como bibliotecas, arquivos e museus, não era focada no reconhecimento do acervo, enquanto seu valor histórico e característico de memória era, infelizmente, centrado nos aspectos relacionados às características de suas edificações. Grande parte dos bens ali dentro dispostos ficavam esquecidos e alheios à tutela do tombamento, bem como conseqüentemente passíveis de deterioração.

O tombamento de bibliotecas quando ocorre, abrange apenas o edifício e não o seu acervo, mesmo que possua obras raras (Murguia e Yassuda, 2007). Este é o caso da Biblioteca Nacional, que tem o imóvel que a abriga tombado pelo fato de integrar o conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. A importância cultural do seu acervo não foi considerada, por isso suas coleções não dispõem de nenhum instrumento de proteção legal (SANTOS, 2018, p. 248).

Segundo Santos (2018), a categoria do patrimônio bibliográfico ainda é pouco difundida entre as entidades brasileiras, o que de certa forma tem contribuído para a indefinição acerca do seu conceito e o pequeno número de acervos e obras tombadas enquanto patrimônio bibliográfico municipal, estadual ou nacional. De acordo com Santos (2018, p.228), em seus estudos acerca das trajetórias e políticas empregadas em torno do patrimônio bibliográfico nacional, a definição acerca do conceito no estado brasileiro estaria relacionada “com o processo de produção e de apropriação do livro nas diferentes regiões, a história cultural e política de uma sociedade e com o ordenamento jurídico de cada país”.

Já em relação ao continente europeu, Santos (2018, p. 228), salienta que a definição acerca do conceito de patrimônio bibliográfico se construiu a partir do entendimento de bens culturais recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), na qual os conceitos denotariam do “processo de formação e de desenvolvimento das coleções de livros em cada nação, com o claro objetivo de indicar quais os bens culturais necessitavam de maior atenção jurídica do Estado para coibir o tráfico ilícito”, tendo em vista aberturas fronteiriças e a formação de blocos econômicos.

Na falta de um conceito claro, coeso e amplamente difundido acerca do tema dentro do território brasileiro, Santos (2018, p. 229), conceitua que o patrimônio bibliográfico compreende:

O conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos¹², incunábulo¹³, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência), cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e a memória deste país ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território. Também integram o patrimônio bibliográfico nacional as criações impressas que tratam do Brasil, elaboradas neste País por autores estrangeiros e publicadas no exterior, bem como as criações impressas de origem estrangeira, incorporadas aos acervos das primeiras bibliotecas brasileiras, que colaboraram diretamente para o desenvolvimento intelectual desta nação.

Já de acordo com Jaramillo e Marín-Agudello, a definição do conceito de patrimônio bibliográfico abrange:

Qualquer documento que represente a expressão da identidade cultural de um conglomerado social, comunidade ou nação, publicado em qualquer meio (papel, magnético, acetato, óptico ou microfilmado), independentemente do formato da sua apresentação (livro ou monografia, brochura, folheto, cartografia, revista, boletim informativo ou imprensa); que ocorre com a intenção de espalhar um conhecimento ou ideia de um grupo ou comunidade, para fins de distribuição, ou que é o produto de um momento histórico ou de valor simbólico para a referida comunidade, uma vez que ela confere e fortalece sua identidade cultural. De qualquer forma, o documento bibliográfico patrimonial atende a pelo menos uma das seguintes características: originalidade (autenticidade), singularidade (insubstituível), valor simbólico, valor do conteúdo ou valor estético (JARAMILO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428).¹⁴

¹² Manuscritos: obra ou trabalho escrito à mão.

¹³ Incunábulo: são obras impressas antes do século XVI.

¹⁴ Texto traduzido do trecho: todo documento que represente o sea la expresión de identidad cultural de un conglomerado social, comunidad o nación, editado en cualquier soporte (papel, magnético, acetato, óptico o microforma), sin importar el formato de su presentación (libro o monografía, folleto, afche, cartografía, revista, boletín o prensa); que se produce con la intención de difundir un saber o idea de un grupo o comunidad, con fines de distribución, o que es producto de un momento histórico o de valor simbólico para dicha comunidad, dado que da y afanza su identidad cultural. En todo caso, el documento bibliográfico patrimonial cumple con al menos una de las siguientes características: originalidad (autenticidad), unicidad (irreemplazable), valor simbólico, valor del contenido o valor estético (JARAMILO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428).

De acordo Pinheiro (1990, p. 46), uma das percussoras em relação aos estudos sobre o livro raro enquanto patrimônio cultural no Brasil, um dos grandes impedimentos em se estabelecer políticas efetivas para o setor e determinar o que é um livro raro ou antigo e conseqüentemente de valor patrimonial no território brasileiro se dá pela “deficitária formação do bibliotecário brasileiro” em relação à história do livro e das disciplinas afins que designam os seus aspectos técnicos.

No entanto, esses catálogos e outros publicados a seguir revelaram pouco ou quase nenhum critério para a seleção e a descrição bibliográfica das obras recenseadas. Essa circunstância decorria de um problema comum: a indisponibilidade de bibliotecários que, apesar de sensíveis à natureza do livro antigo, dedicavam-se exclusivamente às publicações correntes do acervo da biblioteca ou, mesmo, a inexistência de bibliotecários nos quadros das bibliotecas. Os livros chamados de "raros" ficavam em segundo plano, sem tratamento, sem políticas, sem normas (PINHEIRO, 2007, p.11).

Soma-se a esse fator, segundo Pinheiro (1990, p. 46), “o impacto do livro impresso no ocidente, como uma força econômica, social e cultural”, o que tem impossibilitado a afirmação de políticas contundentes para o setor. De acordo com a própria autora (1990, p.46), aliados a tais fatores se junta o interesse longo de diversas instituições estrangeiras a respeito dos “estudos sobre história do livro, Codicologia¹⁵, encadernação, papel artesanal e industrializado, evidências de propriedade e Ex-libristica”¹⁶, além do mercado restrito a bibliófilos¹⁷ e a artistas.

Como sugestão, Pinheiro (1990), apresenta três propostas de forma a superar a problemática em relação à falta de conceituação acerca do tema. A primeira proposta se daria sob o ponto de vista do patrimônio histórico:

- estimular o empreendimento de inventários históricos, e não topográficos, que proporcionariam o conhecimento dos acervos diversos dispersos no território nacional; - unificar conceitos fundamentais como o de Raridade, Antigo e Moderno, Patrimônio, Coleção Particular e Pública, Conservação, Acesso Público ao Documento, entre outros, de modo a, pelo menos, direcionar os procedimentos técnicos e legais sobre os acervos; - estabelecer e padronizar técnicas de tratamento face à realidade brasileira, de modo a viabilizar procedimentos coletivos e articulados e salvaguardar os acervos já em processo de deterioração; - analisar e considerar o duplo aspecto do livro (Bibliológico e Bibliográfico) - aqui conceituado como toda a espécie de impressos (livros, periódicos, folhetos, folhas volantes, impressos avulsos, etc) - sob o ponto de vista da Conservação e da Biblioteconomia, a saber: - o livro como objeto, pela arte de sua manufatura, como obra de arte ou peça museográfica, como suporte de registro de informações resguardadas para o futuro; - o livro como função, pelo seu conteúdo, como peça utilitária, veículo de informação (PINHEIRO. 1990, p. 47-48).

A segunda possibilidade se concretizaria sob o ponto de vista do empreendimento:

¹⁵ Codicologia é o estudo da estrutura física do livro. A análise física do livro traz informações sobre o método de construção, seus anteriores proprietários, lugar de origem e ajuda a reconstruir sua aparência original.

¹⁶ Ex-libristica é a atividade de quem estuda ou coleciona ex-libris (ex-libris são legenda, divisa ou sinal que usam principalmente alguns bibliófilos e escritores nas obras que possuem e escrevem).

¹⁷ Bibliófilos: amador ou colecionador de livros raros.

- estabelecer fontes de informação ou grupos de trabalhos e estudos formalmente, interdisciplinares e multidisciplinares, aptos a estabelecer princípios, sanar dúvidas, mediar e orientar questões referentes a acervos preciosos, tais como: divisão de acervos entre organismos, seleção de acervos em instituições, formação de coleções especiais, integração e separação de materiais especiais, estudo e análise de obras consideradas especiais, aquisição e avaliação de coleções, posse e propriedade de obras, descrição bibliográfica e bibliológica¹⁸, controle de vocabulário técnico, formulação de medidas preventivas ou curativas que assegurem a longevidade de acervos, custos de manutenção de coleções, controle de circulação de acervos, reprodução de originais, etc; - promover a divulgação desses estudos; - viabilizar a integração desses serviços e organismos internacionais, com ênfase naqueles que atuam no Cone Sul, mais propriamente nos países do Terceiro Mundo ou em regiões com a mesma identidade, econômica e cultural do Brasil (PINHEIRO. 1990, p. 48).

A terceira possibilidade se concretizaria sob o ponto de vista do bibliotecário de obras raras:

- aperfeiçoar sua formação histórica e crítica (cultural) e técnica e profissional (bibliográfica e biblioteconômica), em vista da natureza do documento a ser tratado e da sua importância para a memória nacional; - exercitar, através da prática, do debate e da divulgação de ideias – suscetíveis ao questionamento - as teorias apreendidas nesse aperfeiçoamento; - promover a especialização de estudos em áreas afins e/ou específicas, de modo a cada vez mais minuciar serviços e procedimentos; - conscientizar sobre a necessidade de formação e de integração de equipes interdisciplinares e multidisciplinares que incluam, entre outros: bibliotecários, arquivistas, museólogos, historiadores, especialistas em letras e linguística, restauradores, juristas, paleógrafos¹⁹, encadernadores, historiadores da arte, químicos, biólogos, sanitaristas, administradores, engenheiros, arquitetos, bibliófilos²⁰, livreiros, editores, etc (PINHEIRO. 1990, p. 48).

Dentre as três conceituações apresentadas por Pinheiro (1990) e levantadas acima, acerca dos diversos aspectos que dificultam uma definição coesa do tema, esta pesquisa considera mais adequada a primeira alternativa porque, dentre as três definições do tema levantadas pela a autora, é a que mais retrata as problemáticas em torno da definição do conceito de patrimônio bibliográfico no território brasileiro e também por procurar estabelecer procedimentos legais e técnicos para salvaguardar acervos passíveis de deterioração no Brasil, visto que dentro do território brasileiro, há apenas 34 anos, na constituição de 1988, se reconhecia a possibilidade de documentos serem considerados patrimônios culturais da nação.

Em relação à salvaguarda dos bens culturais móveis e passíveis para a ativação do patrimônio bibliográfico nacional, destaca-se na esfera jurídica brasileira o tombamento e o inventário. O tombamento é a mais antiga ferramenta de proteção do patrimônio em utilização pelo órgão de proteção do patrimônio brasileiro, o IPHAN. A palavra é de exclusividade da língua portuguesa. Deriva-se do termo “tombo” e foi instituído através do Decreto-Lei nº 25 de

¹⁸ Bibliológica: palavra derivada da bibliologia ou conjunto de disciplinas centradas nos livros.

¹⁹ Paleógrafos: O que é versado em paleografia ou se ocupa dela. **Paleografia**: estudo das antigas formas de escrita, incluindo sua datação, decifração, origem, interpretação, etc.

²⁰ Bibliófilo: colecionador de livros raros e preciosos.

30 de novembro de 1937 também denominado Lei do tombamento. A norma caracteriza-se por ser um ato administrativo efetuado pelo poder público, com a finalidade de salvaguardar os bens de valor histórico, cultural, ambiental e arquitetônico, impedindo legalmente a sua destruição ou descaracterização.

A efetivação para ser um bem cultural se dá em nível federal, segundo Santos (2018), através do IPHAN por meio de um processo administrativo no qual o bem é inscrito em um dos quatro livros de tomo implementado pelo decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Nos municípios e nos estados, o processo de tombamento pode se efetivar através do livro de tomo, leis ou decretos. Apesar de ser o instrumento mais utilizado para a proteção do patrimônio, ainda é incerta a sua utilização como forma de proteção dos bens bibliográficos, conforme retrata Santos (2018, p.248) quando reflete que, apesar de ser “o instrumento mais legislado e mais utilizado na proteção dos bens culturais, [...] não é adotado de forma clara para a defesa do patrimônio bibliográfico”, fator este que compromete a afirmação dessa vertente enquanto campo patrimonial.

O inventário é outro instrumento utilizado dentro do campo patrimonial para a proteção do patrimônio bibliográfico e consiste na representação precisa e completa de um bem cultural, seja ele material ou imaterial, de forma a identificar seus valores culturais. É uma ferramenta de proteção que pode ser proposta por qualquer cidadão ou entidade, porém, para o seu reconhecimento e ativação enquanto bem cultural, faz-se necessária a intervenção de órgãos de proteção do patrimônio cultural. Conforme retrata Santos (2018, p. 247), “este instrumento ainda é pouco usado porque não possui norma específica e metodologia definida para sua execução, dada a grande variedade de bens culturais existentes” e segunda a autora é utilizada pela administração pública em casos de urgência para a proteção de um bem cultural.

Uma das primeiras normativas em nível nacional em prol do patrimônio bibliográfico, se deu durante a vigência do Estado Novo (1930-1945), com a “Lei do tombamento”. O decreto estruturava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituía através do seu art. 13 o então SPHAN, como órgão competente pela execução de suas políticas e caracterizava com patrimônio cultural, os “bens móveis e imóveis” que contenham excepcional valor “arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Contudo conforme salienta Santos (2018, p. 234) os bens de valor bibliográfico são citados, mas não são caracterizados.

Como forma de implementação dessa normativa prevista nos artigos 26 e 27 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o Ministério da Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, implementa em 11 de junho de 2007 a instrução

normativa nº 01, que “dispõe sobre o cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros, e dá outras providências”, a fim de referendar o cadastro nacional, conforme descrito na “Lei do tombamento” de 1937, na qual, em seu Art. 1º ficava instituído no âmbito do IPHAN o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, de que tratam os artigos 26 e 27 do Decreto-lei 25/37.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Com intuito de preservar o patrimônio bibliográfico da nação, a Secretaria de Cultura, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura, instituiu, em 31 de outubro de 1983, por meio da Portaria nº 19, publicada na página 16, da Seção 1, do Diário Oficial da União, o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras – PLANOR²¹. Idealizado para ser um órgão de referência de âmbito nacional, o programa tinha como principais bandeiras a identificação e recuperação de obras raras existentes no país, ofertando treinamento e capacitação pessoal através das técnicas e normas mais modernas da época.

A criação do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras — Planor (BRASIL, 1983) criou perspectivas de solução para o estado da arte de acervos bibliográficos antigos em todo o país, como o treinamento de pessoal e a divulgação de métodos e técnicas pertinentes, em vistas da compilação de um repertório nacional de raridades bibliográficas, da salvaguarda dos originais repertoriados e do oferecimento de seu conteúdo em microfilme, na Biblioteca Nacional brasileira (PINHEIRO, 2007, p.11).

Sob a incumbência da Fundação Nacional Pró-Memória, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional- (FBN), o item I da portaria desse órgão recém-criado apresentava como objetivos principais:

a) identificar os principais acervos de obras raras existentes em bibliotecas e outras instituições culturais; b) orientar a organização e catalogação desses acervos de acordo com as normas adotadas pela Biblioteca Nacional e manter intercâmbio com os catálogos internacionais de obras editadas do século XV ao XVIII; c) elaborar o catálogo coletivo das obras raras existentes no país; d) identificar e orientar o registro do acervo editado no país a partir do século XIX, considerado raro; e) prestar assistência técnica na instalação de laboratórios de restauração e promover programas de treinamento de pessoal; f) organizar campanhas nacionais de restauração de

²¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3498168/pg-16-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou--de-07-11-1983> . Acesso em: 08 abr. 2022.

documentos em suporte papel; g) definir técnicas e padrões de guarda e encadernações para material bibliográfico raro (BRASIL, 1983).

De acordo com Pereira (2020) para atender às demandas da FBN, o Ministério da Cultura, através da Decisão Executiva nº 1, de 8 de novembro de 1994, altera a nomenclatura do Plano Nacional de Restauração de Obras Raras para Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras de mesma sigla, passando a ter uma gerencia própria, mas agora diretamente subordinada à Coordenadoria de Acervo Especial (CAE).

a) identificar os principais acervos de obras raras existentes em bibliotecas e outras instituições culturais; b) orientar a organização e catalogação desses acervos de acordo com as normas adotadas pela Biblioteca Nacional e manter intercâmbios com os catálogos internacionais de obras editadas do século XV ao XVIII; c) elaborar o catálogo coletivo de obras raras existentes no país; d) identificar e orientar o registro do acervo editado no país, a partir do século XIX, considerado raro (PLANOR, c2006).

Com essa nova normativa, a abrangência de ação do PLANOR visa oferecer aos participantes do programa diretrizes e a prestação de assessoria técnica para a administração de seus respectivos acervos raros, efetuando visitas com expedição de pareceres técnicos, promovendo formações para a capacitação dos profissionais envolvidos, além de gerenciar o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN, que abarca dados de obras raras dos séculos XV ao XIX, de instituições públicas e privadas no território brasileiro.

A Fundação Biblioteca Nacional realiza bianualmente, desde 1989, por meio do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, o Encontro Nacional de Acervo Raro – ENAR, evento de abrangência nacional, cujo foco é a permuta de informações e experiências entre profissionais e estudantes das áreas ligadas à documentação, preservação/conservação e a pesquisa, considerado um dos maiores eventos científicos da área no Brasil e na América Latina. Também através do programa, organiza-se o Guia do Patrimônio Nacional de Acervos Raros e Antigos, uma obra de referência, nos quais são elencadas as informações pertinentes sobre as obras e suas respectivas entidades curadoras de acervos raros e especiais espalhadas pelo território brasileiro. Além do evento e das ferramentas descritas acima, o site do programa apresenta o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN, outra importante ferramenta que, além de disponibilizar a consulta das informações referentes aos títulos das obras e seus respectivos autores, também apresenta os dados de localização e as instituições participantes do programa (ver figura 16).

Figura 16: Termos encontrados no índice do PLANOR.

The screenshot shows a web browser window with the URL: planor.bn.br/scripts/odwp022k.dll?PROFILE=planor_pr&DBNAME=planor&USE=bib&SESSION_ID=1234. The page title is "Catálogo do PLANOR (Pop: 32667)" and the index is "Bibliotecas e Instituições participantes (Pop: 235)". The search term entered is "fundacao educacional da cidade de goias". The search results table is as follows:

Link	Hits	Termo
	9	fundacao educacional da cidade de goias
	339	fundacao joaquim nabuco. biblioteca central blanche knopf
	37	fundacao memorial da america latina
	68	fundacao osvaldo cruz. biblioteca de manguinhos
	2	funece. universidade estadual do ceara. biblioteca central p
	78	gabinete portugues de leitura. biblioteca
	23	ginasio pernambucano
	371	gremio literario e recreativo portugues. biblioteca fran pax
	76	ibge. cddi. divisao de bibliotecas e acervos especiais
	2	ibram. museu do ouro. biblioteca
	4	igreja positivista do brasil. biblioteca
	1	instituto de pesca. biblioteca dr. cirillo eduardo de mafra
	400	instituto do ceara
	5	instituto geografico e historico da bahia. biblioteca
	13	instituto historico e geografico de alagoas
	3	instituto historico e geografico de sergipe. biblioteca
	7	instituto historico e geografico do parana. biblioteca
	3	instituto historico e geografico do rio grande do sul
	2	instituto historico e geografico do rio grande do sul. bibli
	42	instituto historico e geografico paraibano

Fonte: Catálogo do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras ²²- PLANOR, 2022.

Observa-se na figura acima em relação ao catálogo do PLANOR, que atualmente a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi mantém e preserva sob sua guarda nove obras bibliográficas raras. Mas é preciso pesquisar pelo termo “Fundação Educacional da Cidade de Goiás”, como está descrito no seu estatuto de criação, apesar de que se alguém fizer a busca pelo termo “Fundação Cultural Frei Simão Dorvi”, a pesquisa não será inviabilizada, já que o nome da Fundação Educacional da Cidade de Goiás será apresentado como um dos resultados.

Após clicar no termo “Fundação Educacional da Cidade de Goiás”, são apresentadas como resultados na página do catálogo do PLANOR apenas as informações de título, data, o nome da biblioteca/instituição, além de algumas informações de nota, como edição da obra e se a Biblioteca Nacional possui ou não algum exemplar da obra apresentada. Faz-se importante ressaltar, além dessas poucas informações, que a página não esclarece mais detalhes e nem exemplifica o estado de conservação das respectivas obras raras encontradas, conforme se pode observar na figura abaixo:

²² Disponível em:

http://planor.bn.br/scripts/odwp022k.dll?PROFILE=planor_pr&DBNAME=planor&USE=bib&SESSION_ID=1234567&TERM=fundacao+educacional+da+Cidade+de+Goi%E1s. Acesso em 10 abr. 2022.

Figura 17: Obras raras inscritas no catálogo do PLANOR

Catálogo: **Catálogo do PLANOR** (Pop: 32667)
 Índice: **Bibliotecas e Instituições participantes**
 Busca: **fundacao educacional da cidade de goias**

fundacao educacional da cidade de goias

Nova Busca | << << >> >> | > | Ficha | Marc | Lista | Índices | Avançada | Análise

Doc	Tipo	Autor	Título
1			Colleção das Leis do Império do Brasil
2			Livro da Lei Goyana - Ano 1845 a 1882
3			Colleção das decisões do Gov. do Imp. do Brasil
4			Leis e resolução da Assembleia Legislativa
5			Colleções das leis da Província de Goyaz - ano 1870.
6		Silva, Antonio de Moraes,	Diccionario da língua portugueza. -
7		Araujo, Joao Vieira de	Codigo penal commentado theorica e praticamente
8		Brasil. Leis, decretos, etc.	Collecao das leis do Imperio do Brasil, ano de 1866
9		Brasil. Leis e decretos, etc.	Collecao das leis do imperio do Brasil ano 1865

Nova Busca | << << >> >> | > | Ficha | Marc | Lista | Índices | Avançada | Análise

Fonte: Catálogo do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras²³- PLANOR, 2022.

É notório que o PLANOR, ao promover ações em prol da identificação das instituições públicas ou privadas portadoras de livros raros dentro do território nacional, bem como o desenvolvimento de práticas de organização e de salvaguarda de seus respectivos acervos, tem se preocupado não apenas com a difusão e a promoção desses bens culturais, mas também com a insegurança e o receio do risco de se perder exemplares autênticos do patrimônio bibliográfico nacional e conseqüentemente da memória brasileira.

Nessa conjuntura, é necessário frisar que apesar da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi estar descrita no PLANOR e as normativas do referido programa preverem visitas às instituições e às bibliotecas participantes, além de assessoria técnica para a administração de seus respectivos acervos, bem como a instrução e a formação dos profissionais diretamente envolvidos, as nove obras raras elencadas pela instituição, juntamente com a sua bibliotecária/arquivista Maria de Fátima Silva Cançado, seguem sem receber qualquer tipo de instrução ou formação específica referente às obras raras por parte do plano, conforme previsto em seus objetivos.

É preciso deixar claro, entretanto, que as orientações, a assessoria técnica e as visitas com emissão de pareceres técnicos por parte do programa só são efetuadas se houver uma solicitação formal por parte da instituição interessada na qualificação. Acerca disso, propõe-se

²³ Disponível em:

http://planor.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=planor_pr&db=planor&use=bib&disp=list&ss=NEW&arg=fundacaoeducacional|da|cidade|de|goias . Acesso em: 10 abr. 2022.

uma reflexão: as referidas obras da fundação estão sem o tratamento adequado devido à falta de publicização do programa ou pelo desconhecimento do alcance das políticas patrimoniais bibliográficas pelos profissionais que atuam nesses espaços? Acredita-se ser a junção de ambos os fatores, o que demonstra o quão difícil ainda é e ainda será o caminho a ser percorrido para a plena efetivação das políticas patrimoniais em torno do patrimônio bibliográfico em nosso país.

A partir desse panorama, o que se tem observado é que os bens bibliográficos presentes na fundação, ano após ano, continuam sem o tratamento específico e, dessa maneira, além de correrem o risco de deterioração por fatores biológicos e de tempo, também sofrem os riscos e as vulnerabilidades causadas pelas ineficiências de comunicação das políticas públicas patrimoniais voltados ao setor.

Assim, conforme se apresenta a literatura a respeito do tema citada anteriormente, é ponto essencial que se caminhe de forma coletiva para a idealização de um conceito acerca do patrimônio bibliográfico que abranjam as diferentes conceituações conhecidas e as definições que por ventura no futuro venham ser criadas, de forma a diminuir múltiplas interpretações a respeito do tema e se possa garantir uma conceituação única, ampla e coesa em torno do conceito, e assim, seja possível caminhar firmemente em favor de políticas mais efetivas voltadas para essa importante modalidade do patrimônio cultural brasileiro.

3. OBRAS RARAS PRESENTES NA FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: HERANÇAS PATRIMONIAIS

O presente capítulo apresenta a metodologia empregada no levantamento dos dados e também a análise das obras bibliográficas coletadas junto ao acervo da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, de forma a possibilitar a comprovação da hipótese e a obtenção dos resultados da pesquisa.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica de forma a proporcionar um embasamento teórico relacionado principalmente às problemáticas ligadas aos lugares de memória. Foi necessário contextualizar o espaço da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi enquanto “lugar de memória”, de polo facilitador da LAI – Lei de Acesso à Informação e os conceitos ligados ao Patrimônio bibliográfico e documental. Foram utilizados como suporte trabalhos acadêmicos e científicos, produzidos em livros, periódicos e mídias digitais.

Figura 18: Parte 1 da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi

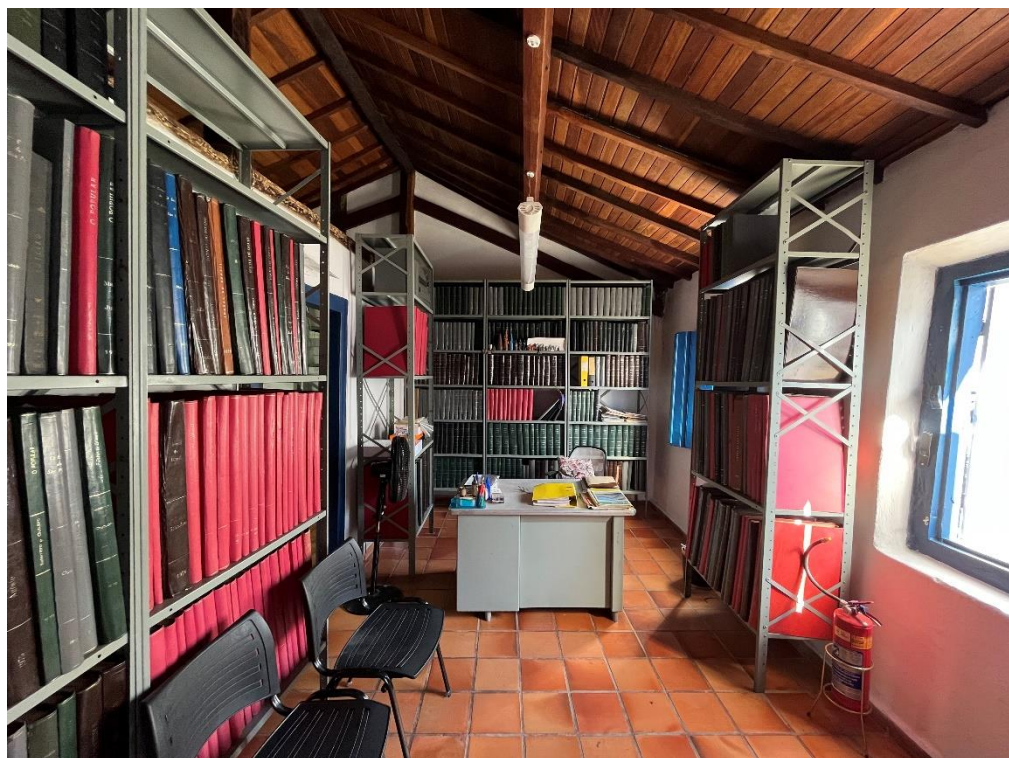


Fonte: Fotografia de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

A pesquisa foi iniciada durante o segundo semestre de 2021 e se deu através da análise, levantamento e separação das obras possivelmente raras presentes no acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Com destacado anteriormente, utilizou-se como ponto norteador

para a seleção das obras o critério de raridade estabelecido pela Fundação Biblioteca Nacional, através do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR, em que se considera como raras as obras publicadas no Brasil durante o séc. XIX que correspondem às publicações de 1801 até 1900. A escolha desse critério se justifica pelo fato da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi cadastrar junto ao catálogo do PLANOR obras desse intervalo de tempo.

Figura 19: Parte 2 da biblioteca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte: Fotografia de Samuel Hilário Rodrigues, 2022.

Nessa pesquisa, para o levantamento dos dados, se estabeleceu como recorte para o estudo, as obras (livros, dicionários, anuários) presentes na biblioteca da instituição (ver Figura 18 e 19). O recorte se justifica porque, conforme frisado anteriormente, além da biblioteca, a entidade também é responsável por um arquivo histórico e um anexo recém-inaugurado com documentos referentes ao arquivo dos indígenas e da cultura e orgulho negro de Goiás, o que aumentaria significativamente a gama e a quantidade de documentos a serem analisados.

Como ação inicial, foi preciso conhecer o que a instituição disponibilizava enquanto acervo e também como a entidade os organizava. Para isso, procurou-se conhecer os documentos e observar como funcionava a organização dos livros, dicionários, anuários, revistas e os demais documentos que compunham a biblioteca da instituição nas suas respectivas prateleiras.

Observou-se nesse momento que a organização da biblioteca era feita seguindo os critérios de assunto determinados pela própria bibliotecária da instituição, já que a biblioteca não dispõe de nenhum tipo de software para o gerenciamento do acervo e também não utiliza nenhum sistema de classificação documentária, como por exemplo a CDD²⁴ ou CDU²⁵, para facilitar na organização do acervo e a busca dos resultados pelos seus usuários. Em seguida, visto a complexidade de se recuperar as informações sem a prévia ajuda da bibliotecária da instituição, procurou-se frisar após seu pedido, fazer uma nova reorganização dos livros nas prateleiras, separando-os também por assunto, porém com um pouco mais de cautela já que os documentos estavam bastante misturados.

Junto a essa etapa de reorganização dos materiais da biblioteca, procurou-se fazer a identificação das obras, e à medida em que se localizava algum livro que se encaixasse no critério de intervalo de tempo pré-estabelecido para a pesquisa, ele era colocado em separado, dentro de um armário de aço, para possibilitar sua posterior análise. Faz-se importante reforçar que, durante essa etapa de separação e identificação das obras, não foram contabilizadas as quantidades totais de documentos analisados.

Depois de cansativa reorganização, seleção e coleta de dados junto ao acervo da instituição, foram selecionadas 14 obras²⁶, de forma a possibilitar a conclusão final da pesquisa e a verificação da hipótese de que dentre os diversos documentos históricos preservados pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi muitos podem ser considerados de caráter raro.

3.1 Os resultados alcançados

Após o levantamento das obras junto ao acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, fez-se importante a análise das informações colhidas para que se chegasse de fato aos resultados desta pesquisa. Para isso, como já explicado, foi escolhido como método para a tabulação dos dados um dos parâmetros desenvolvidos pela Biblioteca Nacional brasileira, o qual tem reafirmado as diversas perspectivas levantadas pela literatura. Entretanto, observa-se ênfase sobre um aspecto especificamente, a preocupação sobre delimitação histórico das obras.

²⁴ A Classificação Decimal de Dewey, popularmente conhecida no universo dos bibliotecários como o Sistema Decimal de Dewey em homenagem ao seu criador, o bibliotecário americano Melvil Dewey, é um sistema de classificação documentária que organiza todo o conhecimento em dez classes principais.

²⁵ Baseada na CDD, a Classificação Decimal Universal é um sistema de classificação documentária que também organiza todo o conhecimento em dez classes principais, porém utiliza sinais auxiliares para caracterizar os diversos aspectos de um determinado assunto.

²⁶ Seis das 14 obras selecionadas para a análise final estão cadastradas pela entidade no catálogo do PLANOR.

A escolha pela análise por meio desse critério desenvolvido pela Biblioteca Nacional se justifica principalmente por dois motivos: o primeiro porque a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi não tem estabelecido ou documentado nenhum tipo de política interna acerca da qualificação enquanto obra rara de seu próprio acervo. O outro motivo é pelo fato da Biblioteca Nacional ser uma entidade com mais de 200 anos de história com expertise na área e também por ser a instituição beneficiária da Lei Nº 10.994/2004 – Lei do Depósito Legal, uma normativa brasileira que visa “assegurar o registro e a guarda intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais” (BRASIL, 2004).

De acordo com as normativas apresentadas pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR, 2000, p. 5-16), os seguintes critérios de raridade devem ser adotados para qualificação das obras: 1- Primeiras impressões (séc. XV – XVI); 2- Impressões dos séculos XVII e XVIII; 3- Brasil – séc. XIX; 4- Edições clandestinas; 5- Edições de tiragens reduzidas; 6- Edições especiais (de luxo para bibliófilos); 7- Exemplares de coleções especiais, em regra geral com belas encadernações e ex-libris); 8- Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias); 9- Obras esgotadas.

Segundo PLANOR (2000, p. 6-7), as primeiras impressões do (séc. XV – XVI), se referem aos primeiros livros impressos no mundo, como por exemplo: os incunábulo, obras que apresentavam como características a ausência da página de rosto, caracteres góticos, textos em duas colunas, grande parte em latim e a não apresentação de informações de impressão, impressor e nem data de publicação. E a produção ocorria em papel de trapo, grosso, desigual e de cor amarelada.

Em relação à qualificação das obras referentes as (impressões dos séculos XVII e XVIII), o PLANOR (2000, p. 9), ressalta que “nestes séculos apareceram os grandes nomes da literatura: Cervantes, Shakespeare, Moliere, entre outros”. Salienta que nessa época, como características, “os livros impressos se destacaram mais pelas ilustrações do que pelo texto em si” (PLANOR, 2000, p. 10).

Acerca da qualificação das obras raras referentes ao (Brasil – séc. XIX), que compreende a produção de livros no período entre 1801 até 1900, o documento do PLANOR (2000, p. 11) elucida que no território brasileiro, “sobretudo nos estados, a produção gráfica se desenvolve a partir do segundo reinado”, e destaca também que “até a Independência do Brasil em 1822, a impressão régia mantinha o monopólio da imprensa no Rio de Janeiro”.

No que tange ao critério de raridade acerca da qualificação das edições clandestinas, o documento do órgão destaca que elas “ocorrem por motivos morais, religiosos, políticos ou por

pirataria editorial” e ressalta também que no Brasil “podemos observar oficialmente até 1808, que todo livro publicado seria considerado edição clandestina” (PLANOR, 2000, p. 12).

Acerca dos critérios de raridade elencados para a qualificação de obras de edições de tiragens reduzidas, a instituição destaca que “são edições em papel especial, numeradas e geralmente assinadas. Podem incluir a indicação do proprietário para o exemplar numerado” (PLANOR, 2000, p. 13).

No que concerne aos critérios de raridade para as edições especiais de luxo dirigidas a bibliófilos, o PLANOR (2000, p. 13) afirma que os documentos são “edições feitas nos moldes dos livros antigos” e que são “obras do século XX com as riquezas tipográficas dos grandes impressores dos séculos XV e XVI” (PLANOR, 2000, p. 13).

Já no que se refere à raridade dos exemplares de coleções especiais em regra geral com belas encadernações e ex-libris²⁷. O documento do PLANOR (2000, p. 14) retrata que “coleções possuem ex-libris, ou carimbos que geralmente são muito bonitos e são colocados no verso da capa ou da folha de rosto. Os ex-libris e carimbos são marcas de propriedade que irão identificar uma personalidade ou coleção documentado e comprovando sua origem”.

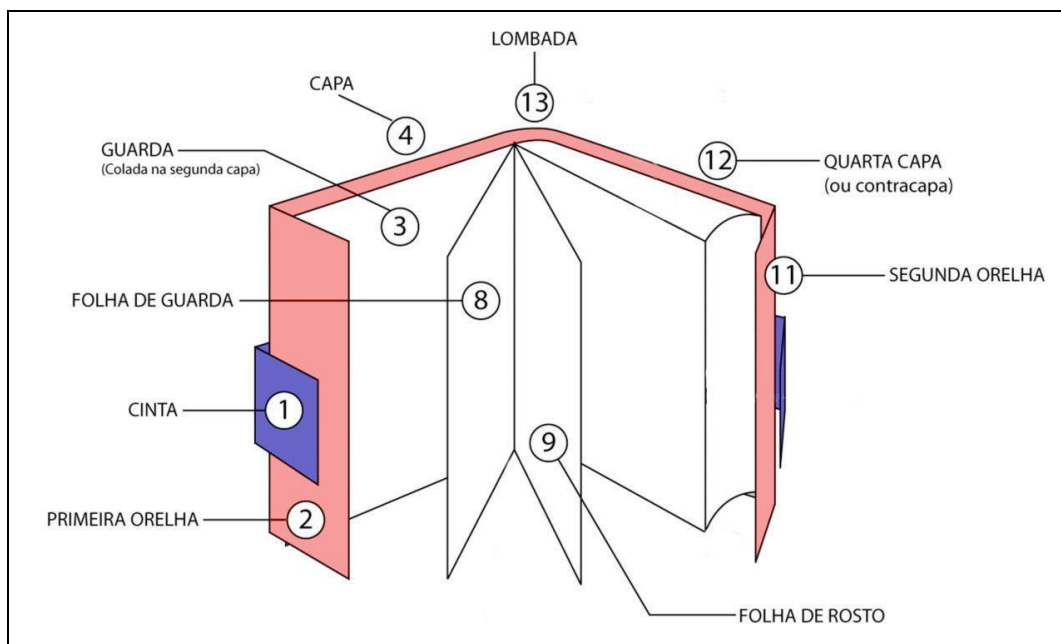
No que diz respeito à qualificação de obras raras acerca dos exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias), o documento destaca que os livros/documentos podem ser “dedicatórias dos autores das obras, de reis, governantes ou autógrafos de celebridades” (PLANOR, 2000, p. 16). Por fim, o documento salienta que as obras esgotadas de edições consagradas e não reproduzidas podem ser consideradas como critério de raridade. Chama-se à atenção, porém, que os critérios elencados pela Biblioteca Nacional não constituem uma norma fixa e sim um instrumento administrativo de trabalho interno para os servidores daquela instituição.

Apresentados os critérios, a intenção principal da investigação é levantar possíveis obras raras no acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Contudo, conforme reafirma a bibliografia a respeito do tema, a construção dos critérios de raridade bibliográfica não pode ser uma ciência restrita, em que atuem apenas os bibliotecários e sim uma tarefa multiprofissional, devido à complexidade e à amplitude desses critérios, de modo a evitar decisões errôneas e equivocadas. Assim entendido, os quadros com as obras selecionadas não representam uma ciência exata, de modo que futuramente outras pesquisas e indicações de obras podem vir a ser identificadas no acervo.

²⁷ Derivada do latim *ex libris meis* é a expressão que significa, literalmente, "dos livros de" ou "faz parte de meus livros" e foi bastante utilizada por livreiros a partir do século XVI, para associar o artefato livro a uma pessoa ou a uma biblioteca.

Conforme explicado, foram selecionadas para a etapa final da pesquisa o total de 14 obras, entre livros, dicionários e anuários. Entendeu-se para esse estudo que, devido ao cronograma previsto, não seria exequível inserir no recorte o estudo dos jornais e periódicos armazenados na biblioteca da instituição, tendo em vista a demasiada quantidade, a forma como estão organizados e também a diversidade desses periódicos.

Figura 20: Partes da estrutura de um livro



Fonte: Paco News²⁸, 2022.

É preciso dizer que a maioria das obras selecionadas para a análise final da pesquisa apresentam sinais de algum tipo de dano, seja na capa, na folha de rosto, na lombada ou em outra parte componente do livro (ver figura 20), causados principalmente pela contaminação por traças, danos por umidade ou pela própria ação do tempo. Conforme as imagens e descrições abaixo, de modo a proporcionar uma análise mais detalhada de cada documento, as obras foram fotografadas (sem utilizar o flash da câmera fotográfica) para não danificar os documentos. Junto às fotografias das obras, são apresentadas as informações encontradas nos livros, como por exemplo o título e a autoria das obras, editor/editora, ano de publicação, a coleção e também o local de publicação, de forma a possibilitar uma análise mais precisa desses documentos em relação aos critérios definidos para a pesquisa.

Destaca-se que, devido ao estado de conservação de alguns documentos e a forma como possivelmente ocorreu a junção de outros, no momento da restauração ou encadernação, essa

²⁸ Disponível em: <https://editorialpaco.com.br/quais-sao-as-partes-de-um-livro-impresso/>. Acesso em: 05 de ago. 2022.

pesquisa encontrou diversos problemas para identificar informações básicas acerca das descrições das obras, como por exemplo, o título original das obras e também o número total de páginas presentes. Não foi possível precisar com exatidão se os documentos estão ou não completos.

Em relação ao estado de conservação das obras pesquisadas, é preciso fazer as seguintes indagações: Por que será que as obras selecionadas se encontram em tão delicado estado de conservação? Será que a falta de fomento e de leis claras que protejam este tipo de documentação contribuíram ou têm contribuído para tal situação?

A certeza que se tem é de que mesmo não tendo o pleno conhecimentos acerca de medidas preventivas ou de técnicas avançadas de restauração documental que assegurassem a longevidade e a salvaguarda desses documentos, o eclesiástico Frei Simão Dorvi, dentro da realidade da época, foi além de visionário, um verdadeiro guardião de parte da memória documental vilaboense, tendo em vista que se em pleno século XXI o campo da cultura tem sofrido com a escassez de investimentos, principalmente as políticas públicas direcionadas à proteção e à salvaguarda do livro, imagine na última década de 70, em que as políticas de preservação do patrimônio cultural começavam a ser-germinadas em nosso país.

Um aspecto a ser ressaltado em relação às obras dos quadros abaixo se dá pelo o fato de todas as obras encontradas referirem-se à explicitação da legislação vinculada a alguma das esferas da nação. Acerca da utilização do critério cronológico como parâmetro da pesquisa, foi preciso, primeiramente, antes do início da análise das obras, sanar via e-mail junto à Biblioteca Nacional uma dúvida em relação aos critérios de raridade utilizados pelo PLANOR em relação às obras publicadas no território brasileiro durante o século XIX, pois a redação acerca do critério informava a seguinte redação: “em relação ao Brasil, sobretudo nos estados, a produção gráfica se desenvolve a partir do Segundo Reinado: por esta razão estende-se o conceito de obra rara até 1841” (PLANOR, 2000, p. 11).

Todavia, após consultar por diversas vezes o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional e encontrar nos resultados diversas obras cadastradas por outras entidades como raras, porém com um alcance cronológico bem maior que o ano de 1841, indo até 1900. Pesquisando então junto ao PLANOR como se dava a leitura correta da redação do critério, obteve-se a resposta a tal indagação. A Chefe do Núcleo do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – NPLANOR (2022) ponderou que tratando-se de obras nacionais, são consideradas as obras do século XIX (até 1900, inclusive). E ainda se ponderou acerca de algumas características de livros raros brasileiros do século XIX:

Primeiras edições até o final do século XIX; exemplares rubricados ou assinados pelo autor; Edições com tiragens reduzidas com aproximadamente 1.500 exemplares, edições fora do comércio, edições de luxo para bibliófilos pertencentes a bibliotecas de personagens importantes/célebres; Exemplares com dedicatória do autor (personalidade de destaque em alguma área); Edições esgotadas e não reeditadas, de época (capas assinadas), clandestinas, Obras de personalidades de projeção política, científica, literária e religiosa, exemplares de coleções especiais (como regra geral com belas encadernações e ex-libris), exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias); Obras científicas e históricas que datam do período inicial de ascensão de cada ciência; Edições censuradas; Obras desaparecidas, face à contingência do tempo; Edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos); Edições de artífices renomados, de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas; Coleções brasileiras - livros sobre o Brasil, no todo ou em parte, impressos e gravados desde o século XVI até o fim do século XIX (1900, inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808; Coleções brasilienses – livros impressos no Brasil de 1808 até os dias atuais, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidade federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida (literárias, técnicas e científicas), produzidas por subscrição, edições de artistas.

Esclarecida a dúvida em relação ao critério de raridade, deu-se início a análise quadro a quadro²⁹ das obras. Reafirma-se, porém, não se tratar de uma ciência exata e sim uma tentativa de estabelecer um estudo preliminar acerca dessas obras encontradas na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, já que a mesma não possui critérios de raridade pré-estabelecidos. Além do critério cronológico, os resultados em relação às obras estão baseados em obras similares encontradas na consulta ao catálogo do PLANOR e também nos catálogos de bibliotecas especializadas.

²⁹ A análise das imagens foi realizada quadro a quadro para evitar que elas se desfigurem e acabem atrapalhando a observação dos documentos.

QUADROS COM AS OBRAS COLETADAS E ANALISADAS:

Quadro 1 - Obra nº 1

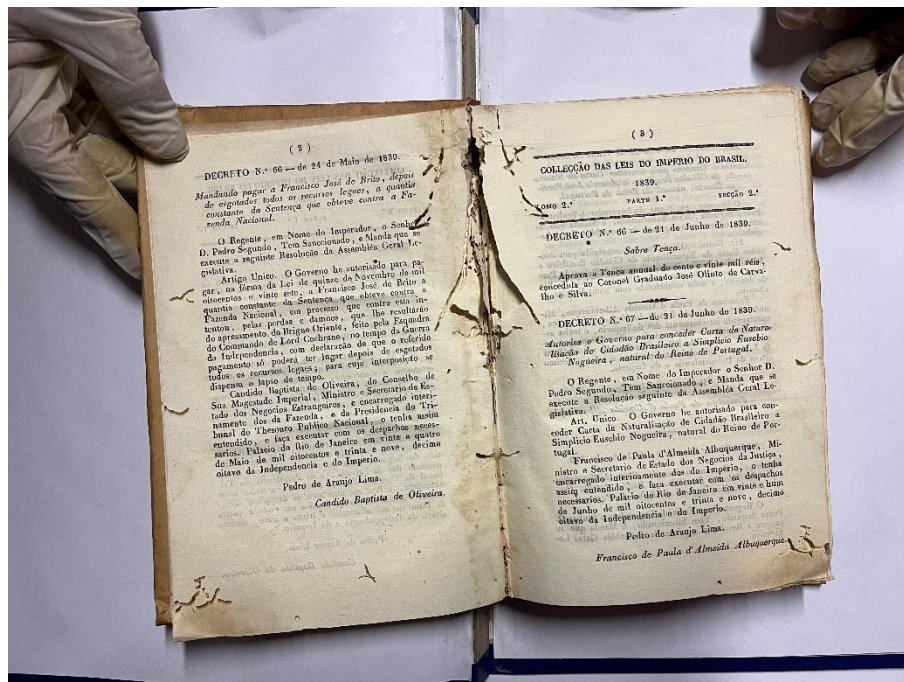
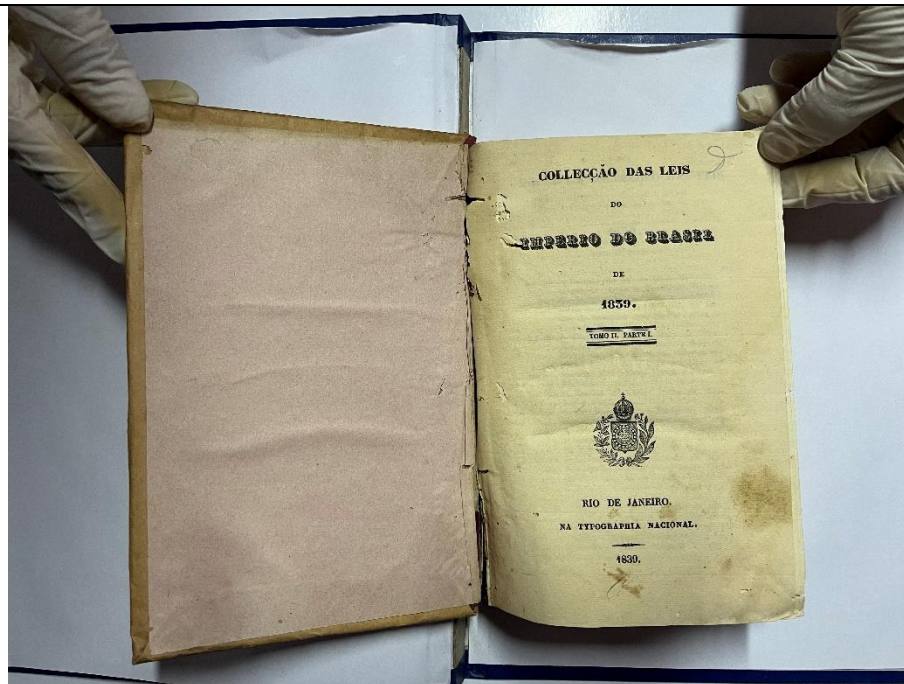
Título: Collecção das leis do império do Brasil ano 1839 (miscelânea)

Ano de Publicação: 1839

Paginação: paginadas por seção

Editor: Na Typographia nacional **Autoria:** Autor desconhecido.

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

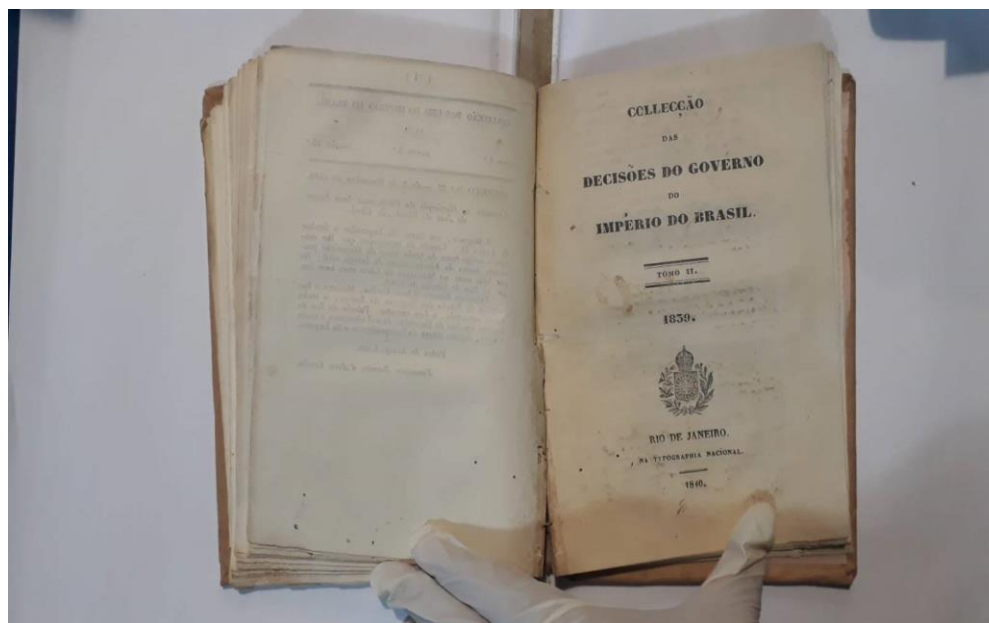
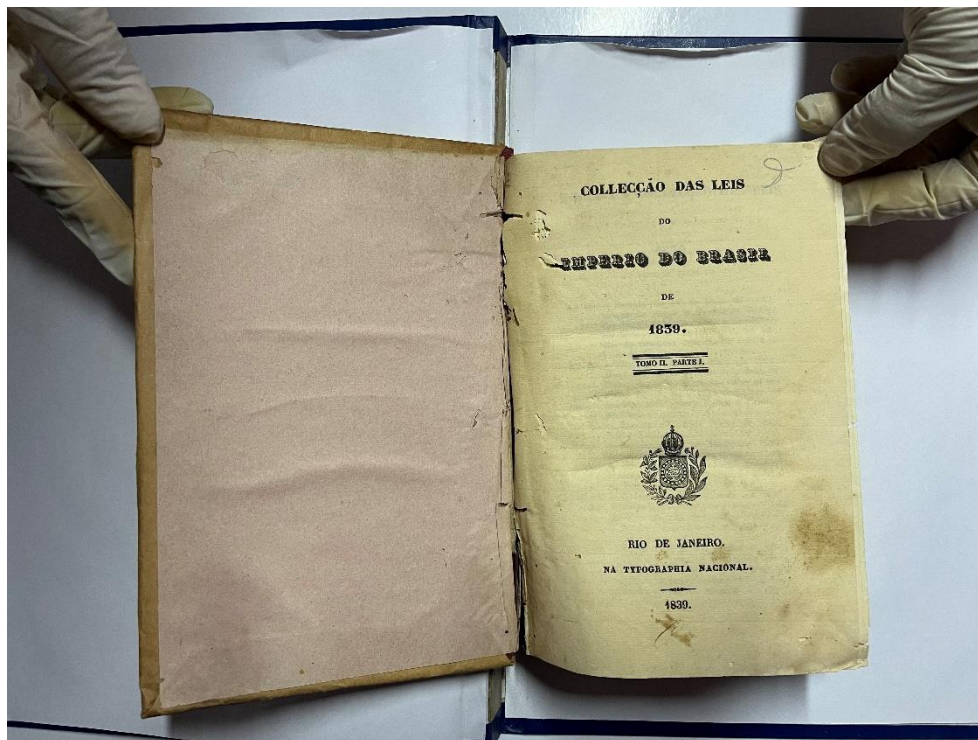
Quadro 2 - Obra nº 1-A

Título: Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil: tomo II de 1839 (miscelânea)

Ano de Publicação: 1840 **Paginação:** 65

Editor: Na Typographia nacional **Autoria:** Autor desconhecido.

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

As obras dos quadros 1: **Collecção das leis do império do Brasil do ano de 1839** e do quadro 2: **Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil**: tomo II de 1839 estão dispostas em um mesmo livro compondo uma miscelânea. O documento apresenta grandes deformações na lombada e danos significativos no miolo do livro, ocasionados principalmente pela ação do tempo, umidade e a infestação das traças. A capa recebeu uma nova encadernação e não apresenta nenhum tipo de informação que pudesse ajudar na descrição da obra. O livro se enquadra plenamente no caput do critério de raridade estabelecido pelo PLANOR que contempla obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX. Diversas instituições brasileiras também participantes do PLANOR listaram obras desses dois títulos com datas diferentes e mais avançadas que a obra encontrada na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. É preciso frisar, entretanto, que esta pesquisa não conseguiu identificar se a referida obra foi publicada originalmente na forma como se encontra atualmente ou se trata de uma junção de documentos, tendo em vista que os resultados semelhantes encontrados nos catálogos do PLANOR e de outras bibliotecas especializadas em obras raras vêm de títulos encontrados em separado.

Quadro 3 - Obra nº 2

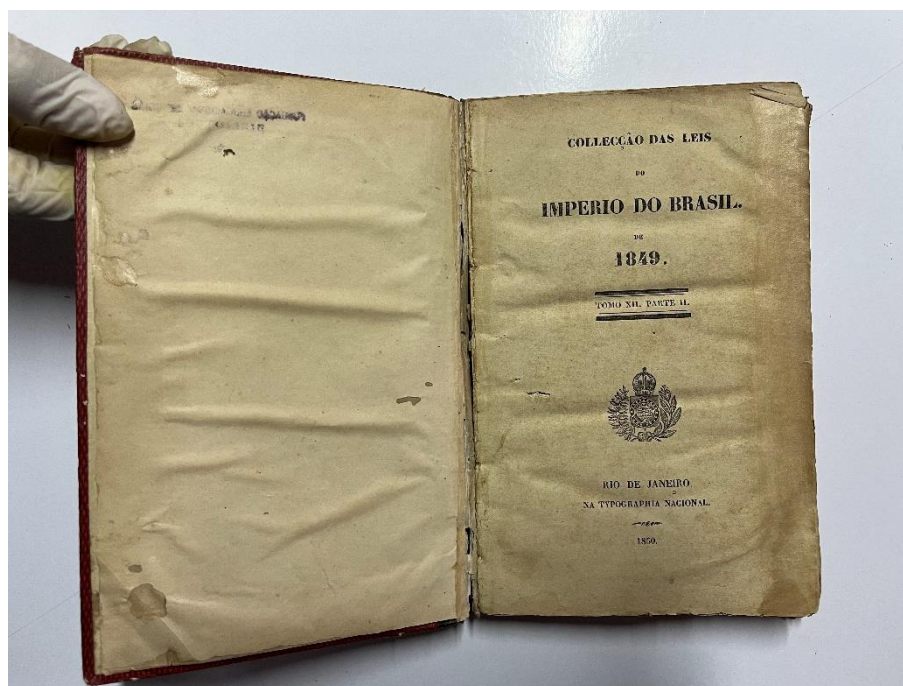
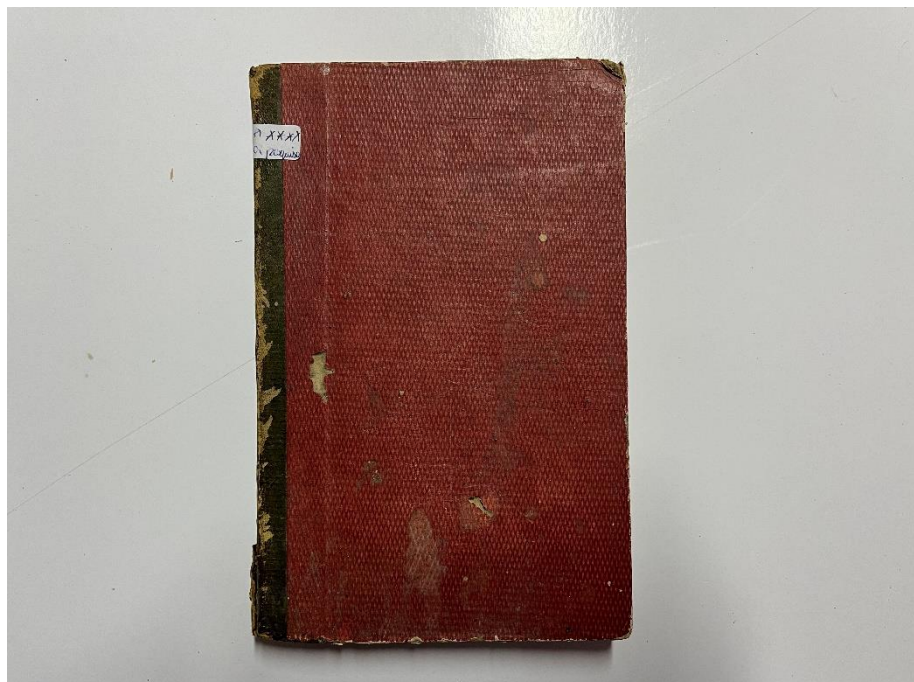
Título: Collecção das leis do Império do Brasil – ano 1849

Ano de Publicação: 1850 **Paginação:** 224

Autoria: Autor desconhecido

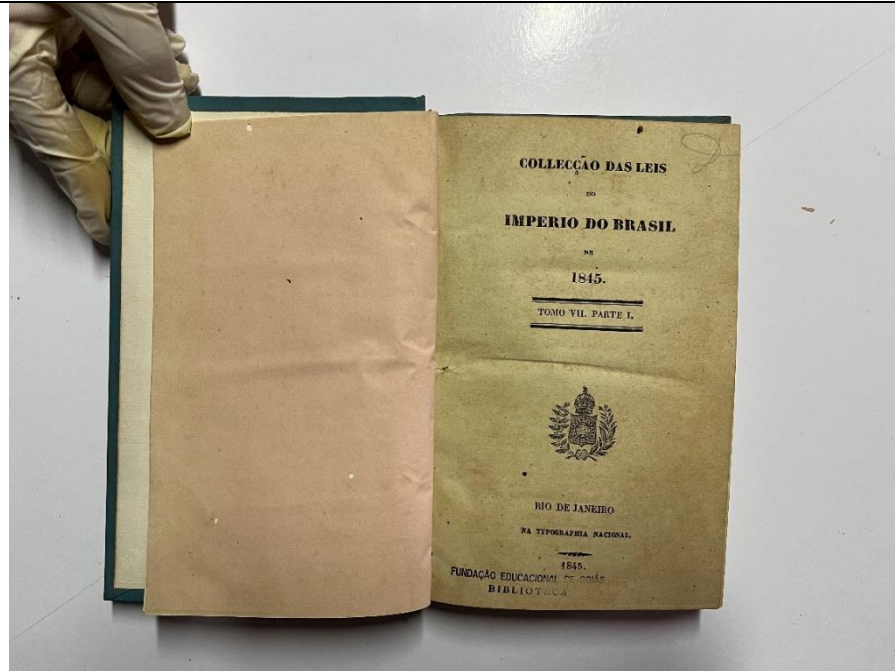
Editor: Na Typographia nacional

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 3: **Collecção das leis do Império do Brasil do ano de 1849** está em razoável estado de conservação e possui 224 páginas, mais anexos. Em relação à capa, não foi possível determinar se é original. E além disso, ela não apresenta nenhum tipo de informação que possa ajudar na descrição da obra. Algumas páginas apresentam furos ocasionados pela ação de traças, mas em geral, o documento está em bom estado de conservação. O livro se encaixa segundo os critérios ampliados do PLANOR em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, que engloba obras até 1900. Inclusive essa é uma das obras que a instituição cadastrou no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional. Conforme parte do exemplo anterior, diversas instituições participantes do PLANOR cadastraram obras da Collecção das leis do Império do Brasil no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional e, destas, 12 entidades cadastraram obras com datas acima de 1841, que é o caso da obra encontrada na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

Quadro 4 - Obra nº 3**Título:** Collecção das leis do Império do Brasil – ano 1845**Ano de Publicação:** 1845**Autoria:****Editor:** Na Typographia nacional**Publicado em:** Rio de Janeiro**Fonte:** Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A respeito da obra do quadro 4: **Collecção das leis do Império do Brasil do ano de 1845**, não foi possível determinar se a mesma está completa ou se compõe uma miscelânea com outros documentos. A obra apresenta, conforme se pode observar na imagem, diversas folhas com danos significativos pela ação de traças e outros agentes, o que compromete a leitura e o entendimento pelo usuário nas partes afetadas. O livro se enquadra segundo os critérios ampliados do PLANOR em obras do BRASIL – Séc. XIX, que engloba obras até 1900. O documento passou por um processo de encadernação, porém a capa não apresenta detalhes sobre o que compõe o livro, como informações de título, autoria, data ou qualquer outra descrição. Conforme explicado nos exemplos acima, diversas instituições brasileiras cadastraram obras da Collecção das Leis do Império do Brasil no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional. É preciso deixar claro, todavia, que não foi possível determinar com exatidão se o documento está completo, além de ter passado por processo de encadernação.

Quadro 5 - Obra nº 4

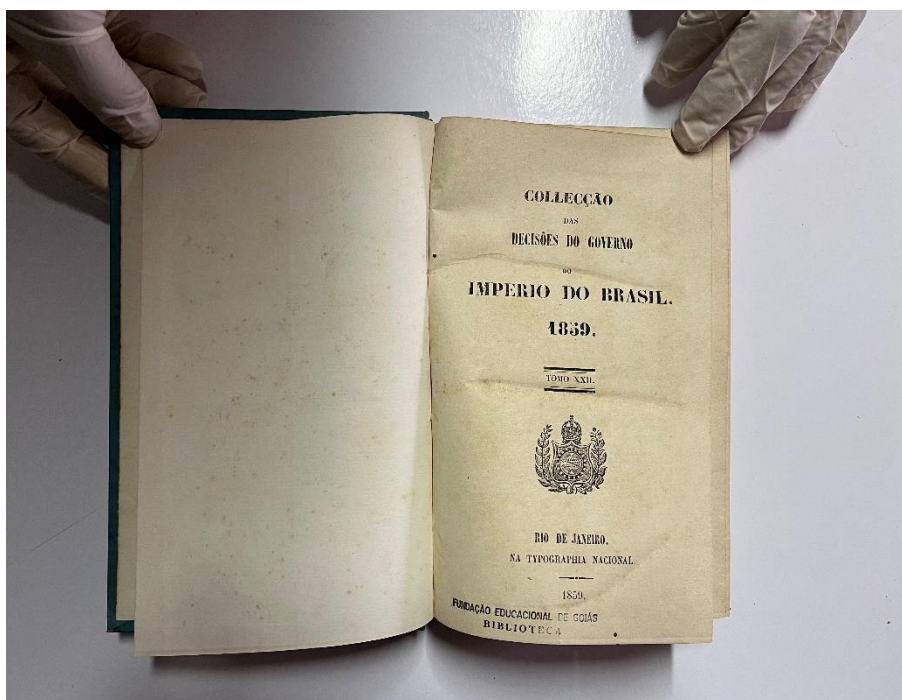
Título: Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil – ano 1859

Ano de Publicação: 1859 **Paginação:** 391

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Na Typographia nacional

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 5: **Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil do ano de 1859**, possui 391 páginas e está em bom estado de conservação. A capa passou por processo de encadernação, mas não apresenta nenhuma descrição acerca da identificação da obra. Na lombada do documento é apresentada a informação acerca do título, o que se confirma na primeira página. A obra se encontra em bom estado de conservação e não apresenta danos que comprometam sua leitura. O livro se enquadra segundo os critérios do ampliado do PLANOR em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX e oito instituições informacionais brasileiras listaram títulos dessa coleção no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional. Portanto, qualificaram-se as obras dessa coleção enquanto obras raras. Diversas edições de livros dessa mesma coleção foram anunciados e vendidos por instituições especializadas em leilões de livros raros e antigos, o que demonstra a peculiaridade desses documentos.

Quadro 6 - Obra nº 5

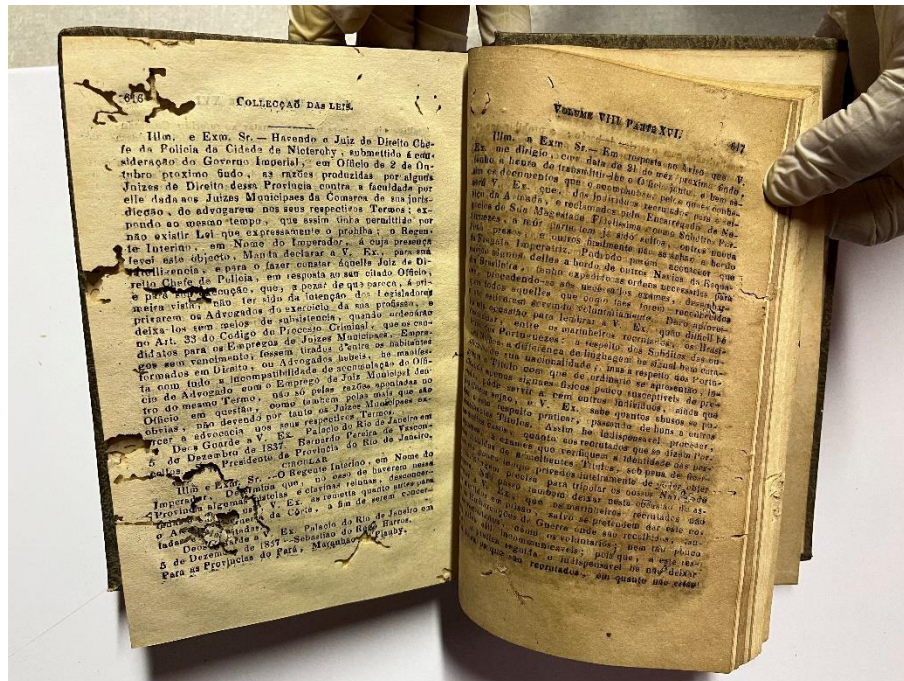
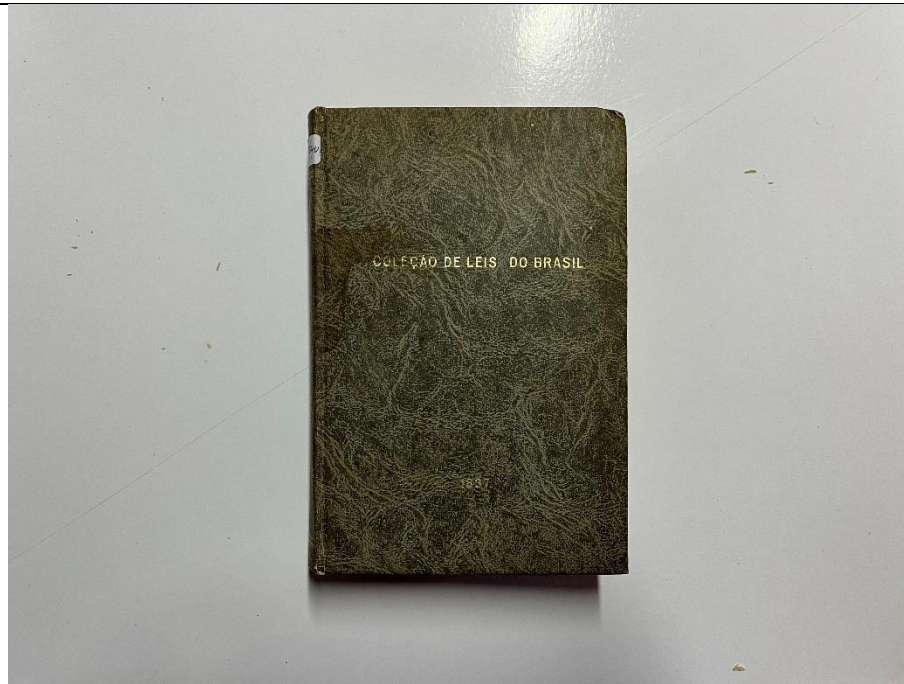
Título: Coleção de leis do Brasil

Ano de Publicação: 1837 **Paginação:** 637

Autoria: Autor desconhecido

Editor:

Publicado em: [s.n.]



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 6: **Coleção de leis do Brasil de 1837** ou “**Colleção das leis do Império do Brasil de 1837**” possui 637 páginas. É importante frisar que a capa do livro passou por um processo de encadernação, e nela são apresentadas apenas as informações de título conforme a grafia atual. Um detalhe em relação ao título é que, dentro do documento, na parte superior do verso, cada página apresenta a informação ‘**Colleção das leis**’ diferentemente da grafia apresentada na restauração da capa que apresenta o título como ‘**Coleção de leis do Brasil**’. Outro detalhe em relação ao título refere-se a ele ter sido relacionado somente ao nome ‘Brasil’, diferentemente da grafia ‘**as leis do Império do Brasil**’, encontrada em algumas páginas no decorrer do documento. Por esses motivos, presume-se que o título correto da obra seja “**Colleção das leis do Império do Brasil de 1837**”, e não **Coleção das leis do Brasil**, conforme a capa atual. A obra apresenta danos significativos de traças em algumas páginas do documento e também manchas pela ação do tempo, embora os danos sofridos não comprometam totalmente a compreensão e a leitura dessas páginas. Em relação ao enquadramento nos parâmetros desenvolvidos pela Biblioteca Nacional, o livro se encaixa plenamente no critério cronológico de obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX até 1841, sendo que 19 instituições brasileiras cadastraram as obras da **Colleção das leis do Império do Brasil** no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional, o que demonstra a peculiaridade desse documento. Todavia, é preciso relatar o fator complicador em relação à identificação do título da obra e processo de encadernação pelo qual passou.

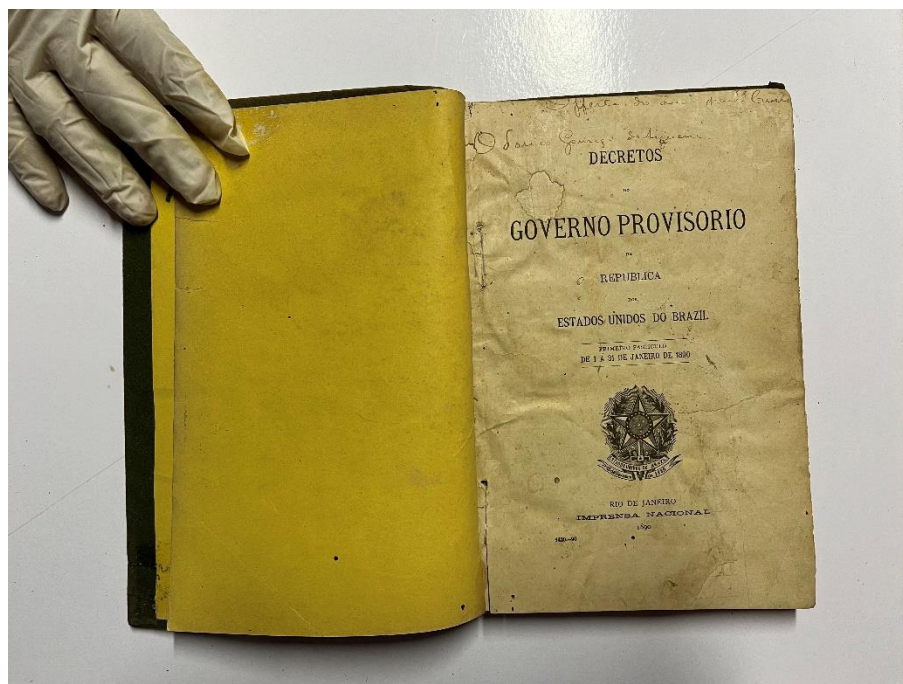
Quadro 7 - Obra nº 6

Título: Decretos do governo provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil: de 1 a 31 de janeiro de 1890.

Ano de Publicação: 1890 **Paginação:** 245

Autoria:

Editor: Imprensa Nacional / **Publicado em:** Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 7: **Decretos do governo provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil: primeiro fascículo: de 1 a 31 de janeiro de 1890** possui 245 páginas. A capa foi parcialmente restaurada e recebeu o reforço de algum tipo de papel esverdeado para ajudar a mantê-la firme e também para evitar o seu descolamento do restante do documento. Conforme se pode observar na imagem, apesar da intervenção, essa parte do documento não apresenta nenhum tipo de informação que ajude na descrição da obra, e talvez tenha sido efetuada por se tratar da capa original. O documento apresenta pequenos danos em algumas páginas pela ação do tempo e também pela infestação por traças, mas nada que atrapalhe a sua leitura e o seu manuseio. O livro se enquadra no critério cronológico ampliado do PLANOR em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, e dois tribunais e uma universidade localizada no estado do Ceará incluíram em suas listagens de obras raras enviadas ao catálogo do patrimônio bibliográfico nacional obras desse título, porém com fascículos diferentes da obra encontrada na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, o que denota a peculiaridade dos documentos desse título. Todavia, essa pesquisa não conseguiu identificar se a capa é original ou uma nova encadernação.

Quadro 8 – Obra nº 7

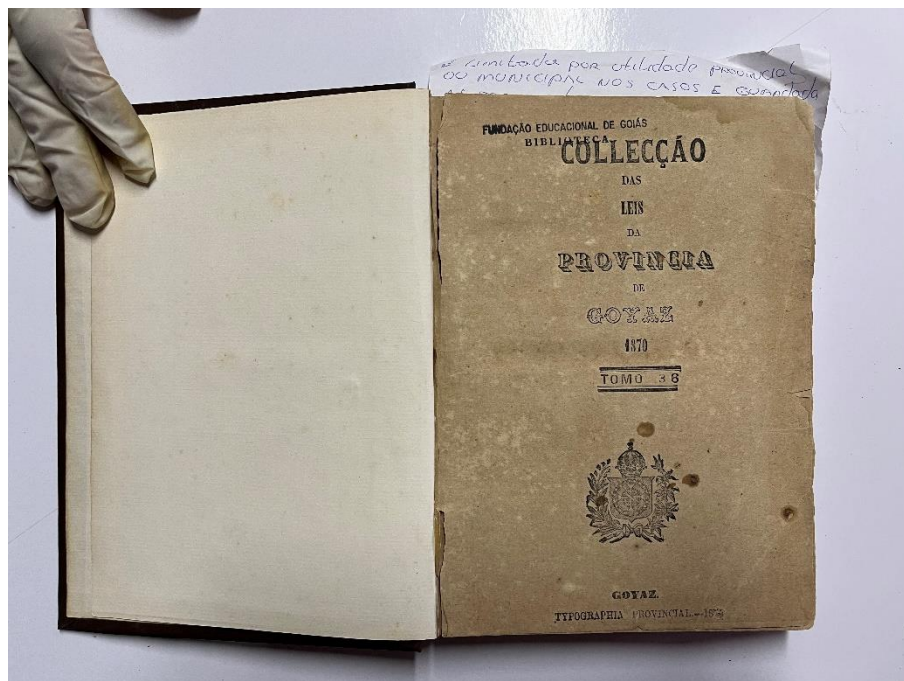
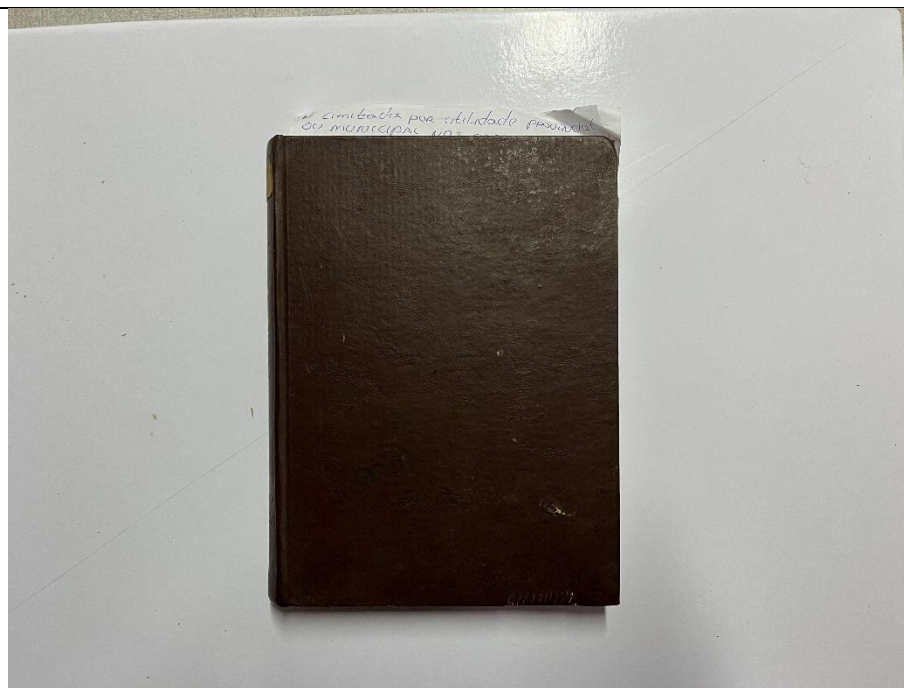
Título: Collecções das leis da Província de Goyaz: 1870 até 1876 (miscelânea)

Ano de Publicação:

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Quadro 9 – Obra nº 7 A

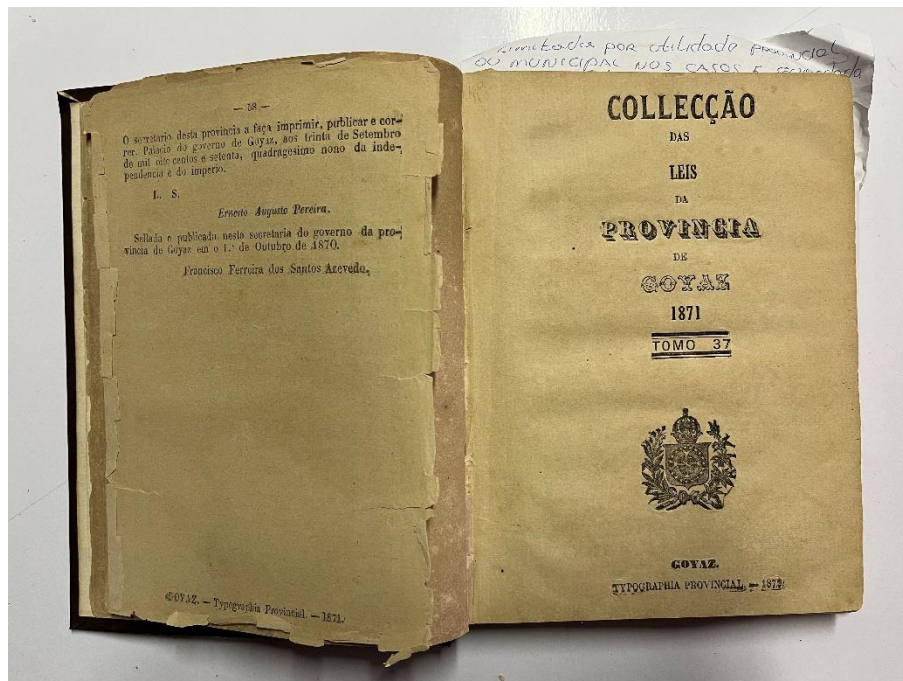
Título: Collecções das leis da Província de Goyaz: 1870-1876 (miscelânea)

Ano de Publicação:

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Quadro 10 – Obra nº 7 B

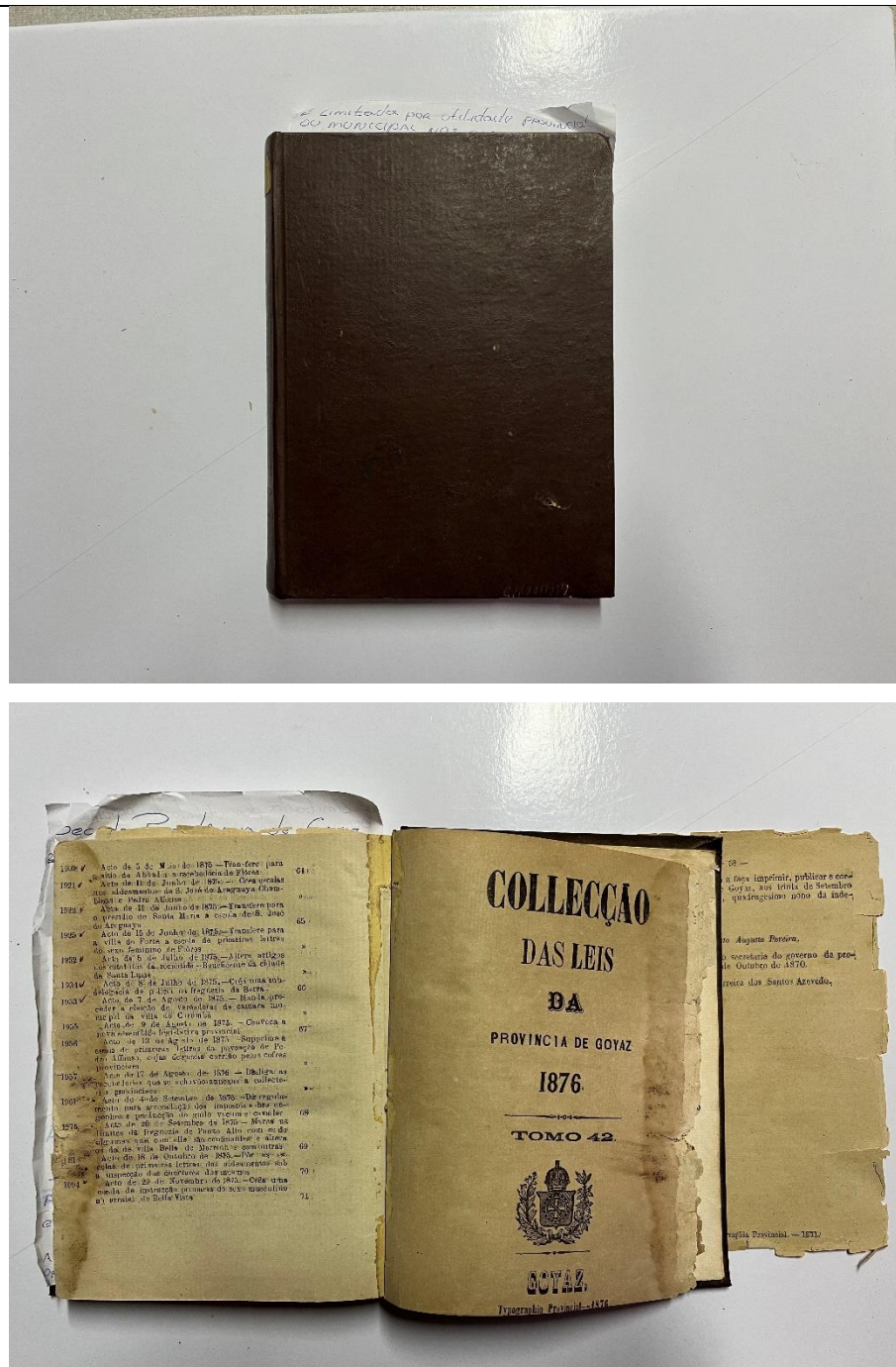
Título: Collecções das leis da Província de Goyaz: 1870-1876 (miscelânea)

Ano de Publicação: 1876

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

As imagens do quadro 8, do quadro 9 e do quadro 10 representam a obra: **Colleções das leis da Província de Goyaz: 1870 até 1876** e estão dispostas no mesmo livro. O documento passou por um processo de encadernação, porém a capa não apresenta nenhuma descrição a respeito do título da obra. A paginação do documento se inicia a cada intervalo de ano, fator que levantou dúvidas em relação à composição do documento, pois não se sabe ao certo se é um documento com composição original ou se trata de uma junção de fascículos. Algumas páginas do livro estão se soltando e outras contém manchas de umidade e da ação do tempo. O livro se enquadra nos critérios cronológicos ampliados estabelecidos pela Biblioteca Nacional em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, porém, na maioria das bibliotecas e arquivos históricos goianos consultados, não foram encontrados documentos iguais, com exceção de um único fascículo intitulado “Coleção das Leis da Província de Goyaz de 1879”, encontrado no Arquivo Histórico de Goiás, o que talvez comprove a junção de documentos, uma vez que foi encontrado apenas um fascículo da obra em outra instituição. É preciso frisar, entretanto, que o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) estava indisponível para consulta, pois passava por adequações. Tal situação reitera a dificuldade de se encontrar livros anteriores a 1900 sobre a história de Goiás nos dias atuais.

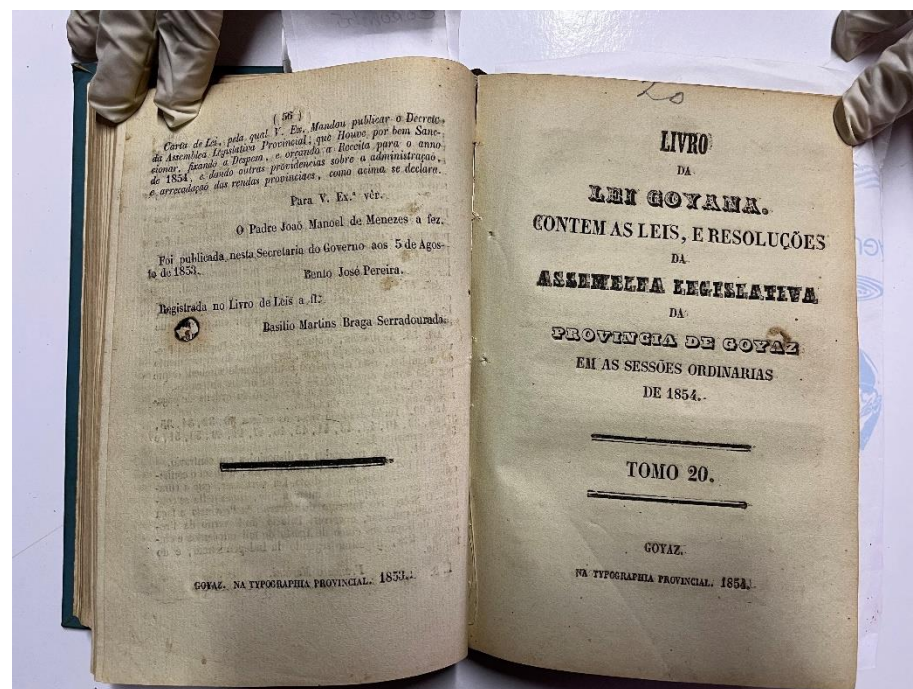
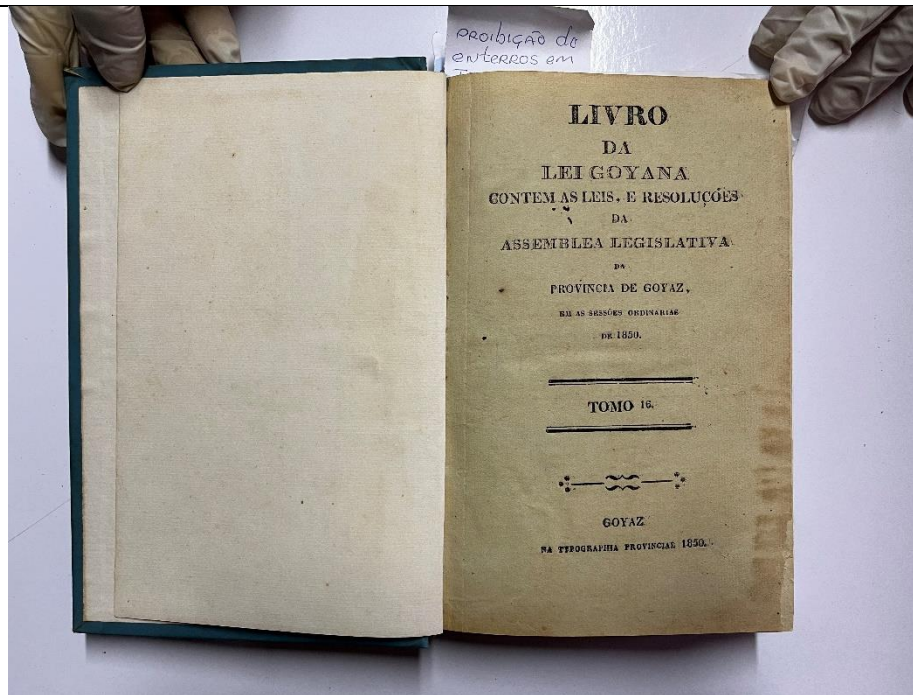
Quadro 11 – Obra nº 8

Título: Livro da Lei Goyana: contem as leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goyaz, com as sessões ordinárias de 1850 até 1859.

Ano de Publicação: Não identificado **Autoria:** Autor desconhecido

Editor: Na Typographia provincial.

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Em relação à obra do quadro 11: **Livro da Lei Goyana: contem as leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goyaz: com as sessões ordinárias de 1850 até 1859.** A edição desse documento foi publicada pela então editor Typographia provincial no estado de Goyaz. Em geral o documento encontra-se em bom estado de conservação, apenas com algumas manchas oriundas da ação do tempo. A capa do livro passou por um processo de encadernação e não apresenta nenhuma informação descritiva da obra. O livro também se enquadra nos critérios cronológicos ampliados da Biblioteca Nacional em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, porém não foram encontrados documentos iguais em nenhuma das outras unidades de informação históricas do estado, como a Biblioteca Pio Vargas, Biblioteca Cora Coralina em Campinas e nem no Arquivo Histórico de Goiás. Conforme o caso anterior, informa-se que o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás estava indisponível para consulta aos usuários, mas salvo esse aspecto, se reafirma a problemática de não se localizar livros históricos acerca do estado de Goiás no território goiano, principalmente livros anteriores a 1900.

Quadro 12 – Obra nº 9

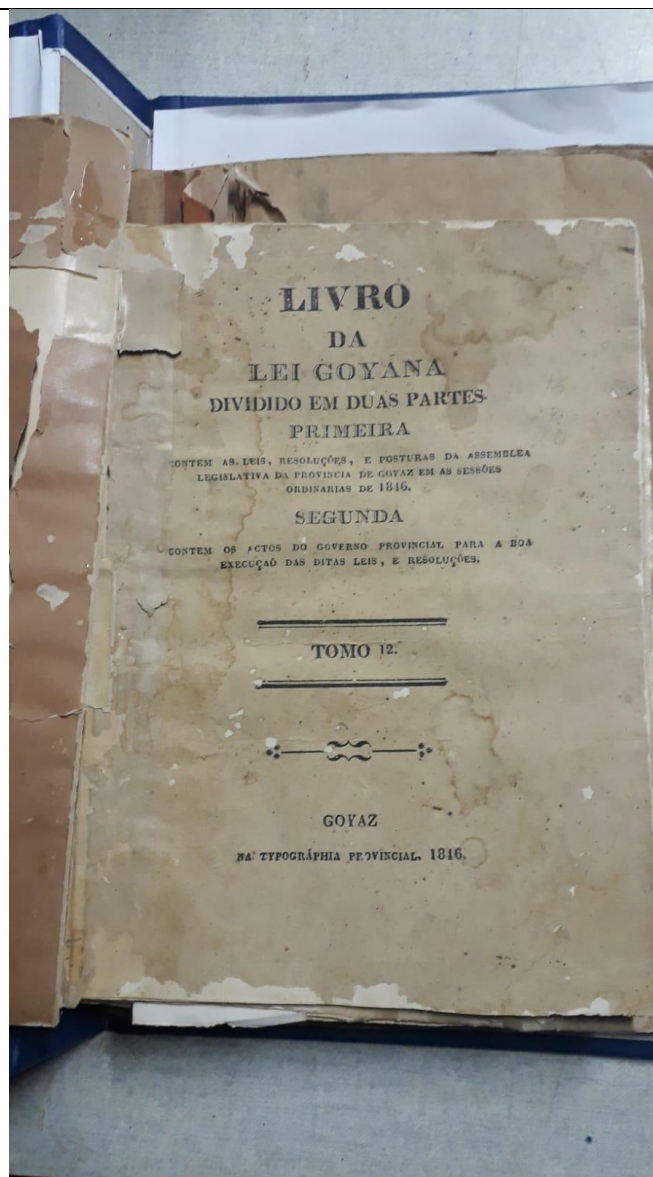
Título: Livro da Lei Goyana: dividido em duas partes: primeira, contem as leis, resoluções, e posturas da assembleia legislativa da província de Goyaz em as sessões ordinarias de 1846; segunda, contem os actos do governo provincial para a boa execução das ditas leis e resoluções (Miscelânea).

Ano de Publicação: 1846

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Na Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia do autor, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Quadro 13 – Obra nº 9 A

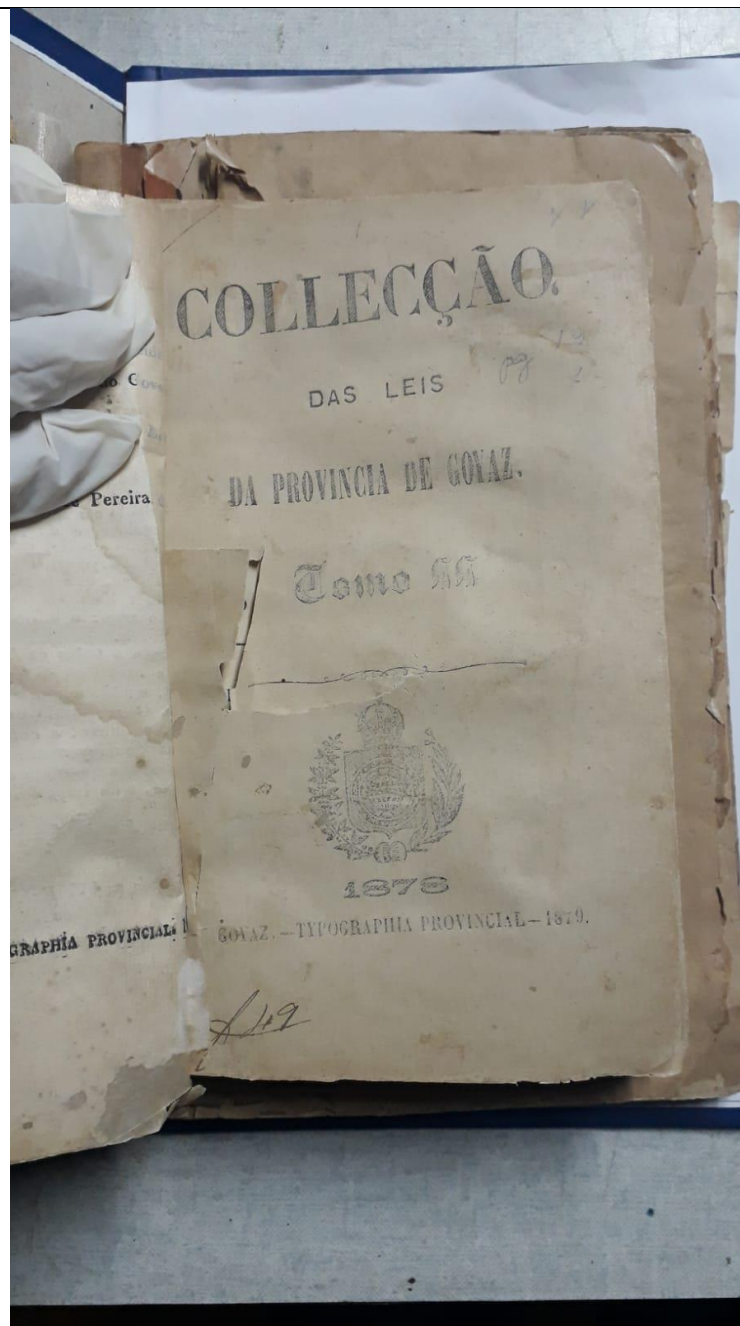
Título: Collecção das leis da Província de Goyaz - ano 1878 (Miscelânea)

Ano de Publicação: 1879

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia do autor, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Quadro 14 – Obra nº 9 B

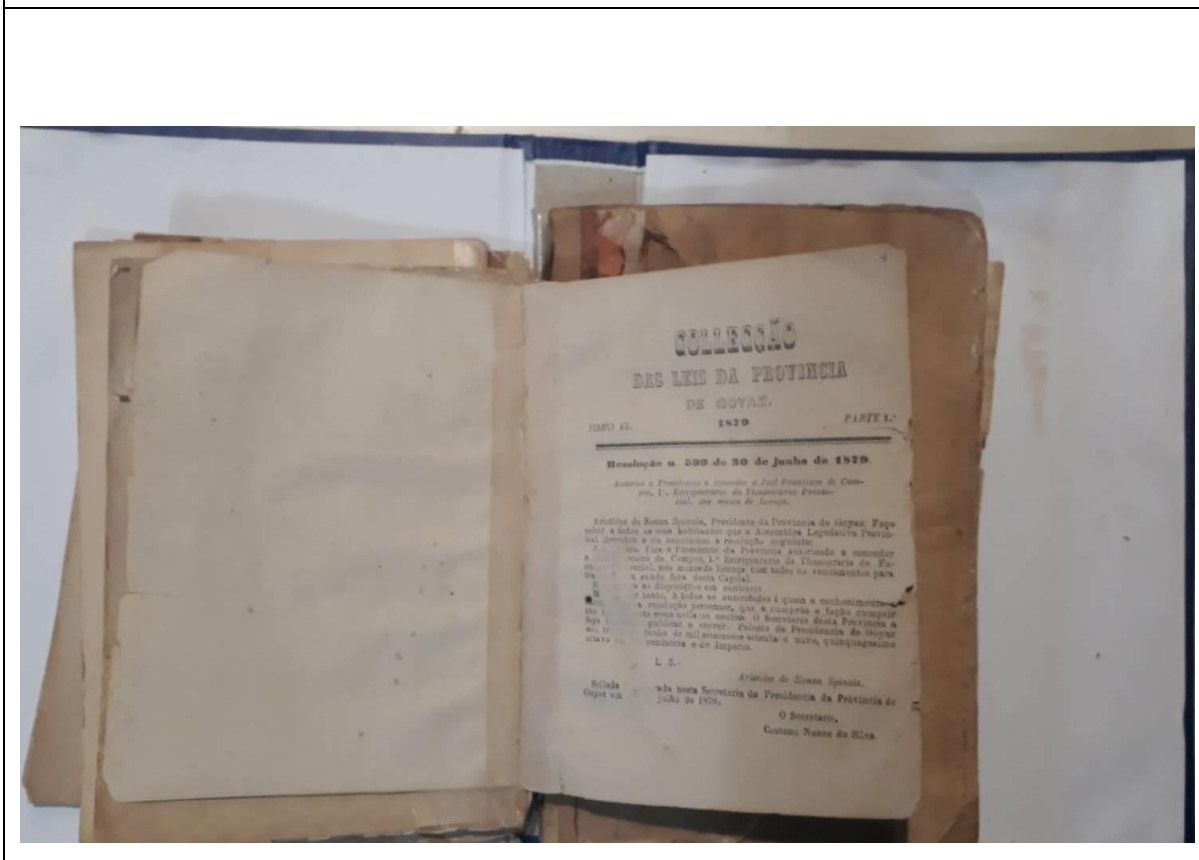
Título: Collecção das leis da Província de Goyaz - ano 1879 (Miscelânea)

Ano de Publicação: 1879

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typographia provincial

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia do autor, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

Já as obras do quadro 12: **Livro da Lei Goyana: dividido em duas partes: a primeira contem as leis, resoluções, e posturas da assembleia legislativa da província de Goyaz em sessões ordinarias de 1846; segunda, contem os actos do governo provincial para a boa execução das ditas leis, e resoluções.** Do quadro 13: **Collecção das leis da Província de Goyaz do ano de 1878** e do quadro 14: **Collecção das leis da Província de Goyaz do ano de 1879.** Estão reunidas dentro de uma mesma pasta encadernada de cor azul, para uma maior proteção dos documentos. A edição desses documentos foi publicada pela então editora Typographia provincial no estado de Goyaz. O grau de conservação dessas obras é muito delicado, sendo que alguns documentos estão dispostos um dentro do outro. Algumas páginas têm rasgos significativos e apresentam manchas de umidade e da ação do tempo e, conforme se

pode observar na imagem do quadro 13, algumas até coladas a outras, tornando o manuseio desses documentos sem danificá-los uma tarefa bem complicada. Quanto à raridade das obras, elas se enquadram no critério cronológico enquanto obras publicadas no Brasil – Séc. XIX, porém, devido ao estado de conservação das mesmas e a forma como estão dispostas, fica complicada essa atribuição. Com exceção da “Coleção das Leis da Província de Goyaz de 1879”, encontrado no Arquivo Histórico de Goiás, conforme reafirmado no caso anterior, não foram encontrados documentos idênticos aos outros em nenhuma das unidades pesquisadas. Sabe-se, entretanto, que tem sido bem complicado localizar livros sobre a história de Goiás com datas anteriores a 1900. O que é certo e urgente é que, se esses três documentos não passarem o mais breve possível por algum processo de restauração, tendem a se perder, pois devido a seu estado de conservação, qualquer tipo de intervenção ainda será muito delicado.

Quadro 15 – Obra nº 10

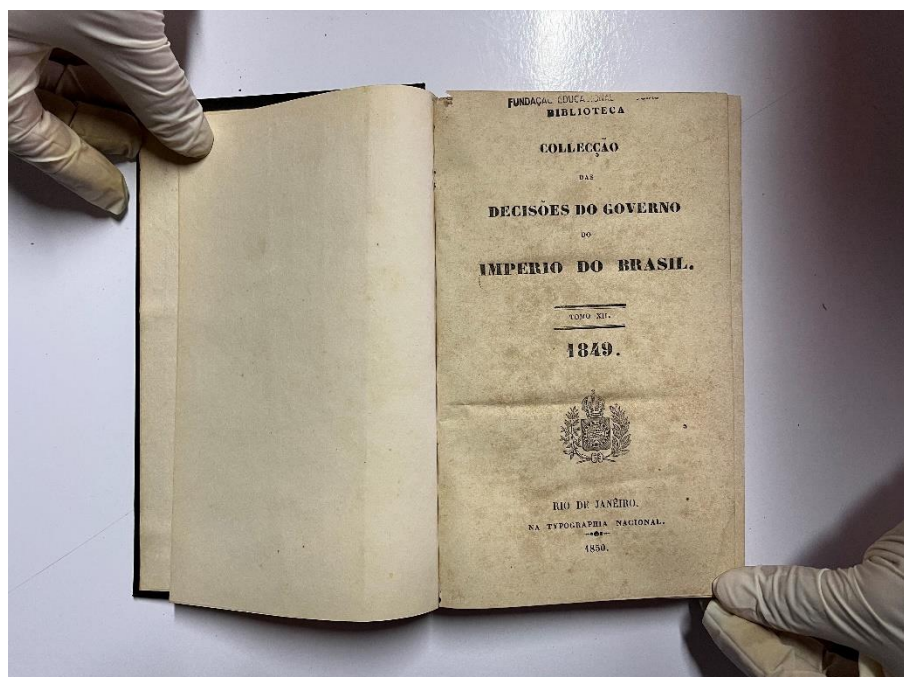
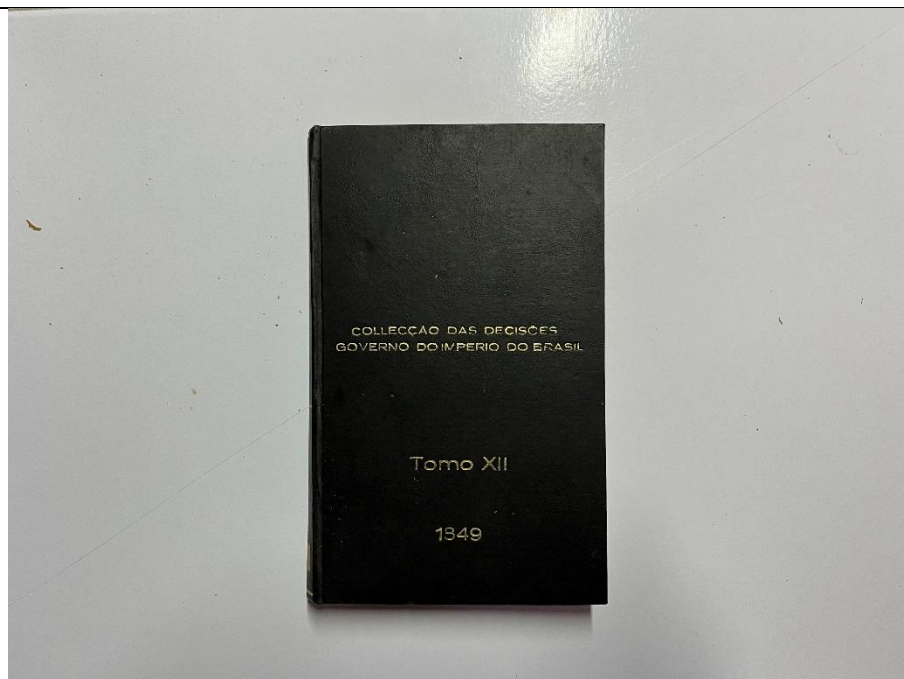
Título: Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil: tomo XII – ano 1849

Ano de Publicação: 1850 **Paginação:** 371

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Na Typographia nacional

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 15: **Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil: tomo XII do ano de 1849** possui 371 páginas e está em bom estado de conservação, apesar de algumas páginas no final do documento apresentarem furos decorrentes da ação das traças, mas nada que impeça a leitura e a compreensão do livro. A capa passou por processo de encadernação e apresenta as informações do título que se comprovam também na folha de rosto. O livro se enquadra segundo os critérios cronológicos ampliados da Biblioteca Nacional em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, e muitas instituições brasileiras, como a Unicamp, o Tribunal de Justiça de São Paulo e a biblioteca Antônio Torres do IPHAN, cadastraram obras dessa coleção no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional, o que denota a importância e a peculiaridade dessa obra. É preciso frisar, entretanto, que o documento recebeu uma nova encadernação.

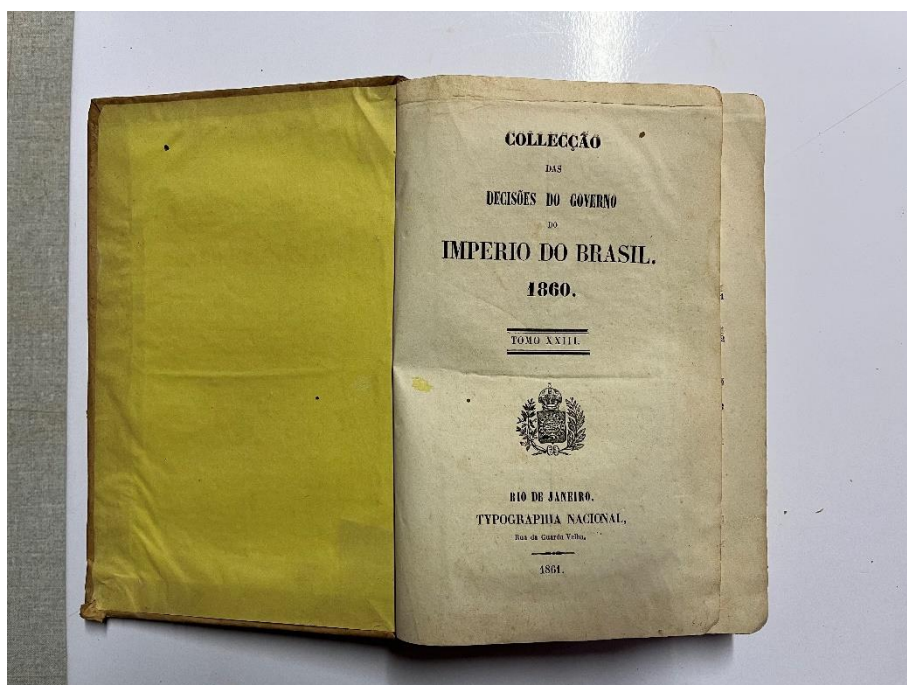
Quadro 16 – Obra nº 11

Título: Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil: tomo XXIII– ano 1860

Ano de Publicação: 1861 **Paginação:** 508

Editor: Na Typographia nacional **Autoria:** Autor desconhecido

Publicado em: Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 16: **Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil: tomo XXIII do ano de 1860** possui 508 páginas e está em bom estado de conservação. A capa passou por processo de encadernação e apresenta manchas de algum tipo de umidade, além de não apresentar nenhuma informação a respeito do título. A lombada apresenta rasgos significativos que impossibilitam a leitura total das informações nela disposta. Conforme citado na análise da obra 15 acima, o livro também se enquadra nos critérios cronológicos de raridade da Biblioteca Nacional em obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, e muitas instituições brasileiras, como a UNICAMP, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a biblioteca Antônio Torres do IPHAN e outras bibliotecas históricas cadastraram obras dessa coleção no catálogo do patrimônio bibliográfico nacional. Diversas edições similares dessa coleção foram anunciadas e vendidas por leilões especializados em vendas de livros raros e antigos, o que salienta o caráter peculiar da obra. É preciso dizer, todavia, que o documento também recebeu uma nova encadernação.

Quadro 17 – Obra nº 12

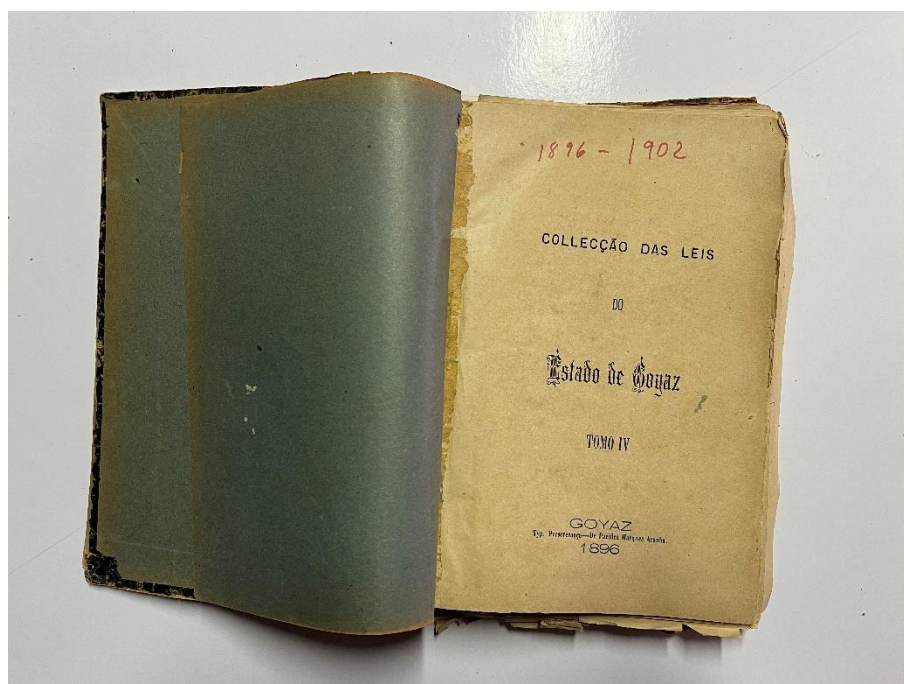
Título: Leis estaduais ou Collecção das Leis do Estado de Goyaz: 1896 a 1902

Ano de Publicação: 1896 **Paginação:** paginadas por seção

Autoria: Autor desconhecido

Editor: Typ. Perseverança - de Pacifico Marques Aranha

Publicado em: Goyaz



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 17 corresponde à publicação das **Leis estaduais ou Collecção das Leis do Estado de Goyaz: 1896 a 1902** e gerou muitas dúvidas em relação à forma correta do título, pois a capa não apresenta nenhuma informação a respeito da obra e a lombada apresenta apenas a informação de ‘Leis estaduais’, não mencionando o período de abrangência dessas normativas. A lombada apresenta danos severos em uma de suas extremidades e danos consideráveis na outra, necessitando urgentemente de algum tipo de restauração. A primeira página do documento apresenta a informação **“Coleção das leis do estado de Goyaz: Tomo IV: do ano de 1896”** e também as informações da tipografia do documento. Descobriu-se, porém, após uma análise detalhada no documento, que essas leis de 1896 tratavam-se apenas de uma fração das normativas contidas no documento. Notou-se, então, que a informação escrita de caneta vermelha apresentava a descrição correta das leis ali dispostas: o período de (1896 a 1902). Não se conseguiu identificar junto a outras bibliotecas históricas do estado de Goiás, se o documento é uma obra original ou se trata de uma junção de documentos. Todavia, é preciso frisar que o documento foge do critério pré-estabelecido pela Biblioteca Nacional de obras publicadas no BRASIL – Séc. XIX, pois apresenta informações sobre leis do ano de 1901 e 1902. Por tratar-se de uma obra a respeito da história das leis do Estado goiano, é documento bem difícil de ser encontrado.

Quadro 18 – Obra nº 13

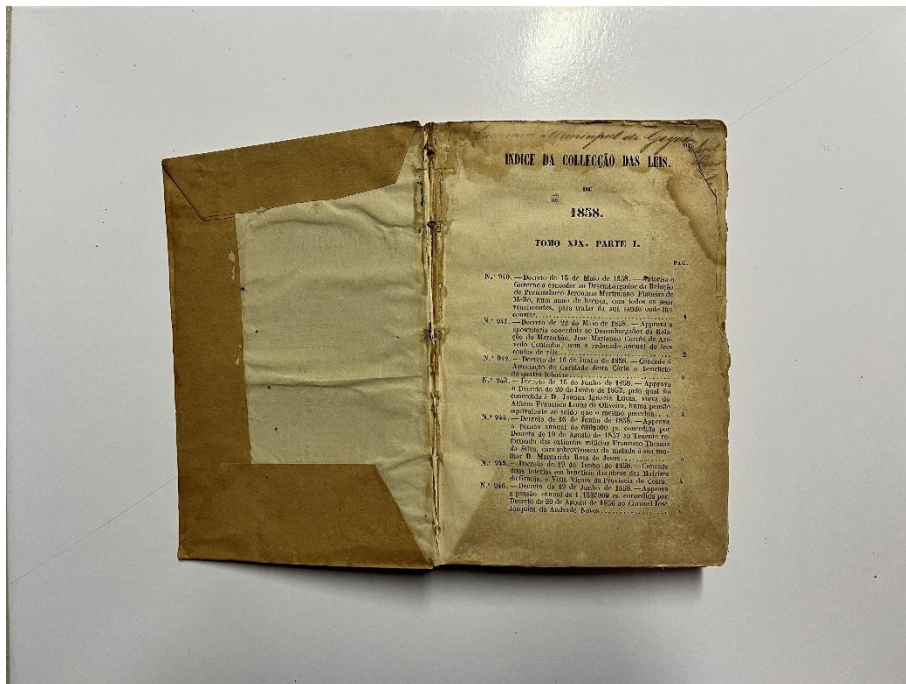
Título: Índice da collecção das leis de 1858: tomo XIX: parte I

Ano de Publicação: [s.d]

Autoria: Autor desconhecido

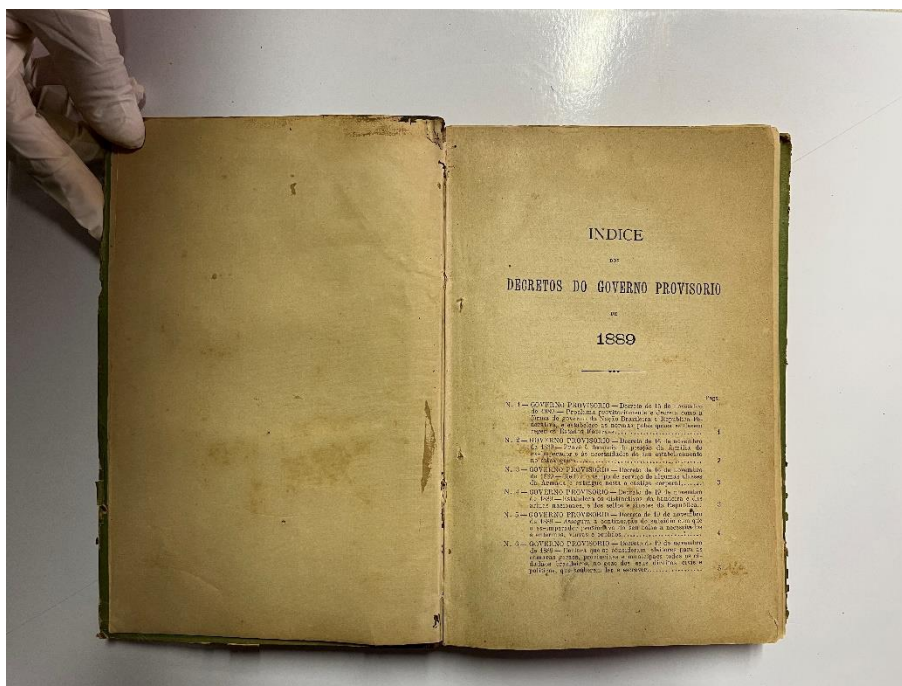
Editor:

Publicado em: [s.n.]



Fonte: Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 18: **Índice da collecção das leis de 1858: tomo XIX: parte I** possui 577 páginas, embora as últimas páginas do documento estejam cobertas com algum tipo de papel e transformadas em capa do documento. A capa passou por um processo de restauração em algum momento. Entretanto, por algum motivo a pessoa responsável pelo restauro do documento achou necessário revestir a capa do livro com um tipo mais grosso de papel, cobrindo informações valiosas acerca do título da obra. A lombada do documento, apesar de apresentar danos consideráveis pela ação do tempo nas duas extremidades, possibilita a compreensão de parte do título, pois apresenta a seguinte informação: “**Índice da colecao das le 1858**”, faltando algumas letras. Para obter maiores informações acerca do título e do documento foi preciso recorrer à parte interna do livro. Observou-se que havia uma variação na grafia da palavra ‘coleção’ escrita na capa e na lombada. A palavra coleção está escrita na lombada como ‘colecao’ sem o uso de cedilha; já na primeira folha há a repetição da letra L e também o uso do sinal cedilha (collecção). A diferença na grafia e a falta de maiores informações a respeito da obra comprometeu a análise e estudos acerca do título, da data, da composição e da raridade do referido documento, já que também não foram encontrados anúncios de leilões especializados a respeito da obra e também não foram localizadas obras iguais em outras bibliotecas como a Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, na Câmara Federal, no Senado Federal, na UFRJ e também na USP.

Quadro 19 – Obra nº 14**Título:** Índice dos decretos do Governo Provisorio de 1889**Ano de Publicação:** [s.d]**Autoria:** Autor desconhecido**Editor:****Publicado em:** [s.n.]**Fonte:** Fotografia Samuel Hilário, Biblioteca Fundação Frei Simão Dorvi, 2022.

A obra do quadro 19: **Índice dos decretos do Governo Provisorio de 1889** é a única informação descritiva disponível no documento, está disposta na lombada e se repete na primeira página do livro. A capa não apresenta nenhum tipo de grafia ou elemento gráfico que possa ajudar na identificação, fator que dificulta a descrição completa do documento. O livro possui 365 páginas, algumas estão se soltando, além de outras apresentarem furos de traças e manchas de umidade. Apesar desses fatores, o manuseio e a leitura do documento são feitos sem dificuldades. Devido à falta de outros elementos descritivos em relação à publicação e também devido à ausência de resultados referentes a leilões dessa obra, essa pesquisa acredita que o documento necessita de maiores análises para a qualificação enquanto a sua raridade.

4. WEBSITE FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Este capítulo apresenta o produto final resultante desta pesquisa – um site institucional que pode ser acessado via internet por computadores desktops³⁰, notebooks³¹, tablets³², smartphones³³ e por outros dispositivos digitais de tecnologia. Neste mesmo item está exposto o formato de rodagem do site, os custos e os recursos que foram necessários para sua implementação e o público alvo da pesquisa realizada. Por fim, foram elencados os impactos esperados com a pesquisa sobre a comunidade participante, o manual de uso do produto, além de uma ação devolutiva para a comunidade.

A partir da realização da pesquisa, foi possível compilar diversas informações acerca da história e da constituição do espaço da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, desde sua criação até os dias atuais, além das principais ações e atividades de preservação desenvolvidas pela entidade. Porém, para a melhor compreensão do produto é preciso primeiramente entender como se deu o surgimento e no que consiste o termo “site”.

Segundo Manzano (2012, p. 43), “pode-se dizer que site (sítio) é um conjunto de páginas que estão relacionadas entre si com o objetivo de apresentar um conjunto de informações”. Já de acordo com Velloso (2017, p. 227), a definição do termo site consiste em “cada lugar no ambiente web da internet, versando sobre pessoas ou empresas, é denominado website, ou simplesmente site. Ele é, em princípio, constituído por diversas páginas. Cada site tem seu endereço eletrônico virtual particular, denominado URL” – Uniform Resource Location³⁴ e geralmente é fruto do “trabalho de um indivíduo, empresa ou organização, ou é dedicado a um tópico ou propósito em particular”.

A palavra site é derivada do latim situs que significa (lugar demarcado, local, posição) e sua tradução livre para o português tem o significado de sítio. O primeiro website que se tem notícia na história foi construído nas dependências da CERN (European Nuclear Research

³⁰ Palavra de origem inglesa com o qual se indica o ambiente principal do computador; um computador desktop é um computador pessoal planejado para utilização em um único local.

³¹ É um computador pessoal portátil projetado para ser transportado e utilizado em diferentes lugares por ser leve.

³² É um dispositivo pessoal ou um tipo de computador portátil, formato de prancheta e de fina espessura, pode ser usado para acesso à internet, leitura de livros, visualização de fotos, vídeos e jogos, além de apresentar a tela sensível ao toque (touchscreen).

³³ É um telefone celular que conta com diversos recursos e funcionalidades avançadas por meio dos seus aplicativos, diferentemente dos aparelhos celulares antigos que apenas realizam e recebem chamadas.

³⁴ Traduzido para o português como o localizador uniforme de recursos - é um endereço eletrônico que possibilita que um site ou blog seja encontrado na rede mundial de computadores, a internet.

Organization), que significa Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, com publicação de sua primeira versão no dia 06 de agosto de 1991.

Os sites de internet podem servir para diversas funcionalidades e finalidades e são utilizados, por exemplo, como portais institucionais de empresas e governos. Existem os sites informacionais voltados aos veículos de imprensa e de comunicação, como também existem aqueles voltados às aplicações (utilizadas como ferramentas de automatização). Outros importantes sites são aqueles voltados ao armazenamento e as buscas informacionais como por exemplo o Google e Bing, além dos sites comunitários que consistem em chats, fóruns e as páginas dedicadas aos relacionamentos.

A versatilidade de configuração dessa ferramenta tecnológica aliada à sua amplitude de visualização proporcionada pela internet permite que o site seja utilizado para as mais diversas finalidades pelas instituições comerciais, como por exemplo: servir para mediar o contato entre instituições e seus clientes, além de serem uma importante e eficiente ferramenta de divulgação de trabalho para os profissionais liberais, conforme salienta Velloso (2017, p.229): “muitas empresas usam seus sites como pontos de contato entre uma instituição e seus stakeholders (clientes, fornecedores, etc.). No caso de instituições comerciais, usam-se sites para comércio eletrônico, recrutamento de funcionários e outras demandas”.

Já em relação às instituições sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, o autor destaca que essas entidades “utilizam seus sites para divulgar trabalhos, informar a respeito de eventos e etc.”. Percebe-se a partir da conjuntura apresentada pelo autor que essa ferramenta se configura como um instrumento eficaz de divulgação e ampliação de seus respectivos nichos de mercado, os quais essas entidades têm utilizado como forma de garantir novas receitas, atrair novos investidores, formar novas parcerias e principalmente possibilitar um canal eficiente de comunicação com o seu público/cliente.

4.1 Formato definido

A partir da definição pela construção do site institucional da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como produto final da pesquisa, uma das primeiras iniciativas tomadas foi colher informações e definir junto a profissionais da tecnologia da informação (TI) quais seriam os requisitos necessários e essenciais para a sua implementação, e dentre as diversas tecnologias disponibilizadas via World Wide Web (WWW), quais as melhores opções para a construção do site.

Após o diálogo com profissionais da área, levantou-se junto à entidade os requisitos, as funcionalidades e as necessidades que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi julga serem necessários de fazer presente do site (ver figura 21 e 22). Nessa etapa é imprescindível compreender a história da instituição e colher o máximo possível de informações, de forma a conseguir identificar suas principais necessidades e os objetivos de criação do site.

Figura 21: Levantamento de requisitos da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Figura 22: Estudos de requisitos da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

O levantamento dos requisitos é uma etapa fundamental, pois propicia que o produto final transpareça uma imagem realista da instituição. Outro ponto importante é entender dentro do processo para quem se destina o produto, se para o público interno e externo ou ambos. Nesta etapa é preciso definir as especificações, como por exemplo: os conteúdos existentes na página Web (barra de menus, a barra lateral e layout), de forma que a junção desses elementos propicie, depois de finalizado o site institucional, que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi valide os requisitos levantados durante o planejamento.

Nesse contexto, nota-se que uma das dificuldades encontradas é que atualmente a comunicação da instituição com seu público externo se concretiza efetivamente “no boca a boca”, de pesquisador citando a instituição para outro pesquisador ou então o próprio interessado se dirigindo diretamente à sede física da entidade e agendando um atendimento com a responsável, o que configura uma comunicação restrita entre esses interlocutores. Por meio da implementação do site institucional com todas as suas funcionalidades tecnológicas poderia funcionar um canal direto entre a instituição e o público externo, inclusive aqueles com os quais a Fundação não mantém um vínculo direto, como por exemplo, os estudantes da cidade.

De forma a proporcionar a produção do site com conceito gráfico de fácil entendimento e um layout eficiente, o profissional de TI indicou dentre as várias tecnologias disponíveis para a implementação de um site institucional que a página virtual da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi fosse desenvolvida utilizando-se as seguintes linguagens e tecnologias da informação ³⁵: (HTML5, CSS, JavaScript, Node.JS, Bancos de dados SQL- Struct Query Language).

Quadro 20 – Tecnologias indicadas para implementação do site

HTML5	Hypertext Markup Language, que na tradução livre para o português significa Linguagem de Marcação de Hipertexto ³⁶ . É a primeira versão da linguagem de programação HTML, lançada em 1991, por Tim Berners Lee. O HTML5 é uma linguagem de programação padrão de criação de páginas Web com função básica voltada para elaboração de páginas que abarquem conteúdos simples, como textos, imagens, áudio, vídeos e etc. A linguagem é utilizada para definir os elementos principais de determinado site, como por exemplo: os links, tabelas, imagens e títulos.
--------------	---

³⁵ É um conjunto de termos vocabulário e de regras (sintaxe) que permite a formulação de Instruções a um computador (VELLOSO, 2017, p. 71).

³⁶ Todo conteúdo inserido em um documento para a web e que tem como principal característica a possibilidade de se interligar a outros documentos da web, seu acesso se concretiza através de referências específicas, no meio digital denominadas hiperligações ou links.

CSS	Cascading Style Sheets traduzido para o português como Folhas de Estilo em Cascata. Proposto por Hakon Wium Lie em outubro de 1994 com o intuito de simplificar a programação de sites. O CSS é definido como uma linguagem de programação de estilos utilizada para a personificação visual de um site ou para adicionar estilos a documentos Web, permitindo uma apresentação mais dinâmica para quem visualiza e utiliza a página de um determinado site, possibilitando definir bordas, fundos, tipos de fontes e seus respectivos tamanhos e posicionamentos, bem como quaisquer elementos de valor estético do site.
JAVASCRIPT	Tecnologia criada em 1995 por Brendan Eich, é apontado como uma das principais tecnologias ofertadas pela World Wide Web (rede mundial de computadores) e é considerada uma linguagem de programação de caráter leve, interpretada e usada para construir páginas web dinâmicas e principalmente para especificar o comportamento dessas páginas. Essa linguagem é uma das tecnologias base da Web e se caracteriza por rodar tanto do lado cliente, chamado de front-end (parte que o usuário interage/visualiza na página do site), e também roda do lado do servidor ou Back-and (local onde a página do site está hospedada e são processadas e salvas as informações e os dados dos usuários, por exemplo).
NODE.JS	Criado em 27 de maio de 2009 por Ryan Dahl, caracteriza-se por funcionar como ambiente de execução da linguagem de programação JavaScript. É amplamente utilizado por quem trabalha no universo tecnológico como plataforma para o desenvolvimento de aplicações Web de alta performance por possuir boa flexibilidade e um baixo custo. Diferentemente das outras tecnologias citadas acima, o Node.JS não é considerado uma linguagem de programação e sim um software ³⁷ de código aberto e gratuito, com característica multiplataforma (apresenta a possibilidade de se criar aplicativos no desktop, em aplicativos móveis e até em sites). Através desse software é possível desenvolver aplicações com a linguagem JavaScript sem a necessidade de utilização de um navegador de internet (browser) para a sua execução.
BANCO DE DADOS SQL	É um sistema que utiliza como base a linguagem de programação - SQL (Structured Query Language ou Linguagem de Consulta Estruturada), que é uma linguagem de consulta/pesquisa padrão para banco de dados relacional ³⁸ , utilizada para execução de comandos em bancos de dados desse tipo. Denominada de MySQL, a tecnologia foi criada em 1995 por Michael Monty Widenius e David Axmark e se caracteriza por ser um sistema de gerenciamento de bancos de dados relacional, definida para administração, backup ³⁹ e segurança do banco de dados e seus respectivos registros.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

³⁷ É um termo técnico usado para descrever os programas ou apps presentes em computadores, celulares, televisores que determinam a sequência de instruções a serem seguidas ou executadas por estes mecanismos.

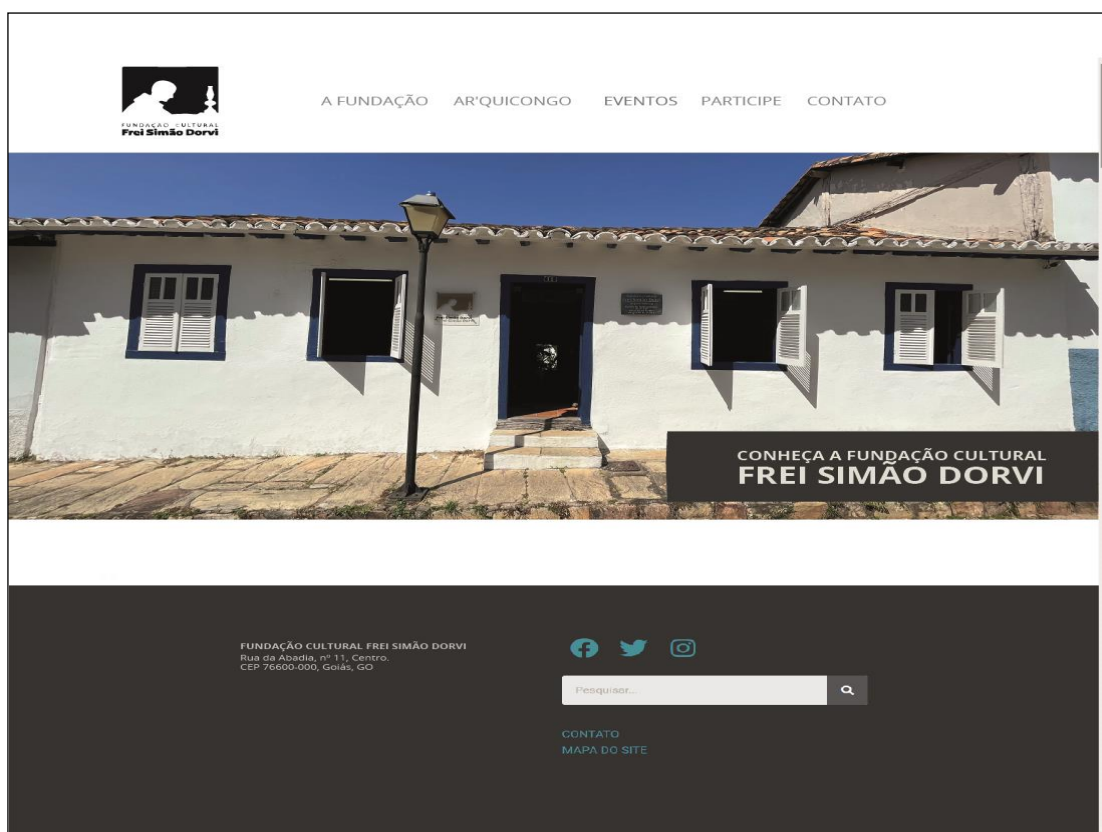
³⁸ É um banco de dados que estrutura os dados de acordo com esquemas específicos, proporcionando aos seus usuários que eles sejam visualizados como tabelas.

³⁹ Denominação usada na área de informática para o ato de criar e/ou manter uma cópia de segurança de dados importantes em um determinado dispositivo para que posteriormente possam ser restaurados em caso de perda dos dados originais.

Espera-se que a partir do conhecimento prévio acerca dessas tecnologias seja possível tomar decisões com mais precisão e menos riscos, de forma a propiciar o melhor arranjo de apresentação para o site e, assim, potencializar as qualidades da ferramenta, diminuindo suas limitações, além de possibilitar ampliar as políticas de divulgação da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, que atualmente, são restritas a comunicação oral.

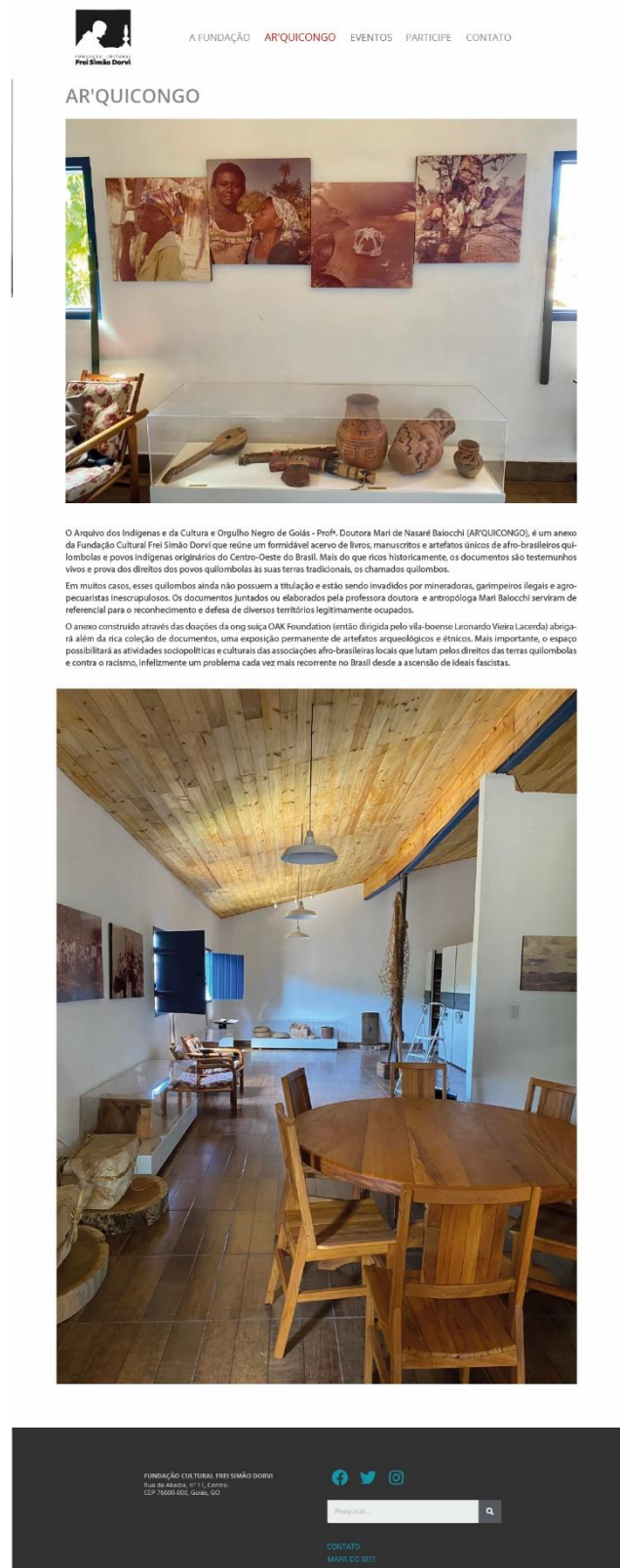
Levantadas as tecnologias e os estudos acerca dos requisitos necessários para a implementação de um site eficiente que atendesse aos anseios da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, foi realizado junto a duas empresas com experiência de mercado, o orçamento da confecção do design gráfico, dos custos de domínio e de hospedagem do site na rede mundial de computadores, de forma a possibilitar por parte do pesquisador e da instituição envolvida, o prévio conhecimento dos investimentos totais necessários para a finalização e a implementação da página virtual.

Figura 23: Projeção inicial da página principal do site



Fonte: Design de Wagner Falcão Carlos, adaptações de Paulo Henrique, fotografia de Samuel Hilário, 2022.

Figura 24: Projeção do site clicando no hiperlink do AR'QUICONGO



The screenshot displays the website for AR'QUICONGO, a cultural foundation. At the top, there is a navigation menu with links for 'A FUNDAÇÃO', 'AR'QUICONGO', 'EVENTOS', 'PARTICIPE', and 'CONTATO'. Below the menu, the title 'AR'QUICONGO' is prominently displayed. The main content area features a photograph of a museum gallery with several framed historical photographs on the wall and a glass display case containing various artifacts, including pottery and tools. Below the photograph, there is a block of text in Portuguese describing the foundation's mission and the historical significance of the artifacts. The text mentions the collection of documents and artifacts related to quilombos and indigenous peoples, and the role of the foundation in preserving and promoting their culture. At the bottom of the page, there is a footer with contact information, social media icons, and a search bar.

O Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof.ª Doutora Mari de Nazare Balocchi (AR'QUICONGO), é um anexo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvil que reúne um formidável acervo de livros, manuscritos e artefatos únicos de afro-brasileiros quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste do Brasil. Mais do que ricos historicamente, os documentos são testemunhos vivos e prova dos direitos dos povos quilombolas às suas terras tradicionais, os chamados quilombos.

Em muitos casos, esses quilombos ainda não possuem a titulação e estão sendo invadidos por mineradoras, garimpeiros ilegais e agropecuaristas inescrupulosos. Os documentos juntados ou elaborados pela professora doutora e antropóloga Mari Balocchi serviram de referencial para o reconhecimento e defesa de diversos territórios legitimamente ocupados.

O anexo construído através das doações da ong suíça CIAK Foundation (então dirigida pelo vilá-boernse Leonardo Vieira Lacerda) abrigará além da rica coleção de documentos, uma exposição permanente de artefatos arqueológicos e étnicos. Mais importante, o espaço possibilitará as atividades sociopolíticas e culturais das associações afro-brasileiras locais que lutam pelos direitos das terras quilombolas e contra o racismo, infelizmente um problema cada vez mais recorrente no Brasil desde a ascensão de ideais fascistas.

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVIL
Rua da Amélia, 013, Centro
CEP 76600-000, Goiás, GO

Facebook, Twitter, Instagram icons

Buscar

CONTATO
MAPA DO SITE

Fonte: Design de Wagner Falcão Carlos, adaptações de Paulo Henrique, fotografia de Sueli Caetano, 2022.

De posse dos dados coletados junto às duas empresas, marcamos uma reunião na própria sede da instituição para apresentarmos os projetos e os orçamentos. O primeiro orçamento, mais simples, foi orçado em R\$1000,00 (mil reais) e outro, mais amplo, mais ousado e com versão em inglês foi orçado em R\$4000,00 (quatro mil reais). De posse das propostas e dos projetos, o vice-presidente da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi achou melhor o projeto mais amplo de R\$4000,00 (quatro mil reais) e se comprometeu a arcar com os custos de construção do site profissional pela nova empresa.

Para isso, foi solicitado um estudo com as especificações técnicas para o desenvolvimento da página Web, o que foi prontamente realizado e enviado ao responsável depois de algumas semanas. Porém, devido a diversos contratemplos, o projeto de financiamento pela própria instituição seria um pouco mais demorado do que o previsto e inviabilizaria a entrega do produto desta pesquisa. Foi preciso partir para um projeto próprio e, com a ajuda de um técnico de laboratório da Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina. Com experiência no design e no desenvolvimento de sites, o projeto foi colocado em prática.

Pensando na praticidade e no tempo, optou-se por construir a página da instituição junto a uma plataforma especializada em construção de sites denominada Wix, que permite a construção de websites de forma intuitiva e acessível, com versões gratuitas e pagas. Para a construção do website da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi optou-se pela versão paga, por apresentar vantagens em relação à quantidade de espaço, um site limpo sem interferências de propagandas e com personalização própria de acordo com a realidade e a finalidade do site desejado pelo cliente. Com a plataforma Wix foram gastos o valor de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais) referentes ao plano de um ano, mais o valor de R\$ 79,00 (setenta e nove reais) referentes ao registro do domínio⁴⁰ da fundação na web, totalizando o valor de R\$235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).

Utilizando-se a logomarca pré-existente da entidade, foi preciso primeiramente pensar junto à instituição e sua coordenadora/bibliotecária/ arquivista quais seriam os hiperlinks que apareceriam no menu principal do website e que representassem objetivamente as finalidades e atividades desenvolvidas pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Definidas estas questões, as tecnologias e as configurações, o menu principal do site pensado em conjunto com a instituição, ficou com os seguintes hiperlinks:

⁴⁰ Utilizado para localizar e identificar conjuntos de computadores na internet. Foi criado com a finalidade de facilitar a memorização dos endereços de computadores na Internet. Sem ele, teríamos que memorizar uma sequência grande de números.

- a) A FUNDAÇÃO: apresenta um panorama geral da instituição e sub-menus com as informações a respeito de quem foi Frei Simão Dorvi, da coordenação, dos membros do conselho do curador, do estatuto da instituição e algumas fotos e vídeos dos espaços internos.
- b) ACERVOS E FUNDOS: apresenta um resumo sucinto das principais coleções de documentos disponíveis na instituição.
- c) AR'QUICONGO: apresenta informações gerais sobre o Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof^a. Dra. Mari de Nasaré Baiocchi, além de fotos do espaço, dos artefatos e alguns documentos.
- d) PESQUISA: apresenta informações acerca da produção científica a partir de documentos preservados na fundação ou sobre a fundação.
- e) EVENTOS: apresenta os eventos que por ventura a instituição venha a organizar ou que sejam de interesse da instituição e seus usuários.
- f) AMIGOS DA FUNDAÇÃO: apresenta nominalmente os principais colaboradores e parceiros da fundação e também os dados bancários para futuros doadores.
- g) FALE CONOSCO: apresenta as informações de contato da instituição, como o endereço na cidade, um mapa o e-mail institucional e a pessoa responsável pelo atendimento.

A criação do website e de seu respectivo menu foi pensada para permitir que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi demonstre de forma clara, concisa e objetiva ao seu público externo a seriedade do trabalho de preservação desenvolvido pela instituição, nesses mais de 50 anos de existência na cidade.

A divulgação do endereço eletrônico do Website **“Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: um lugar de memória e de preservação documental”** será realizada na página virtual do programa de Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) no hiperlink: ‘Publicações’, na aba: ‘Relatórios’, e também serão disponibilizados em redes sociais de instituições e parceiros da entidade.

4.2 Público alvo e impacto esperado

Salienta-se que ao longo desses anos é crescente a procura pelo rico e diversificado acervo disponibilizado e preservado na instituição por historiadores e uma diversa gama de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. Nessa conjuntura, a partir da implementação do site institucional, esse público já consolidado terá mais um meio de ampliar

a comunicação, as parcerias e a divulgação dos trabalhos oriundos da documentação disponibilizada para a pesquisa na fundação.

O intuito maior desse produto será alcançar também os estudantes das escolas públicas e privadas do município e também a comunidade vilaboense em geral, que em sua grande maioria desconhece o potencial, a história e a riqueza documental dessa singular instituição. A partir da construção do site institucional, entende-se que essa ferramenta tecnológica proporcionará à administração da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ampliar sua comunicação com diversos segmentos, além da possibilidade de ampliação das parcerias com outras instituições educacionais, culturais e de pesquisa espalhadas por Goiás e pelo Brasil.

É importante salientar que, a partir da implementação desse produto, toda população goiana terá a possibilidade de conhecer a história da fundação, as pesquisas publicadas a partir da documentação presente na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ou produzidas sobre ela, além de documentos arquivísticos que porventura venham a ser digitalizados pela entidade e disponibilizados via repositório institucional. O usuário poderá participar de todas essas ações sem necessariamente se deslocar de sua residência até a sede da instituição, já que uma das características das páginas Web é disponibilizar via rede mundial de computadores o acesso à informação nos seus mais variados formatos.

O primeiro impacto esperado do site para a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi é que ele proporcione visibilidade para além do eixo de historiadores e pesquisadores, seu público cativo e já consolidado, e se transforme efetivamente em um canal direto e eficiente de comunicação e divulgação do espaço, dos eventos e das oficinas que porventura venham a ser organizados pela entidade, de forma a atrair o interesse dos estudantes das escolas públicas ou privadas e também da sociedade em geral.

Figura 25: Logotipo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte: Samuel Vaz e Ricardo Nogueira

Outro impacto esperado devido à utilização da nova ferramenta de comunicação digital pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi é a ampliação das parcerias e, conseqüentemente, da

captação de novos recursos para a instituição, já que o site ficará visível a um número enorme de instituições de diversos segmentos do Brasil e do mundo via internet.

Espera-se, enfim, que o site institucional ajude a consolidar a logomarca (ver figura 25) e o espaço da instituição, enquanto “lugar de memória”, de preservação do patrimônio e de promoção da educação e de cultura, principalmente de educação patrimonial, visto que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem preservado ao longo dessas décadas uma das vertentes do patrimônio cultural brasileiro: o patrimônio bibliográfico.

4.3 Manual de uso do produto

O site “Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental” é um ambiente virtual que pretende divulgar por meio da disponibilização no site as ações, cursos, formações, palestras e eventos que virão a ocorrer na instituição. O objetivo dessa página virtual será funcionar como um canal direto de comunicação entre a fundação e seus potenciais usuários, de forma a permitir que a instituição abranja um público alvo com o qual, nos dias atuais, ainda não mantenha um vínculo direto. Busca-se, assim, a partir da divulgação da fundação no website, que ela seja conhecida para além das fronteiras da cidade de Goiás e para além do círculo de historiadores e pesquisadores com os quais está habituada.

O acesso ao Website Fundação Cultural Frei Simão Dorvi é feito pelo endereço eletrônico www.fundacaofreisimao.com.br por meio de qualquer interface que tenha acesso à internet, com possibilidade de acesso inclusive por dispositivos móveis (celulares, tablets, notebooks, entre outros). Ao digitar e entrar no endereço acima, o visitante da página terá acesso a página principal (figura 26), que apresentará a logomarca, as informações gerais sobre a instituição, além dos menus no cabeçalho da parte superior que direcionarão o usuário para o assunto desejado. A disposição das páginas foi construída de modo a propiciar uma leitura fácil e intuitiva acerca do propósito, das ações, da temática e do patrimônio cultural disponibilizado no espaço da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. O objetivo principal dessa ferramenta é apresentar de forma sintetizada as principais atividades desenvolvidas pela instituição.

Pensando neste aspecto, o menu principal do website, localizado na parte superior da página, foi construído de forma a possibilitar que o usuário navegue livremente para o conteúdo da temática desejada. São sete títulos disponibilizados na barra do menu principal: A Fundação, Acervos e Fundos, Ar´Quicongo, Pesquisa, Eventos, Amigos da Fundação e Fale conosco. Através desses sete menus principais o usuário terá acesso a todo conteúdo disponibilizado no site, como fotos, vídeos, documentos, entre outros.

Figura 26: Página principal do site



Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Junto ao menu principal do site, do lado superior esquerdo, é apresentada a logomarca utilizada pela instituição, de forma a fortalecer a marca e a identidade visual da fundação. Abaixo do menu principal são apresentadas fotos rotativas dos espaços da instituição, de forma a potencializar e realçar os seus ambientes.

Ao clicar no menu superior 'A FUNDAÇÃO' (ver figura 27), o usuário terá a opção de escolher entre seis submenus (Quem somos, Frei Simão Dorvi, Coordenação, Conselho Curador, Estatuto e Fotos e Vídeos). Ao escolher uma dessas opções, ele é redirecionado para

a seção correspondente escolhida. Nas sub-abas são descritos o surgimento da fundação, uma pequena biografia do criador da Fundação, o eclesiástico Frei Simão Dorvi, o currículo da coordenadora do espaço, os componentes do Conselho Curador em exercício, o estatuto e, por fim, fotos e vídeos dos espaços e artefatos da instituição.

Figura 27: Menu A FUNDAÇÃO



Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Clicando no menu ao lado, 'ACERVOS e FUNDOS' (ver figura 28), o usuário da página será direcionado para a página correspondente, onde é apresentada uma descrição com as informações gerais das principais coleções de documentos e fundos arquivísticos preservados

pela instituição. Entre essas coleções destacam-se: Documentos do Séc. XVIII, Hospital São Pedro de Alcântara, Prefeitura Municipal de Goiás, Mari Baiocchi, Goiás do Couto, José Mendonça Teles, Tasso de Camargo, Genealogia Goiana, Periódicos Goianos (Desde o Matutina Meiapontense).

Figura 28: Menu ACERVOS e FUNDOS



FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi

LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | **ACERVOS E FUNDOS** | AR'QUICONGO | PESQUISA | EVENTOS | AMIGOS DA FUNDAÇÃO | CONTATO

ACERVOS E FUNDOS

A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, por meio de seu arquivo, biblioteca e um anexo voltado as pesquisas dos povos quilombolas e indígenas, tem preservado, restaurado e disponibilizado para a pesquisa, um diversificado acervo de livros, periódicos, manuscritos e documentos históricos que datam a partir do ano de 1723, vinculados a diversas estruturas da antiga capital do estado de Goiás, tais como a documentação referente à antiga Câmara Municipal de Vila Boa, documentos de fóruns cartoriais, do Hospital São Pedro de Alcântara, documentação religiosa variada, testamentos, inventários, periódicos antigos descontinuados, além de vasta bibliografia da história e da memória goiana.

Higienização de documento da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi

Foto: Keley Cristina Carneiro, 2019.

Lombada do livro O Selvagem de Couto de Magalhães

ACERVOS & FUNDOS ARQUIVISTICOS

- Mari Baiocchi
- Goiás do Couto
- José Mendonça Teles
- Tasso de Camargo
- Genealogia Goiana
- Periódicos Goianos (Desde o Matutina)

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Clicando no menu 'AR'QUICONGO' (ver figura 29), o visitante é direcionado para a página com uma apresentação geral do Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof^ª. Dra. Mari de Nasaré Baiocchi, um espaço voltado às pesquisas e artefatos de

afro-brasileiros quilombolas e de povos indígenas originários do Centro-Oeste brasileiro. Essa seção apresenta fotos diversas dos artefatos, do espaço e da documentação disponibilizada no local.

Figura 29: Menu AR`QUICONGO

FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi

LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | ACERVOS E FUNDOS | **AR'QUICONGO** | PESQUISA | EVENTOS | AMIGOS DA FUNDAÇÃO | CONTATO

AR'QUICONGO

O Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás - Prof^ª. Doutora Mari de Nasaré Baiocchi (AR'QUICONGO), é um anexo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi que reúne um formidável acervo de livros, manuscritos e artefatos únicos de afro-brasileiros quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste do Brasil.

Recentemente, a professora Dra. Mari de Nasaré Baiocchi, a mais famosa antropóloga goiana no estudo da população africana que foi obrigada a imigrar para trabalhar nas minas de ouro e fazendas coloniais dos séculos XVIII e XIX , generosamente doou à sua cidade natal seu formidável acervo de livros, manuscritos e artefatos únicos de afro-brasileiros quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste do Brasil.

Artefato não identificado. Acervo Mari Baiocchi.

Procópia dos Santos Rosa. Acervo Mari Baiocchi.

Foto: Leonardo Lacerda, 2022.

Mais do que ricos historicamente, os documentos são testemunhos vivos e prova dos direitos dos povos quilombolas às suas terras tradicionais, os chamados quilombos. Em muitos casos, esses quilombos ainda não possuem a titulação e estão sendo invadidos por mineradoras, garimpeiros ilegais e agropecuaristas inescrupulosos.

Os documentos juntados ou elaborados pela professora doutora e antropóloga Mari Baiocchi serviram de referencial para o reconhecimento e defesa de diversos territórios legitimamente

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Clicando no quarto menu 'PESQUISA' (ver figura 30), o visitante é direcionado para a página no qual são demonstrados os trabalhos e as pesquisas oriundas da fundação. A ideia é

publicizar as pesquisas e os trabalhos científicos produzidos a partir de documentos encontrados na entidade ou que tenham a fundação como foco de estudo.

Figura 30: Menu PESQUISA

FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi

LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | ACERVOS E FUNDOS | AR'QUICONGO | **PESQUISA** | EVENTOS | AMIGOS DA FUNDAÇÃO | CONTATO

PESQUISA

Espaço destinado às pesquisas publicadas a partir dos documentos e fundos arquivísticos preservados na Fundação:

Dissertações:

[CAMPELO, Alehandra de Faria. Processo de gentrificação e o centro histórico da cidade de Goiás.](#)

[CARDOSO, Dhyovana da Silva. As ruínas do patrimônio na cidade de Goiás: residências deterioradas testemunham uma novam imagem do patrimônio - 1950/2021](#)

[CARNEIRO, Keley Cristina. Cartografia de Goiás: Patrimônio, Festa e Memórias.](#)

[COSTA, Lara Alexandra Tavares. Pela moral e os bons costumes: um asylo para órfãs desvalidas.](#)

[NETO, Leandro Carvalho Damacena. A "Influenza Espanhola" de 1918/1919 na Cidade de Goiás.](#)

[SILVA, Poliana Alves da. PAC-Cidades históricas na cidade de Goiás: requalificação do Cine Teatro São Joaquim](#)

Teses:

[CARNEIRO, Keley Cristina. Política pública patrimonial em Goiás-GO: o programa](#)

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Ao clicar no quinto menu 'EVENTOS' (ver figura 31), o visitante da página será direcionado ao espaço destinado aos informes da instituição. Neste ambiente os visitantes são comunicados acerca dos eventos, cursos, palestras, conferências, exposições, formações,

encontros e também treinamentos que possivelmente a entidade venha a oferecer ou eventos que tenham vínculo direto com o trabalho desenvolvido pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

Figura 31: Menu EVENTOS

FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi

LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | ACERVOS E FUNDOS | AR'QUICONGO | PESQUISA | **EVENTOS** | AMIGOS DA FUNDAÇÃO | CONTATO

EVENTOS

Convite

O Arquivo Frei Simão Dorvi e o Ministério Público do Trabalho têm a grata satisfação de convidar Vossa Senhoria e família para a comemorar a restauração e reabertura do nosso Arquivo, bem como a doação do excepcional acervo do Professor José Mendonça Teles.

Outubro
12|10|2022
Rua da Abadia, N.º 11, Cidade de Goiás

Maior acervo de pesquisa acadêmica de fontes primárias de Goiás.

Programação

09h00
Abertura da Fundação

15h00
Café com professores, pesquisadores e coordenadores de PPGs;

16h30
Celebração da reforma e da doação do arquivo de José Mendonça Teles

Convite

Para a inauguração do Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás
Prof.ª Doutora Mari de Nasaré Baiocchi

Recentemente, a Professora Doutora Mari de Nasaré Baiocchi, a mais famosa antropóloga goiana no estudo da população africana que foi obrigada a imigrar para trabalhar nas minas de ouro e fazendas coloniais dos séculos XVIII e XIX, generosamente doou à sua cidade natal seu formidável acervo de livros, manuscritos e artefatos únicos de afro-brasileiros quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste do Brasil.

Mais do que ricos historicamente, os documentos são testemunhos vivos e prova dos direitos dos povos quilombolas às suas terras tradicionais, os chamados quilombos. Em muitos dos casos, esses quilombos ainda não possuem a titulação e estão sendo invadidos por mineradoras, garimpeiros ilegais e agropecuaristas inescrupulosos.

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Ao clicar no menu “AMIGOS DA FUNDAÇÃO” (ver figura 32), o visitante é direcionado para a página voltada exclusivamente para valorização das pessoas que direta ou indiretamente têm contribuído para a manutenção do espaço. Nesta aba são apresentados

nominalmente os principais colaboradores, parceiros e também são divulgados os projetos desenvolvidos pela entidade. O hiperlink apresenta os dados bancários da instituição para captação de novos recursos e possíveis novos colaboradores.

Figura 32: Menu AMIGOS DA FUNDAÇÃO

The image shows a screenshot of a website's navigation menu. At the top left is the logo for 'FUNDAÇÃO CULTURAL Frei Simão Dorvi' with a silhouette of a man. To the right of the logo is the text 'LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL'. Below this is a horizontal menu with several items: 'A FUNDAÇÃO', 'ACERVOS E FUNDOS', 'AR'QUICONGO', 'PESQUISA', 'EVENTOS', 'AMIGOS DA FUNDAÇÃO', and 'CONTATO'. A mouse cursor is pointing at the 'AMIGOS DA FUNDAÇÃO' item. Below the menu, the page title 'AMIGOS DA FUNDAÇÃO' is centered. Underneath, there is a section titled 'SEJA UM APOIADOR DA FUNDAÇÃO!' followed by a paragraph encouraging support for the foundation's activities. Below that is a list of names under the heading 'Confira a lista de nossos apoiadores:'.

FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi

LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | ACERVOS E FUNDOS | AR'QUICONGO | PESQUISA | EVENTOS | **AMIGOS DA FUNDAÇÃO** | CONTATO

AMIGOS DA FUNDAÇÃO

SEJA UM APOIADOR DA FUNDAÇÃO!

Faça como diversos amigos e contribua para realização de novas exposições, atividades educativas, com a manutenção do espaço e principalmente com restauração e a conservação das obras, livros e documentos históricos.

Confira a lista de nossos apoiadores:

- Márcio Antônio de Souza
- Adhemir Ribeiro Hamu
- Itaney Francisco Campos
- Lena Castelo Branco Freitas
- Irapuan Costa Júnior
- Clovis Carvalho Britto
- Maria Conceição Silva
- Marlene Gomes Velasco
- Antônio Celso Ramos Jubé
- Maria Carmem Ramos Jubé
- Maria Dulce Loyola Teixeira
- Leonardo Vieira Lacerda
- Circe Camargo Ferreira
- Antônio César Caldas Pinheiro
- Yuri Baiocchi

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

Clicando no menu “CONTATO” (ver figura 33), o visitante será direcionado para a página em que são apresentados os dados referentes à comunicação da instituição para com o seu público externo. Por exemplo: endereço atualizado, mapa de localização, horário de

funcionamento, e-mail para contato e também o nome do/das responsável (eis) pelo atendimento ao público/visitante.

Figura 33: Menu CONTATO

FUNDAÇÃO CULTURAL
Frei Simão Dorvi LUGAR DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A FUNDAÇÃO | ACERVOS E FUNDOS | AR'QUICONGO | PESQUISA | EVENTOS | AMIGOS DA FUNDAÇÃO | **CONTATO**

Fundação Educacional da Cidade de Goiás
Rua da Abadia, número 11. Centro. Goiás-GO - 76600-000

E-mail: fundacaofreisimao@gmail.com
Atendimento: Maria de Fátima Silva Cançado - Bibliotecária/Especialista em arquivos

Envie-nos uma mensagem e entraremos em contato em breve.

Email *

Por exemplo: email@exemplo.com

Assunto

Por exemplo: suporte

Mensagem

Insira sua mensagem

Enviar

Mapa Satélite

Poço das Traíras

Parque Da Carioca

Wix Office

Museu Casa de Cora Coralina

Goiás

Museu das Bandeiras - Ibram

Rod. Raul João Fleury

Via Sacra Dom Fr

Dados do mapa ©2022 200 m

Termos de Uso Informar erro no mapa

Fonte: Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental, 2022.

4.4 Proposta de aplicação do produto e devolutiva para a comunidade participante

Como já demonstrado, o produto entregue à comunidade é um site institucional que possibilitará à Fundação Cultural Frei Simão Dorvi ter um canal de comunicação entre a instituição e a comunidade em que está localizada, já que atualmente essa comunicação se concretiza efetivamente por transmissão oral, ou seja, aquela que acontece de uma pessoa

falando para outra. No caso específico da Fundação, acontece de pesquisador para pesquisador ou de um conhecido para um conhecido.

Outro elemento importante em relação ao site institucional é a possibilidade da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi criar um canal direto de relacionamento com os seus usuários e fortalecer a identidade da marca, visto que umas das principais características dessa ferramenta de comunicação é permitir a visibilidade de uma empresa ou marca por meio das diversas tecnologias por ela empregadas, sem necessariamente precisar se deslocar ao seu prédio físico, favorecendo a atração de novos usuários, parceiros e investidores.

A ideia é que essa ferramenta tecnológica possibilite à fundação chegar a públicos e lugares da comunidade vilaboense e goiana com os quais a instituição não tem uma inserção direta. Por exemplo: os estudantes das escolas públicas e privadas do município ou os estudantes dos cursos superiores das inúmeras universidades espalhadas pela cidade. Será possível potencializar as atividades ligadas à educação patrimonial dentro do espaço da instituição.

De acordo com Tolentino (2016, p. 44), “a educação patrimonial é entendida como um elemento fundamental integrado às práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural”. Neste sentido, de forma a propiciar uma construção dialógica entre os diversos agentes envolvidos com o universo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, se propõe que a devolutiva para a comunidade ocorra através de uma exposição interativa aberta ao público, dentro da própria instituição em seu novo anexo AR’QUICONGO, de modo a apresentar as principais qualidades e funcionalidades do site institucional.

A ideia por trás da apresentação da pesquisa por meio dessa exposição interativa aos gestores da fundação e às demais pessoas ali presentes se justifica, pois possibilita que elas já visualizem o site e entrem em contato imediatamente com a nova ferramenta de comunicação, e assim, explorem seus principais recursos e funcionalidades e se familiarizem com a tecnologia. Espera-se que essa ferramenta tecnológica seja uma grande aliada da instituição para superar seus obstáculos de comunicação e que a mesma ajude a alavancar novas parcerias e novos investimentos, além de despertar o interesse da população em torno do vasto, rico e preservado acervo disponibilizado pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No território brasileiro, se algumas décadas atrás as unidades de informação, como bibliotecas e arquivos tinham como finalidade principal a guarda e a preservação da informação. Nos dias atuais, esses espaços têm ganhado novos contornos de identidade ao se transformarem em equipamentos culturais, contribuindo para a inclusão social, com o desenvolvimento científico e cultural da população nos locais em que estão inseridos.

Este estudo se apresenta dentro dessa concepção de equipamento cultural e espaço não-formal de educação, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, que, no decorrer desses mais de cinquenta anos de funcionamento, além de se consolidar enquanto “lugar de memória”, tem proporcionado através da dinamicidade de seu espaço um lugar propício a apreensão e disseminação do conhecimento, além de ponto de encontro, de memória e de laços de afeto da comunidade vilaboense.

Se outrora a Fundação Educacional da Cidade de Goiás fora pensada inicialmente pelo seu idealizador Frei Simão Dorvi na intenção principal de ser polo universitário dentro da cidade, atualmente, transformada em Fundação Cultural Frei Simão Dorvi em sua homenagem, a instituição tem se reafirmado enquanto fonte de pesquisa e polo de preservação da história e da memória e do patrimônio cultural vilaboense, fornecendo o acesso e a exploração física de livros, periódicos e documentos históricos, que tem servido a diferentes interesses da comunidade, como por exemplo: o reconhecimento de nacionalidades, estudos ligados às raízes familiares e embasamento para pesquisas de artigos científicos, monografias para graduação e especialização, além de dissertações ou relatórios técnicos para mestrado e teses para doutorado.

A hipótese prevista na pesquisa, de que dentre os diversos documentos históricos (jornais, enciclopédias, várias bibliografias da história goiana, além de vários fundos arquivísticos nas varas de família, crime e civil e etc.) preservados pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi muitos poderiam ser considerados de caráter raro foi confirmada. Entretanto, a própria instituição deveria se preparar nos próximos anos para implantar seus próprios critérios de raridade, baseados nas bibliografias e nos estudos recentes a respeito.

Acerca do patrimônio bibliográfico preservado na instituição, é preciso, primeiramente, que a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi acione os dispositivos de recuperação de obras raras ofertados pela Biblioteca Nacional através do PLANOR para receber as orientações e assessoria técnica necessária para o restauro e a recuperação de algumas dessas obras raras, que hoje encontram-se em delicado estado de conservação na instituição.

Na atualidade, em que se buscam cada vez mais recursos naturais, novos hábitos de consumo e novas tecnologias, ameaçando os bens culturais por todo o mundo, são necessárias medidas eficazes de proteção de nossos bens patrimoniais, principalmente por eles possuírem as características e as particularidades de singularidade e especialidade (o princípio da matriz finita), conforme a preocupação relatada por Soares (2009, p.447), que “somente se recupera o que não se destrói, o que conserva sua essência”. Neste sentido, também são oportunas as iniciativas e métodos educativos em espaços não formais de educação, como bibliotecas e arquivos, que visem a salvaguarda da memória coletiva, o fortalecimento dos laços de identidade e a preservação do patrimônio cultural.

É neste contexto que se vê o importante papel desempenhado pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi na antiga capital de Goiás ao ofertar há mais de cinquenta anos aos habitantes locais um lugar que se possa encontrar documentos relativos às suas raízes e de seus antepassados. O eclesiástico Frei Simão Dorvi, apesar de não dispor de plenos conhecimentos acerca da restauração e a conservação de documentos históricos e de obras raras, executou ações essenciais para que hoje se tenha acesso a bens culturais e documentos históricos únicos.

Atualmente, o turismo no município de Goiás é centrado na visitação e na publicização dos monumentos construídos em “pedra e cal”, tidos como representantes legítimos do título de Patrimônio Mundial da Humanidade ou em edifícios que um dia serviram de moradia para as referências artísticas da cultura local. Nesse contexto, tem prevalecido ações de publicização voltadas a esses expoentes culturais. As outras manifestações do patrimônio cultural brasileiro, que também se fazem presentes no contexto cultural da cidade, têm ficado inertes e/ou desassistidas pelo poder público local.

Nessa conjuntura, a implementação do produto da pesquisa, o Website “Fundação Cultural Frei Simão Dorvi: lugar de memória e preservação documental”, foi pensado de modo a proporcionar a essa entidade sem fins lucrativos diminuir as lacunas de visibilidade causadas pela falta de comunicação entre a instituição e seu público externo e pelas ineficiências de abrangência das políticas públicas municipais, locais e federais, possibilitando que a instituição goiana ultrapasse as barreiras geográficas impostas pelos morros da Serra Dourada, já que essa ferramenta funciona conectada via rede mundial de computadores, e assim consiga superar o círculo restrito de historiadores e pesquisadores no qual se encontra.

A página do website da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, se bem alimentada com as informações e as atividades desenvolvidas ao longo do ano pela instituição e somadas às ações bem-sucedidas e dialógicas de educação patrimonial que presem pela coletividade e que envolvam as diversas instituições de ensino e cultura, tanto municipais, estaduais ou federais

presentes na cidade, tende a diminuir vertiginosamente a invisibilidade da entidade perante grande parte da população que hoje vive em Goiás, conseguindo expandir suas fronteiras e ampliar as parcerias entre a instituição e as outras entidades culturais e educacionais em funcionamento na cidade, além de possibilitar, num futuro próximo, que a instituição disponibilize o seu acervo de documentos de forma digitalizada.

Quanto aos objetivos propostos nesta pesquisa, a partir do referencial teórico proposto no trabalho, foram apresentados diversos fatores que reafirmam a fundação enquanto “lugar de memória” e de preservação documental para os moradores da cidade de Goiás, tendo em vista que esta é uma instituição que tem preservado desde 1970 diversos documentos históricos relacionados às raízes deste município e seus cidadãos. Também foram apresentados ao cidadão vilaboense os fatores que reafirmam a instituição enquanto polo facilitador da lei de acesso à informação, bem como os fatores nos quais a fundação deveria superar, apesar de que a maioria desses fatores serão resolvidos com a implementação do produto da pesquisa.

Por fim, conclui-se que, apesar de suas várias limitações, sejam elas estruturais, de comunicação ou de contingente humano, o caso da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e a preservação de suas obras raras e de seus documentos históricos na cidade de Goiás demonstra ser um bom exemplo de ações eficazes de promoção da cultura e de preservação do patrimônio, no qual a iniciativa privada tem suprido as ausências e as deficiências de abrangências das políticas públicas patrimoniais e culturais do poder público no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

Documentos legislativos

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 15 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 01/2007**, de 11 de junho de 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 01/2017**, de 12 de janeiro de 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 12 de ago. 2021.

Fonte Estatística

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2021. Goiás-GO.

Sites

PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE OBRAS RARAS (PLANOR). **Planor**. c2006. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/planor.html>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. **Mana**, vol. 7 n. 2 Rio de Janeiro: Oct. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALBERNAZ, Ondina de Barros. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

ALENCASTER, José Martins Pereira de. **Anais da província de Goiás**. Goiânia: Governo do Estado, SUDECO, 1979.

BARBO, Lenora (org.). **Uma viagem pelo Sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás**. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras. PLANOR. **Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51.)

BRITTO, Clóvis Carvalho. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. In: **Diálogos**, v. 18, n. 3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/artiele/view/33914/pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CALDAS, Rosangela Formentini; SILVA, Rafaela Carolina. Perspectivas do cross-culture para bibliotecas híbridas. **Complexitas – Revista de Filosofia Temática**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 89-99, fev. 2019. ISSN 2525-4154. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6635>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARLI, Deneide Teresinha de; BORIES, Gleisy Regina Fachin. A lei de acesso à informação e a gestão de documentos. **Biblios**, Pittsburgh, n. 66, p. 47-59, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302017000100005. Acesso em: 19 dez. 2021.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: Patrimônio, Festa e Memórias**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CARNEIRO_Keley_Cristina.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. Ed. Brasília: UnB, 1998.

_____. Escutar os mortos com os olhos. Tradução de Jean Briant. **Estudos Avançados** [online]. 2010, vol. 24, n. 69, p. 6-30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X004007004>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Theories of Mass Communication**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DOSSIÊ: **proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016.

EMOS, Giovana. Arquivo e produção do conhecimento Histórico. **Anais do XI Encontro Regional de História Anpuh-Go e XIX Semana de História da UEG/GO**. Cidade de Goiás: UEG, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Kpasa/Downloads/4103-Texto%20do%20artigo-18879-1-10-20160803%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Kpasa/Downloads/4103-Texto%20do%20artigo-18879-1-10-20160803%20(9).pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

FLANAGAN, David. **JavaScript: o guia definitivo**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FLORENCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2.ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORENCIO, Sônia Rampim; et al. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Iphan, 2015.

GAUZ, Valeria. O Livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 8, p. 71 - 87, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905/15196>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS (Estado). Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO. **Requerimento** [s. n], de 12 de maio de 2017. Requerer o registro, arquivamento e averbação do Estatuto da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. Goiás: FECIGO, 12 maio 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22(2), p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50444>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IPHAN. **Centro oeste**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/100>. Acesso em: 15 jul. 2020.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimônio bibliográfico en la biblioteca Pública: memorias locales e identidades nacionales. **El profesional de la información**, Colômbia, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago., 2014.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANZANO, José Augusto N. G. TOLEDO, Suely Alves de. **Guia de orientação e desenvolvimento de sites: HTML, SHTML, CSS e JavaScript/JScript**. 2. ed. São Paulo: Érica, MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO. **Informática: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Érica, 2014.

MESQUITA, Isabel Chaves Araújo; CONDE, Mariana Guedes. A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books. **X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, São Luis - Ma, junho. 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0645-1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. [s.l]: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

NASCIMENTO, Deijeison Tiago Rios; PARCA, Túlio da Luz Lins. A importância da Lei de Acesso à Informação no desenvolvimento da cidadania participativa e no controle da res(?) pública. **Caderno Virtual IDP**. V.1, n.33, 2016. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1200>. Acesso em: 29 dez. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. **História (São Paulo)** v.30, n.1, p.189-208, jan/jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/3hNSjmYrgYYk4KYphCGKBbk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [Disserta+º+úo Karine Camila Oliveira.pdf \(iphan.gov.br\)](#). Acesso em: 21 mar. 2022.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. Salvador: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 2ed. Goiânia: Oriente, 1976.

PALACIN, Luis, Ledonias Franco; GARCIA, Janaína Amado. **História de Goiás em documentos: I. Colônia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília: Iphan, 2007.

PEREIRA, Sílvia Fernandes. O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN): instrumento de salvaguarda e preservação. *Memória e Informação*, v. 4, n. 2, p. 223-239, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155817>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PINHEIRO, A. V. T. P. A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, v. 5, n. 1, 1990. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99659>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PINHEIRO, A. V. T. P. Metodologia para inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 123, p. 9-31, 2007. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol123>. Acesso em: 07 abr. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. RJ, vol.2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. RJ, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PRADO, Paulo Brito do. Patrimônio inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. **Em Tempo de Histórias (PPGHIS - UnB)** n. 24. Brasília, Jan-Jul 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14832>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. A biblioteca da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. **O Popular**, Goiânia, 12 ago. 1974. Não paginado.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica**, México, vol. 32, n. 75, p. 223-259, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v32n75/2448-8321-ib-32-75-223.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTOS, Renata Ferreira dos. **A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica**. Belo Horizonte, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/BUBD-AANEJV>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Como definir obras raras: critérios da Biblioteca Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v.54, p.231-252, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592>. Acesso em: 11 de ago. 2020.

SILVEIRA, Divina Paiva. **Análise do discurso das lavadeiras de rio da cidade de Goiás**. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, 1991.

SOARES, Inês Virginia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Departamento de Processamento técnico, 1997.

SUASSUNA, Livia. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 341-377, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 03 jul. 2020.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, maio. 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/gislainevalerio.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

TELES, José Mendonça et. al (coord). **Arquivo Histórico Ultramarino Lisboa-Portugal**. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura/IPEH-BC, 2001.

TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15091/1/Educacao_Patrimonial_Decolonial_perspect%20-%20Atila%20Tolentino.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

TOLENTINO, Átila B. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. *Caderno Temático de Educação Patrimonial*, João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, n. 3, p. 38-48, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

TRAGINO, Arnon. História da literatura e história do livro e da leitura: algumas aproximações. **RevLet** –Revista Virtual de Letras, v. 08, nº 02, ago/dez, 2016. Disponível em: <https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/396.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.